REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PÔRTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente honorário:
Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva.
Presidente:
Dr. Leonardo Macedonia.
Vice-Presidente:
Prof. Othelo Rosa.
Secretario Perpétuo:
Dr. Eduardo Duarte.
2.º *Secretario:*
Prof. Valter Spalding.
Orador:
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Tesoureiro:
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Bibliotecário:
Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr Lindolfo Collor.
Clemenciano Barnasque.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.
Dr. Darcy Azambuja.
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Cel. Aurelio Porto.

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

IV TRIMESTRE
ANO XVIII

Comissão de Redação:
ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

1938
Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
Barcellos, Bertaso & Cia. — Pôrto Alegre
Filiais : Santa Maria e Pelotas

PÔRTO ALEGRE
=1938=

Condomínio da Lagôa Mirim e do Rio Jaguarão

Cel. SOUZA DOCCA

SEU HISTÓRICO

Desde 1934 que o ilustre historiador uruguaio Capitão de Mar e Guerra José Aguiar vem, com grande atividade, versando assuntos relativos aos limites entre o Brasil e a sua formosa pátria.

Naquele ano publicou o interessante estudo **El Rio de la Plata y el Mar Internacional,** onde inicia uma campanha reivindicadora de territórios que êle entende pertencerem ao Uruguai e se acham, entretanto, sob a jurisdição brasileira.

Diz alí o historiador citado que a linha demarcadora da lagôa Mirim, do modo porque foi estabelecido em virtude do Tratado de 30 de outubro de 1909, representa "uma arbitrariedade" e que a Ilha Brasileira no rio Uruguai, a jusante da foz do Quaraí, é uruguaia.

Essas pretenções foram amplamente desenvolvidas em **Nuestra Frontera con el Brasil — Su Evolucion Historica — Geografica,** publicado em dezembro de 1936.

Aí a reivindicação é acrescida de mais dois tratos de terra: o Rincão de Artigas e o Quadrilatero do Chuí São Miguel.

Êste útimo livro do Comandante Aguiar é objeto de um estudo nosso, já pronto para o prelo.

Não pretendíamos debater pela imprensa o assunto, acontece, porém, que a campanha do Comandante José Aguiar aumenta cada vez mais de proporções e de injustiça, achando, além disso, guarida em publicações brasileiras.

Parece-nos, em face do que acabamos de mencionar, que seria incúria e menosprezo pelo nosso passado, deixarmos correr à revelia juízos contrários à justiça e prejudiciais à estima sem ressaibos e ao conceito elevado sem complacências, que temos o direito de merecer do nobre povo uruguaio — daí antes do aparecimento de nosso trabalho, a divulgação que ora fazemos de alguns assuntos alí esplanados, principalmente da parte referente ao histórico do condomínio da lagôa Mirim e do rio Jaguarão.

Damos preferência à divulgação desta parte daquele estudo para evidenciarmos a ausência de razão nos conceitos emitidos pelo historiador a que vimos referindo em sua **Evocacion del Barão de Rio Branco,** recentemente publicada.

Diz aí o Comandante Aguiar:

a) que foi por iniciativa do Barão de Rio Branco que o Brasil "reparou, em 1909, o dano moral imenso causado" à sua pátria "nos agônicos instantes de 1851".

b) que o eminente chanceler brasileiro substituira na ação diplomática do Itamaratí o conceito de ontem, de um Brasil agressivo e frio, tão temido por ser grande e forte — por êste outro de hoje — o seu — tão cálido e cordial, de um novo Grande Brasil, tão amado por sua nobreza e justiça".

O DANO MORAL

O dano moral apontado pelo historiador José Aguiar consistia em se achar o Brasil na posse integral das águas da lagôa Mirim e do rio Jaguarão, com prejuízo, no seu entender, por parte do Uruguai, dos direitos "retamente herdados de Espanha".

Desde 1801 se achava o Brasil na posse daquelas águas — e, portanto, há mais de um quarto de século antes do

Uruguai ser constituído, pelo Brasil e pela Argentina, em Estado político independente e soberano.

Este fato, de alta relevância para o estudo do ponto em apreço, foi focalizado pelo próprio govêrno uruguaio, na Mensagem com que enviou à Câmara dos Representantes, em 11 de novembro de 1909, o Tratado de 30 de outubro dêsse ano, nestes termos: "Se não fôsse suficiente, para definir nossa situação, neste ponto, a circunstância de se tratar de fatos anteriores" — vide bem — "fatos anteriores à nossa existência como Nação, independente e sôbre os quais o nosso país não teve por que constituir critério internacional — bastaria que o **uti-possidetis**, em favor da ocupação portuguesa de 1801, sôbre a lagôa Mirim e rio Jaguarão, foi aprovado pela Assembléia Nacional em 1851 e ratificado em 1852".

Ouçamos agora a voz do direito, a voz da justiça, a voz da verdade — transmitida pelo egrégio Barão de Rio Branco em sua erudita **Exposição** ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, aos 19 de dezembro de 1909, com o Tratado sôbre o Condomínio:

"A situação que procuramos modificar, com o necessário consentimento do Congresso Nacional, nasceu da guerra de 1801."

O Dr. Williman, Presidente da República Oriental do Uruguai e seu Ministro das Relações Exteriores — Dr. Antônio Bachini, na Mensagem de 11 de novembro de 1909, citada, assim se manifestaram sôbre a posse brasileira em apreço: "Bastaria também ao Poder Executivo, para afastar qualquer dúvida sôbre êsse assunto, o fato comprovado de que a linha fronteiriça de nosso território na zona compreendida desde a barra do Chuí até o arroio Mina, nunca foi além da margem ocidental da lagôa Mirim e do rio Jaguarão."

Essa posse foi de modo pleno e absoluto, reconhecida no artigo 2.º do Tratado do Condomínio: "A cessão dos direitos de soberania do Brasil, baseados, a princípio, na posse que êle adquiriu e manteve, desde 1801, das águas e na-

vegação da lagôa Mirim e rio Jaguarão, e, depois estabelecidos e confirmados solenemente nos atos de 1851, 1852 e 1853, é feita nas seguintes condições, que a República Oriental do Uruguai aceita".

Seguem-se as condições, que deixamos de transcrever por desnecessárias ao assunto aquí tratado.

Os limites entre o Brasil e o Uruguai decorrentes da posse de 1801, foram sempre, como asseverou o govêrno oriental, em 1909, reconhecidos por todos seus antecessores.

Assim efetivamente aconteceu.

Francisco Magariños y Cervantes, na qualidade de representante do Uruguai junto ao govêrno brasileiro, disse a êste, em Memorando de 1845, que seu govêrno se conformava em que se procedesse à demarcação material e se estabelecessem os limites que lhe estavam reservados, começando no Chuí, na costa do mar, costeando a margem ocidental" — vide bem — "margem ocidental da lagôa Mirim e direita do rio Jaguarão, até terminar na embocadura do Quaraí no Uuruguai, porque o govêrno da República não tinha faculdades para ultrapassar essa extensão que fôra assinalada como princípio fundamental da existência da República".

Assim se expressando Magariños sôbre a linha divisória entre o Uruguai e o Brasil, se reportava aos termos das Instruções de seu govêrno determinando-lhe se guiasse nesse assunto pelos **Apontamentos** do eminente e desventurado Florêncio Varela, um dos mais esclarecidos dos grandes homens uruguaios e que era dotado de acendrados sentimentos patrióticos, e, por isso, imensamente cioso dos direitos de seu país.

Foi a situação lindeira de 1801 que a Revolução de maio de 1810 encontrou e, por isso, as Províncias Unidas do Prata e entre elas a Província Oriental ao se emanciparem, definitivamente, alguns anos depois, de Espanha, já encontraram Portugal na posse conquistada no primeiro dos anos mencionados.

Decorre daí, sem dúvida, o motivo por que a Assembléia

Oriental de 1813 fixou os limites da Província pela lagôa Mirim e rio Jaguarão.

Êsses limites, como acentuou o próprio govêrno uruguaio, "nunca foram além da margem ocidental" da lagôa e rio citados.

O Tratado de limites de 1851 reconheceu, de modo claro e insofismável, a posse do 1801 estabelecendo em seu artigo 4.º que o Brasil estava — é êste precisamente o verbo alí empregado — o Brasil **estava** "na posse exclusiva da lagôa Mirim e do rio Jaguarão e que" nessa posse devia "permanecer" — vide bem — **"permanecer** segundo a base do **uti-possidetis".**

Em o nosso estudo a aparecer demonstramos fartamente, à luz dos fatos e de uma rica documentação, a existência e a legalidade daquela posse — o que hoje aquí temos em vista e cremos ter ficado evidenciado, pela sucinta exposição feita, é provar que o Brasil nenhum dano moral causou ao Uruguai permanecendo em 1851 na posse integral das águas da Mirim e do Jaguarão e, porisso, nenhum reparo tinha a fazer nesse sentido e não o fêz, visto que o Tratado do Condomínio tem outra significação.

OS DIAS AGÔNICOS DE 1851

O BEM MAIOR

Pesava sôbre a República Oriental do Uruguai um grande mal — o risco iminente da perda de sua independência e de sua soberania.

Era necessário e urgente a defesa.

Faltavam-lhe recursos próprios, visto que o país se debatia em penúria, com abandono de tôdas as suas fontes de produção.

Era forçoso procurar auxílio no exterior. Cessara o que vinha da França.

Em meio dêsse desespêro, agoniado por essas torturas, o govêrno uruguaio recorreu ao Brasil, pedindo salvação.

Estava entre a morte, que se aproximava com violência e a passos agigantados e a vida como nação independente e soberana, que aos poucos se extinguia.

O bem maior era a vida — salvar esta era o supremo dever.

Para que se possa bem avaliar aquela situação vamos, através das aflitas e aflitivas cartas de Herrera y Obes a Andrés Lamas e das notas dêste pedindo auxílio ao Brasil, expôr a agonia dolorosa, lenta e heróica do govêrno uruguaio.

A situação uruguaia de então esclarece o quanto foram vantajosos para os nossos prezados vizinhos os tratados de 12 de outubro de 1851, tão ingratamente malsinados ainda hoje.

Em carta de 9 de fevereiro de 1848 dizia Herrera y Obes: "Por aquí estamos lutando como desesperados com a nossa situação. A alfândega rendeu no mês passado 144 mil pesos! Êste mês se crê que não passe de 100. Imagine meu amigo, como andará a procissão! Maldição, como dizem os românticos!... "Enfim temos a vida assegurada apenas por dois meses".

Seis dias antes Lamas havia manifestado sua esperança de socorro pelo Brasil, dentro de dois meses e interrogava ao seu amigo: "Mas há tempo? Viverão ainda um par de meses? Eu tenho dito aquí que sim. Mas, a você meu caro amigo, eu confesso que em alguns momentos me abate a idéia de um desenlace próximo e desgraçado. Temo a penúria da fazenda e as paixões corrosivas que fazem tão frágil a nossa organização".

Esperançado pela grande simpatia que sua brilhante personalidade dispertara em Pedro II, acrescentou depois de outras considerações: "Repito que se lhe houver tempo e a mudança se consolida, como espero, pois em meu reconhecimento houve muito de bôa vontade do Imperador — daquí, **se pode esperar tudo.**"

Referindo-se em outra ocasião ao nosso segundo imperador disse Lamas: "Sinto que a posição dêste Augusto Se-

nhor não me permita dizer todos os motivos que tenho para depositar, como deposito, uma fé cega, uma confiança sem limites, na inteligência e lealdade de sua política. Essa inteligência e essa lealdade são a primeira das garantias do Estado Oriental".

Em longa carta de 18 de fevereiro de 48 o Dr. Andrés Lamas tratando dos recursos providenciais disse a Herrera y Obes: "Devo dar amanhã, por escrito, ainda que em forma confidencial, as idéias que tenho nas diversas hipóteses que nos ocorrem. Ocupar-me-ei de tudo, sem esquecer as penúrias de dinheiro, que é nossa chaga mortal. Serei incansável, assim Deus me ajude!"

A 27 do mês seguinte Herrera comunica a Lamas a situação de extrema penúria em que se acha o govêrno uruguaio e acrescenta: "E', por consequência, urgentíssimo que se entenda com Limpo de Abreu e trate de tirar-lhe as instruções e ordens, de acôrdo com a política que se tenha acordado seguir na questão do Rio da Prata, e assim termina, com referência à "chaga mortal": "Quanto às finanças andamos mal. Voltámos aos aflitíssimos dias em que às 8 horas da noite ainda não havia o que dar como alimento à guarnição".

Dois anos depois, isto é, a 17 de junho de 1850, dizia o ministro das Relações Exteriores do Uruguai ao seu representante no Rio de Janeiro: "Se êsse govêrno vai fazer alguma cousa é necessário que seja em breve. Temo pela demora".

Dias depois, aflitíssimo, pedia Herrera que Lamas obtivesse a resolução salvadora do Brasil e observava que no caso de ser necessário uma espera se empenhasse "en sacarle plata".

Em nota anterior, de fevereiro dêsse mesmo ano, dissera Lamas ao ministro do Exterior do Brasil "que o govêrno oriental estava firmemente resolvido a não prolongar a resistência que faz, sem formal esperança de um apôio externo", e em 1851, a 15 de setembro, reiterando pedido de auxílio pecuniário, afim de que o Uruguai se pudesse manter, visto ter sido suspensa a subvenção francesa, depois de ex-

por detalhadamente o estado de penúria em que seu país se achava, disse: "Em tal situação o govêrno não tem como atender nem às necessidades da guerra, nem às necessidades da organização futura do país. Nada tem absolutamente".

Nesse momento, diz um ilustre filho do grande Andrés Lamas: "tudo se havia vendido e empenhado, até as praças púbicas, até as rendas futuras, inclusive as das alfândegas, por dois e três anos em condições usurárias. Ninguém fiava um centavo ao govêrno, reduzido a viver, dia a dia, de expediente e exações".

Foi nessa situação que se fizeram os Tratados de 51; foi nesse momento agônico, e com pleno conhecimento dêle, que o Brasil socorreu ao Uruguai e, dêsse modo, garantiu-lhe a liberdade e a indepedência como nação soberana, evitou o seu retôrno à condição de simples Província e lhe permitiu reentrar na posse dos bens comprometidos e chegar até os nossos dias com o esplendor e a civilização que lhe souberam dar seus sábios governantes e seus filhos patrióticos.

Tudo isso foi obtido sem trocas, sem compras, sem recompensas territoriais — visto que o Tratado de Limites não excedeu ao **uti-possidetis.**

SUA INICIATIVA

Limitando sua visão histórica ao tempo em que foi estabelecido o Condomínio das águas da Mirim e do Jaguarão o comandante Aguiar dá ao eminente Barão do Rio Branco a iniciativa dêsse ato, com o qual, segundo seu entender, substituiu "na ação diplomática do Itamaratí o conceito de um Brasil agressivo e frio, pelo tão cálido e cordial de um novo e Grande Brasil, amado pela sua nobreza e justiça".

Ao inolvidável e prestante chanceler brasileiro se deve, efetivamente, o maior esfôrço na realização do Condomínio.

Com êsse ato, entretanto, nenhuma orientação nova imprimiu na ação do Itamaratí, visto que o seu esfôrço em prol do Condomínio representava a continuidade de uma orientação nesse sentido, manifestada há mais de meio século — manteve, assim, a tradicional política brasileira para com os nossos grandes amigos uruguaios, e, graças aos seus notáveis talentos diplomáticos, colheu melhores frutos na prática dessa política.

Foi isso o que aconteceu.

A iniciativa vinha de longe.

O retardamento na realização da idéia não cabe ao Brasil.

O que se fêz em 1909 poderia ter sido feito, nos mesmos termos e com o mesmo fundamento, em 1857.

E' o próprio Barão de Rio Branco quem, com sua conhecida elevação de vistas, com a sua nobreza de sentimentos e de atitudes, que tanto o distinguiam e assinalavam seus atos, é êle mesmo, como íamos dizendo, quem coloca o ponto em apreço em seus devidos termos, dizendo em sua **Exposição** que desde seu regresso da Europa, em 1902, se empenhara vivamente para que fôsse concedida a navegação das águas mencionadas, procurando, assim, realizar uma "idéia que já tinham alguns homens do regime passado e que encontrou na República o apôio de três Presidentes sucessivos".

Em 1844, o erudito e eminente Duarte Ponte Ribeiro, em interessante Memória, acentuou: "Ainda que deva pertencer ao Brasil tôda a Lagôa Mirim, com tudo, à vista das possessões que hoje têm nas suas margens os orientais, será já impossível excluí-los da navegação daquela lagôa, da foz do Jaguarão para o sul. Parece, pois, que a divisória deverá continuar desde a foz do Jaguarão pelo meio da lagôa até defronte das nascentes do Chuí, seguindo as águas dêste até o Oceano".

E' a primeira manifestação de alta autoridade brasileira no sentido de franquearmos aos nossos prezados vizinhos a navegação que êles tanto ambicionavam.

Três anos depois o ilustre e prestante general Soares de Andréa, que havia de ser o Comissário brasileiro na demarcação de limites em consequência do Tratado de 12 de outubro de 1851, assim se manifestou sôbre a nossa linha divisória com o Uruguai: "Tomada uma qualquer vertente do Jaguarão mais a propósito da direção geral da fronteira, deve esta seguir a margem esquerda dessa vertente e a do rio Jaguarão até entrar na lagôa Mirim, e pelo meio dela, a igual distância de uma e outra margem até entrar na foz do rio S. Miguel. Dêsse ponto até o mar há uma nova fronteira a determinar".

Êsses limites permitiriam a navegação em comum, por uruguaios e brasileiros, da Mirim e do Jaguarão.

Assim se pensava no Brasil e êsse pensamento se divulgava por um de seus homens mais qualificados para opinar sôbre o assunto.

Quando em 1851, após a assinatura do Tratado de 12 de outubro dêsse ano, o Dr. Andrés Lamas, levantando várias dúvidas sôbre a interpretação de alguns artigos dêsse ajuste, disse que seu país reconhecia não ter direito "à navegação das águas da lagôa Mirim, mas que êsse reconhecimento não excluía o direito que pudesse obter por concessão do Brasil", teve esta resposta de Paulino José Soares de Souza, então Ministro das Relações Exteriores do Imperio: "Pelo que toca o direito exclusivo de navegar as águas da lagôa Mirim, de que o Brasil estava de posse, e que o Tratado reconheceu, o abaixo assinado limitar-se-á a declarar que êle não tolhe que o Brasil, por concessões especiais, admita debaixo de certas condições e certos regulamentos policiais e fiscais, embarcações orientais a fazerem o comércio nos portos daquela Lagôa".

Essa promessa, que é o ponto de partida de um compromisso oficial do Brasil, foi o ponto de apôio das solicitações uruguaias, e, ao mesmo tempo, a base de tudo que se realizou em 1909.

Nunca — de 1851 a 1909 — os nossos estadistas e ho-

mens de govêrno se deslembraram, nem jámais fugiram do compromisso assumido com aquela declaração.

Carneiro Leão, depois marquês do Paraná, na conferência de 15 de maio de 1852, com os representantes do Uruguai e da Argentina, respondendo ao desejo do Dr. Andrés Lamas sôbre modificações do Tratado de Comércio e Navegação, no sentido de ser aí introduzida uma disposição "pela qual se fizesse comum à República Oriental o uso da navegação da Lagôa Mirim e seus afluentes", declarou se opunha a isso porque o assunto "não pertencia ao Tratado de Comércio e sim ao de Limites, onde estava reconhecido o exclusivo direito do Império à navegação dessa lagôa". Ponderou, entretanto, que "sua recusa não devia, porém, entender-se como uma negativa absoluta por parte do Brasil à concessão pedida", e, fiel aos compromissos anteriores e mantendo uma linha de conduta impecável, que era a conduta da política brasileira, que se transmitia e continuava em seus representantes — acentuou que assim se expressava porque "subsistia a declaração feita pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Império, em nota de 31 de dezembro próximo passado ao Ministro Oriental D. Andrés Lamas".

No artigo 13 do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai, de 4 de setembro de 1857, ratificado por ambas as partes contratantes se estabeleceu o reconhecimento "em princípio da mútua conveniência de se abrir, **por concessão do Brasil** (o grifo é nosso), a navegação da lagôa Mirim e do rio Jaguarão à bandeira da República Oriental do Uruguai".

Com a mesma data dêsse tratado foi assinado outro, de permuta de territórios.

Em notas reversais, posteriores, foi estabelecido que a vigência do primeiro tratado ficava dependendo da aprovação do segundo.

Havendo, porém, o Dr. Andrés Lamas declarado que o presidente uruguaio asseverava que a aprovação do Tratado de Permuta era tida "como ponto de honra e dignidade

de seu govêrno", foi, em virtude disso, ratificado o Tratado de Comércio e entrou em vigor.

Decorreram, entretanto, três anos sem que fôsse cumprida a promessa do Presidente uruguaio e, como tudo indicava seu malôgro, o govêrno brasileiro expediu o seguinte decreto, em 29 de setembro de 1860:

"Não tendo sido até agora preenchido, por parte do govêrno da República Oriental do Uruguai, o acôrdo constante das notas reversais de 23 de setembro de 1858, trocadas entre o meu Ministro e Secretário de Estado nos Negócios Estrangeiros e o representante da mesma República nesta Côrte, sob cuja fé ratifiquei e mandei executar o Tratado de Comércio de 4 de setembro de 1857: hei por bem suspender a execução do mencionado tratado, e declaro subsistente o de 12 de outubro de 1851, na forma convencionada nas referidas notas reversais.

Considerando, porém, os justos interêsses do comércio de ambos os países, hei outrosim por bem que esta minha resolução só comece a ter efeito a datar de 1 de janeiro próximo futuro em diante".

Não cabe, pois, ao Brasil a culpa da bandeira uruguaia não navegar livremente, desde 1857, as águas da Mirim e do Jaguarão.

Em 18 de janeiro de 1867, o Dr. Andrés Lamas, na qualidade de representante do govêrno uruguaio, assinou, com o Ministro brasileiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, uma Convenção sôbre a navegação da lagôa Mirim e do rio Jaguarão e seus afluentes, em seu artigo 1.º, se estabelecia que ficava "aberta, **por concessão do Brasil**" (o grifo é nosso), a navegação daqueles cursos d'água "ao comércio da bandeira oriental".

Transformava-se, assim, em realidade o velho desejo uruguaio e o Brasil se desobrigava do compromisso de 51.

O preconceito, porém, de que a República Oriental tinha também direitos sôbre a lagôa e rio citados, levou o General Venâncio Flores, a despeito dos Tratados existentes, a se recusar em ratificar aquela Convenção.

Malogrou-se, assim, a realização do condomínio daquelas águas.

O Dr. Eduardo Flores explicando, em 1874, a atitude de seu ilustre e venerando pai e acreditando, também ingenuamente, no direito do Uruguai sôbre as águas citadas, em virtude do caduco tratado de 1777, disse "que era natural que a Convenção celebrada pelo Dr. Lamas em 1867, não fôsse ratificada pelo govêrno oriental, que alí aparecia recebendo um favor do Império do Brasil. "Os termos em que essa Convenção está concebida", acrescentou, "importa no desconhecimento de nosso indisputável direito à navegação da lagôa Mirim e, por isso, ela não devia ser ratificada por um govêrno zeloso da nação que dirigia, por maiores que fôssem as vantagens materiais oferecidas à República e abrisse novas fontes à sua prosperidade e adiantamento". O General Flores, imbuído daquelas idéias, não admitia que houvesse **concessão** por parte do Brasil. Entendia, como depois explicou seu filho, "que ninguém pode dizer que a concessão que se outorgue a uma Nação para a navegação de um rio equivale ao reconhecimento de um direito indisputável. Sabido é que ninguém pode fazer concessão de direitos que não os possue".

E' de se notar, nesta altura, que a **concessão** estipulada no artigo 1.º da Convenção de 8 de janeiro de 1867, e que já figurara no Ajuste de 4 de setembro de 1857, foi, a que se consignou no artigo 1.º do Tratado de 30 de outubro de 1909, com a circunstância de se haver reconhecido no artigo subsequente dêste Tratado, o direito do Brasil para essa concessão.

Não houve, portanto, nenhuma orientação nova nem diferente "na ação diplomática do Itamaratí".

E', por conseguinte, descabido o conceito do Comandante Aguiar qualificando o Brasil de ontem de "frio e agressivo" e o de hoje de "cálido e cordial", visto que somos no presente o mesmo que fomos no passado: amigos dedicados, com os ouvidos atentos para todos os apelos e com a alma aberta para aceitar e retribuir todos os gestos

e atos de amizade do grande e nobre povo uruguaio, com quem há muito fraternizamos, na alta compreensão de nossos destinos paralelos no Continente Americano.

Os recontros dos primeiros anos do século 19 pertencem a um **momento histórico** que passou e em que foi preciso lutar, para melhor nos conhecermos e para bem nos definirmos.

Nesse **momento histórico** havia razão de lado a lado, numa divisão de interêsses, porque as idéias da época os particularizavam.

Hoje ainda existe a mesma razão, não mais dividida, num ambiente restrito de pátrias, mas, sim, somada, numa comunhão de necessidades, de aspirações, e de ideais, dentro dos vastos e luminosos horizontes de um Continente.

Em 1880, o General José Antônio Corrêa da Câmara, 2.º Visconde de Pelotas e o conselheiro Francisco Antunes Maciel, depois barão de Cacequí, trataram no parlamento brasileiro da livre navegação, por parte do Uruguai, da lagôa Mirim e do rio Jaguarão.

Em dezembro de 1889, e, portanto, já no regime republicano, mantendo a tradição da bôa vontade brasileira em conceder aquela navegação, como prova de amizade ao grande e nobre povo vizinho, disse aquele general, em carta ao Dr. Demétrio Ribeiro, então Ministro da Agricultura do Govêrno Provisório, de que era chefe o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca: "No intuito de ver realizados melhoramentos que tragam vantagens a êste Estado (Rio Grande do Sul) e a todo o país e tornem o Govêrno Provisório conhecido como o mais solícito promotor do progresso de nossa grande Pátria, venho lembrar a V. Ex. a decretação de uma medida que conquistará gerais aplausos dentro e fora do Brasil. Refiro-me à livre navegação da lagôa Mirim e do rio S. Gonçalo, salvo os nossos direitos de fiscalização nas margens de ambos.

Para os orientais, é um escândalo a impossibilidade de navegarem com a sua bandeira as águas da dita lagôa e do rio Jaguarão, que também banham as costas do país vizi-

nho. Com esta franca navegação penso que só temos a lucrar".

Continuavam, assim, na República, no Brasil de hoje, as manifestações cordiais de amizade, de bôa vizinhança, de que no Império, no Brasil de ontem, mais de uma vez se deram provas, por atos e pela manifestação de homens qualificados para isso.

O 1.º Rio Branco, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores respondendo, em 1857, uma nota de Andrés Lamas "sôbre a navegação dos rios interiores e especialmente do rio Jaguarão e da lagôa Mirim", disse:

"O govêrno imperial reconhece hoje, com a mesma cordialidade de que crê haver dado inequívocas provas em 1851, que as relações de seus países, especiais por sua posição geográfica, por seus antecedentes e pelos interêsses que estas condições têm criado e combinado, demandam estipulações especiais. Os tratados de 12 de outubro daquele ano e os acontecimentos que os precederam são a expressão mais convincente no sentido e valor que êste pensamento sempre tem tido no ânimo do Govêrno de Sua Majestade.

O abaixo-assinado assegura, portanto, ao Sr. Lamas e lhe roga que o manifeste ao seu Govêrno que a República encontrará sempre o Govêrno Imperial benevolamente disposto para qualquer acôrdo que seja exigido pela permanência das bôas relações dos dois países e satisfação de seus mútuos interêsses.

Neste intuito o Govêrno de Sua Majestade se presta de bom grado, e com inteira confiança na bôa fé e amizade do Govêrno Oriental, a rever o Tratado de Comércio e Navegação, de 12 de outubro de 1851".

Em virtude dessa aquiescência foram realizadas diversas conferências, sendo em uma delas aceita para o artigo em que se estipulava a livre navegação da Mirim e do Jaguarão, a proposta da autoria do Dr. Andrés Lamas. Êste declarou, então, "que recebia a comunicação que acabava de lhe fazer o Sr. Visconde do Rio Branco, como uma nova prova dos sentimentos benévolos do govêrno de S. M. o Imperador

para com a República e que estava certo de que seria devidamente apreciada pelo seu govêrno, a cujo superior conhecimento a levaria".

Em julho de 1891, o Dr. Francisco Bauzá, na qualidade de representante da República Oriental do Uruguai junto ao govêrno brasileiro, apresentou um projeto sôbre a navegação, da Mirim e do Jaguarão, estabelecendo, como nos projetos anteriores de origem uruguaia, que essa navegação era aberta pelo Brasil, evitando mencionar expressamente o nosso direito de fazer a concessão.

Com êste ponto de vista e sôbre o mesmo assunto o Dr. Carlos de Castro, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, apresentou em dezembro de 1895, um projeto ao Dr. Carlos de Carvalho, Ministro da mesma pasta no Brasil.

Não lograram esses projetos aprovação do govêrno brasileiro.

Velava pelas nossas tradições, com energia e fidelidade, dignas do maior apreço, o Visconde de Cabo Frio, cuja voz era ouvida com o maior acatamento no Itamaratí.

A pirronice uruguaia em negar ao Brasil o direito de fazer a concessão, encontrou, nesse ilustre e prestante brasileiro, ferrenha oposição.

Essa resistência o Barão de Rio Branco atribuiu ao "espírito pouco inovador" de Cabo Frio.

E' de se registar aquí, entretanto, que o ponto de vista "do antigo e venerando funcionário" foi o que predominou no Tratado de 30 de outubro de 1909, de que Rio Branco foi a alma e o realizador.

Não era, pois, o emperramento nem a rotina de um ultraconservador que Cabo Frio impavidamente defendia, e sim, um direito incontestável, perfeito, que, porisso, afinal, prevaleceu.

O eminente estadista e inolvidável brasileiro Barão de Rio Branco, desde seu regresso da Europa, em 1902, se empenhou vivamente para que fôsse concedida a navegação em apreço, procurando assim realizar uma "idéia que", segundo suas próprias palavras. "já tinham alguns homens do regi-

me passado e que encontrou na República o apôio de três presidentes sucessivos".

Em 1905 êsse ilustre chanceler manifestou a opinião "de que devíamos não só conceder a liberdade de navegação, sempre solicitada pela República Oriental, mas também, por ato nosso, espontâneo e desinteressado, deviamos modificar a linha de fronteiras na lagôa Mirim e rio Jaguarão".

Nesse sentido encontrou Río Branco "o mais favorável acolhimento", e êle quem o diz, "por parte do Presidente Rodrigues Alves".

Em 1907 ocorreu entre o Uruguai e a Argentina grave incidente sôbre jurisdição das águas do Rio da Prata.

A solução dada ao caso acarretou a renúncia do Ministro das Relações Exteriores da República Oriental e a opinião pública do país vizinho manifestou solidariedade ao ato do Ministro demissionário.

Logo depois o **Club Colorado Rivera** iniciou forte campanha em prol da militarização do país.

Em novembro do mencionado ano êsse Club, sob a presidência do Dr. Carlos Travieso, e o **Club Vida Nueva,** tendo à frente de seus destinos o Dr. José Enrique Rodó, promoveram grandes e aparatosas festas em homenagem ao Brasil, com o pretêsto de comemorarem a data da proclamação da República em 1889.

O govêrno uruguaio se fêz representar nesses festejos por uma embaixada constituída de homens notáveis, entre os quais figurava o Dr. Carlos Maria Pena, que se achava autorizado a trocar idéias com o representante do Brasil, que era o Barão de Rio Branco, sôbre "o condomínio das águas fronteiriças" e teve como resposta que o Brasil "estava disposto a promover uma declaração espontânea em favor do condomínio das referidas águas."

O Dr. Afonso Pena, em sua Mensagem de 3 de maio de 1908, dirigida ao Congresso Nacional, na qualidade de Presidente da República, cumprindo a promessa acima referida, e filiando-se ao compromisso de 1851, assim se manifestou: "Desde 1851, como é sabido, ficamos senhores da

navegação privativa do rio Jaguarão e da lagôa Mirim e mantivemos ininterruptamente essa posse.

"Tratados solenes que celebrámos com a República Oriental do Uruguai, em 1851, e posteriormente, baseados no **uti-possidetis**, estabeleceram como limites entre os dois países a margem direita do rio Jaguarão e a ocidental da lagôa Mirim, da confluência do Jaguarão para o sul. A continuada agitação e as guerras civís que ensanguentaram a República Oriental desde a sua independência até 1851, explicam a precaução, que pareceu conveniente tomarmos então, de evitar frequentes contactos entre as populações confinantes, naquela região em que um extenso lençol de água, em nosso poder tornava fácil evitar isso. Mas o próprio ilustre estadista brasileiro que dirigiu as negociações de 1851, deu desde logo a compreender que, mais tarde, o Brasil poderia fazer concessões ao país vizinho e amigo.

"A situação atual não é idêntica à de meio século atrás. A República Oriental do Uruguai é desde muito tempo um país próspero e cujo povo se não mostra menos pacífico, ordeiro e progressista que o das mais adiantadas nações desta nossa América. As idéias de concórdia, em que nos inspiramos todos e os sentimentos de justiça e equidade aconselham-nos, a, espontaneamente — sem solicitação alguma, que não houve — fazer mais do que se esperava de nós, e isso desinteressadamente, sem buscar compensações que outros poderiam pretender, dada a perfeita situação jurídica em que nos achamos.

Entendo que é chegada a ocasião de retificar a linha divisória naquelas partes, estabelecendo-a pelo talweg do Jaguarão e por varias retas mais ou menos medianas" — vide bem — "mais ou menos medianas, que da embocadura dêsse rio sigam até ao extremo sul da lagôa Mirim. Procedendo assim, trataremos aquela República vizinha como temos tratado as outras na determinação das nossas fronteiras fluviais e nos conformaremos com as regras de demarcação observadas por todos os países, na América e na Europa, no tocante a rios e lagos fronteiriços".

Era o caminho franco para o Tratado do Condomínio de 30 de outubro de 1909, que com justiça se exalta como um grande ato de fraternidade internacional.

Êsse tratado tem raízes, está filiado, como ficou claramente demonstrado, no compromisso brasileiro de mais de meio século, no compromisso do "Brasil de ontem" e representa, assim, a nossa política tradicional, desde o Império.

O calor e a cordialidade que existem nesse ato são o efeito da chama de um fogo amigo, fraterno, que, se alguma vez bruxoleou nunca entretanto, se apagou.

E' êste o juízo da história verdadeira e há de triunfar e se impor, sem discrepâncias, porque está inspirado na justiça, que é eterna, e paira, sobranceira, sôbre as paixões humanas, falazes e transitórias.

Velhos Caminhos do Rio Grande do Sul

Gal. JOÃO BORGES FORTES

Na sua apostólica devoção de espalhar a doutrina de Jesús no seio do gentio americano os Padres Castelhanos vieram fundar na margem oriental do Paraná, quase no coração do Continente, as lendárias missões do Guaíra.

Dalí os arrancaram, a viva fôrça, os bandeirantes paulistas, no decurso da primeira metade do século XVII.

Atirados, pela violência de seus adversários, das margens do Paraná para as do Uruguai, mas ao Sul, não cessou a perseguição de paulistas aos missionários espanhóis. E' que os heróicos filhos de Piratininga não toleravam na margem oriental daqueles dous grandes rios outra nação que não a portuguesa.

Para a realização dêsse elevado objetivo, incentivados também pela cobiça de aumentar os bandos de cativos a que eram reduzidos os desgraçados indígenas, atravessaram os bandeirantes as florestas e sertões, vararam rios e galgaram serranias, cortaram campinas e arroios naquele imenso, agreste e deserto país que era o Brasil.

Não os atemorizavam as dificuldades das jornadas, os perigos de lutas, o longínquo das distâncias, os rigores de soalheiras e invernias, os assaltos das enfermidades, a hostilidade do clima...

O Rio Grande do Sul é a êsse tempo a **Terra do Tape** e

o seu território cujo desbravamento começava a ser feito pelos Padres das Missões, foi teatro das batalhas dos rudes e tenazes bandeirantes, que, ao mesmo tempo, batiam o castelhano e aumentavam a própria fortuna com o fruto ingrato da escravidão dos índios.

Não se conhece até hoje, com certa precisão, os caminhos percorridos por êsses atrevidos aventureiros: aproveitaram-se muito dos cursos d'água para se transportarem ao campo de suas lides; abriam longas picadas nas matas impérvias, no rumo invariável de seu destino prévio; em breve, de sua passagem não ficaria vestígio na superfície do solo, apagadas pelo tempo e pela vegetação as abertas que êles haviam deixado aquí e alí: só algum raro documento ficou assinalando a peregrinação daqueles titãs, a maioria dos quais documentos é o registro de tributo à morte, dos que ficavam sepultados no caminho.

Dos feitos dêsses homens, que em tão remota época penetraram no Rio Grande, ficou perenemente a fama gloriosa, entretecida de vitórias e derrotas.

A história verdadeira das Bandeiras paulistanas que alargaram e fixaram fronteiras do Brasil está se fazendo lentamente, pela escassez de fontes informativas e o trabalho dos historiadores paulistas na explanação do assunto é um esfôrço na altura do heroísmo que êles visam consagrar.

As bandeiras do Rio Grande do Sul, a despeito dos trabalhos de Taunay, Ellis Júnior e Teschauer, oferecem ainda campo fecundo para investigações e estudo.

Segundo êsses historiadores, o período em que penetraram no Rio Grande os bandeirantes foi de 1635 a 1685.

Regista-se como primeira bandeira a de Aracambí, que veio ao pôrto dos Patos, em rápido golpe de mão. Ao tempo dessa investida o pôrto dos Patos era a região da Laguna, e com a brevidade das jornadas de ida e regresso a S. Paulo deve-se concluir que a bandeira do Aracambí não atingiu o Rio Grande ficando limitada ao território de Santa Catarina.

Olinto Sanmartin, em sua Memória sob o título "A Bandeira do Aracambí" publicada no III Volume dos Anais do

Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense demonstra inconfundivelmente que essa entrada não ultrapassou os limites catarinenses.

Antônio Raposo Tavares, na frase de Ellis Júnior, o "leão dos sertões sul-americanos", traz em 1636 a sua bandeira até à bacia do Jacuí destruindo as reduções de Jesús Maria José e S. Cristovão.

No ano de 1638 é Fernão Dias Pais quem vai à Terra do Tape e em 1641, quando os jesúitas já haviam abandonado a margem oriental do Uruguai, isto é, o território hoje integrante do Rio Grande do Sul, ocorre a última entrada de bandeiras na direção do Sul, com a derrota de Jerônimo Pedroso de Barros, na investida de Mbororé, na margem direita do Uruguai.

Além dêsses sertanistas paulistanos há o nome de um outro frequentemente citado como o de um chefe que percorreu terras rio-grandenses à frente de bandeirantes. E' Manuel Dias da Silva.

Em "O Bandeirismo Paulista" diz Ellis Júnior à pág. 196 :

> "Ainda uma terceira bandeira nessa época, a mando do Bixira, Manuel Dias da Silva, atingiu as remotas paragens de Santa Fé, hoje cidade argentina.
>
> Taunay, na sua tão citada carta das bandeiras, do Museu Paulista, acha que esta entrada do Bixira se efetuou em 1660 tendo ela passado pelo Rio Grande do Sul,"

Os livros de história dêste Estado, a começar pelo venerável Visconde de São Leopoldo, referem que o Mestre de Campo Manuel Dias da Silva, em 1735, levantou na Vacaria um padrão com esta inscrição: "Viva o muito alto e muito poderoso Rei de Portugal (*) D. João V, senhor dos domínios dêste sertão da Vacaria."

(*) D. João V reinou de 1706 e 1750.

Tasso Fragoso menciona o episódio em "A Batalha do Passo do Rosário", pág. 56 e o dá como ocorrido quando Manuel Dias descia para socorrer a Colônia do Sacramento, sitiada em 1735.

Rodolfo Garcia apoia-se em Tasso Fragoso e no Visconde de São Leopoldo para confirmá-lo, na última edição da História do Brasil de Pôrto Seguro.

Alfredo Varela, no "Rio Grande do Sul" também repete a versão de haver Manuel Dias, explorando o território da Vacaria, em 1735, substituído os marcos espanhóis por títulos portugueses.

Incidem no mesmo equívoco Virgílio Várzea em "Garibaldi na América" e Basílio de Magalhães no Vol. 47 (pág. 230) de "Documentos Interessantes para a História de S. Paulo."

E, em trabalho que recentemente saíu do prelo, o Capitão Gabriel Mena Barreto reproduz a lenda de Manuel Dias, no seu "Subsídio para um Dicionário Histórico do Rio Grande do Sul."

A façanha atribuída ao Mestre de Campo Manuel Dias da Silva, erguendo no sertão da Vacaria o padrão da soberania do muito alto e muito poderoso Rei D. João V é absolutamente real. Há porém um explicável equívoco em tôrno dela: o campo do memorável acontecimento é o da Vacaria de Mato Grosso e não o da Vacaria do Rio Grande do Sul.

A Vacaria que Manuel Dias com tão altiva sobranceria reinvidicavel para seu rei e a região "que se compreende entre a Serra Maracajú e o Rio Paraná, tendo o Camaquã ao Norte e o Iguatemí ao Sul". (V. pg. 85 do Vol. XII de Doc. Int.)

Êste repetido êrro já está aliás retificado pelo ilustre historiador de "As Raias de Mato Grosso" Virgílio Corrêa Filho, na pág. 54 do Vol. III:

> "Surgiu, então, a fazenda de Camaquã apoiados na qual os seus fundadores, aqueles mal afor-

tunados sertanistas "correram, sem contradição alguma, o território que decorre entre as margens do Guatemí."

Por aí passou igualmente o Mestre de Campo Manuel Dias da Silva, quando em 1736, organizou fôrça em Goiaz para enfrentar os castelhanos.

Abastecido convenientemente, marchou para o Sul, encontrou nas Vacarias apenas indícios do acampamento dos intrusos, já abandonados, e um padrão de pedra com inscrição espanhola que substituiu por outro, de madeira no qual gravou: "Viva o muito alto e poderoso Rei de Portugal D. João V Senhor dêstes desertos da Vacaria!"

Não só o autor mato-grossense corrige o êrro recidivo. O P. Geraldo Pawels, conhecedor completo da história e geografia dos dous Estados do Extremo Sul, Santa Catarina e Rio Grande, em sua detalhada Memória publicada no Vol. da Rev. do Inst. Histórico e Geagráfico do Rio Gr. do Sul correspondente ao ano de 1926, e a pág. 416, alude precisamente ao êrro de numerosos autores e demonstra a impossibilidade de se haver realizado o bello ato de Manuel Dias no Rio Grande do Sul.

O exame dos documentos da época em que se regista o fato dá inteira razão aos dous últimos autores que venho de apontar — Virgílio Corrêa e P. Geraldo Pawels.

Procede o equívoco de São Leopoldo de um exame superficial do acontecimento e à referência feita ao Rio Grande, denominação que se dava ao rio Paraná, naquele tempo, e à localidade de Vacaria, nomes êsses que coincidem com alguns do extremo Estado brasileiro, como ainda outros de Mato Grosso, tais como rio Pardo, Taquarí, Guaíba, induzindo o eminente Visconde a crer que Manoel Dias penetrara no Estado de que êle escreveu os monumentais Anais.

A atividade de Manuel Dias da Silva se exerceu no centro do Brasil onde também a praticava Luiz Pedroso de Barros, seu próximo parente, e que cooperou na abertura dos caminhos de S. Paulo para Goiaz e Cuiabá.

Os campos da Vacaria de Mato Grosso eram frequentados por paulistas e castelhanos, ao passo que os da Vacaria rio-grandense estavam mansamente na posse dêstes últimos.

A tal respeitao encontramos a seguinte carta de Rodrigo César de Menezes, escrita de S. Paulo ao Rei de Portugal em 15 de setembro de 1722:

> "Snr. Depois de ter ajustado abrir-se o caminho para as novas Minas do Cuyabá por parte mais conveniente, me pareceu **embarcar** não houvesse outro pello prejuizo que se segue á arrecadação dos Reaes quintos de V. Magde. porque havendo mais de hum se experimentão muitas dezordens porque a maior parte dos sertanistas desta Capitania intentavão frequentar a sua marcha por huã paragem chamada a **Vacaria,** a qual ainda está indicizo se pertence á Real Coroa de V. Mgde. ou de Castella por falta de demarcação; me pareceu embaraçarlhes não continuassem aquelle caminho que, como os Castelhanos costumão vir á dita paragem de annos em annos com cavallaria a observar se os Paulistas fazem ahi algua prezistencia ou descobrimento, por esta cauza como pela de se poder devertir o ouro para Castella se por aquella parte viessem os mineiros, mandei lançar o bando que consta da copia que esta remeto a V. Mgde., que mandará o que for servido."
> (Documentos Interessantes. Vol. XXXII. Pg. 19.)

Depois que em 1687 foi fundada, pela segunda vez a Missão Jesuítica de S. Nicolau, na região oriental do Uruguai, seguindo-se a essa as demais, de S. Miguel, São Luiz Gonzaga, São Borja, (1690) São Lourenço, (1691) São João Batista, (1698) e Santo Ângelo (1703) os padres de Espanha ficaram dominando inteiramente o territrio que é hoje rio-grandense, começando alguns anos mais tarde a infil-

tração lusitana na parte litoral e irradiando da Laguna na direção da Colônia do Sacramento.

O volume XXXII de Documentos Interessantes de S. Paulo elucida com admirável precisão a interferência de Manuel Dias nos acontecimentos da Vacaria. À pág. 158 vem estampada uma carta de Rodrigo César sôbre os serviços do Mestre de Campo Manuel Dias e no pé da página se encontra a seguinte nota de A. de Toledo Piza, diretor do Arquivo do Estado.

> "Luiz Pedroso de Barros era filho de Lourenço Castanho Taques — o moço — e neto de outro Luiz Pedroso de Barros que foi à Baía, lá casou com D. Ângela de Siqueira, voltando a São Paulo, fêz grande expedição ao sertão de Mato Grosso e Perú, onde faleceu em 1660, mais ou menos. O neto Luiz Pedroso tomou parte na guerra dos emboabas e na expulsão do Desembargador Souto Mayor, pelo que ficou criminoso, obtendo depois perdão por ter aberto à sua custa o caminho de S. Paulo ao rio Paraná.
>
> Manuel Dias da Silva era filho de Domingos Dias da Silva, genro de Lourenço Castanho Taques — o moço — e portanto cunhado do mesmo Luiz Pedroso de Barros, mencionado no documento acima.
>
> Domingos Dias também tomou parte na guerra dos emboabas, com o seu cunhado Luiz Pedroso e Amador Bueno da Veiga, e o seu filho Manuel Dias ocupou cargos importantes em S. Paulo e desempenhou comissões no sertão de Cuiabá em 1763, restaurando a posse de Portugal sôbre o território contestado de Vacaria a Iguatemí. Morreu em Cuiabá em 1752."

De outro lado, quando do cêrco da Colônia em 1735, a única intervenção armada que de São Paulo partiu para o socorro daquela praça foi chefiada pelo Coronel Cristóvão

Pereira de Abreu e esta ganhou o Rio Grande pelo litoral, recrutando elementos em S. Francisco, Laguna e Viamão. Nem um documento refere a marcha de Manuel Dias da Silva em outra direção que não seja a de Oeste.

* * *

Reduz-se portanto a hitória da entrada das bandeiras no Rio Grande ao período que vai de 1636 a 1641. Os caminhos trilhados pelos imortais sertanistas nas suas façanhas ciclópicas através do território continentino apagaram-se de-pressa.

A década de 1670 a 1680 marca no dizer de Ellis Júnior o apogeu de São Paulo na senda do bandeirismo. E' a marcha grandiosa feita pelos filhos do Brasil para o alargamento de sua pátria em formação.

E, no último ano da memorável década, também os portugueses realizam uma emprêsa arrojada com os mesmos nobres objetivos. Não se lançam êles através dos sertões bravios e agressivos, intérminos e perigosos, porém seguem rumo ao sul, sôbre o dorso do Atlântico oceano que as naus lusitanas trilhavam sempre vitoriosamente, naquele glorioso afã de ganhar terras para o pavilhão das quinas.

Foi em 1680 que D. Manuel Lôbo fundou na bôca do rio da Prata a Colônia do Sacramento.

ITINERÁRIO DA COSTA

A crônica das Missões Jesuíticas do Rio Grande relata a existência de várias povoações e muitas estâncias espalhadas na superfície da Província do Tape, região abrangida pelos dous grandes rio Uruguai e Jacuí, êste na parte de seu curso no rumo Norte-Sul, desde as nascentes até a barra do Vacacaí.

Tais povoações e estâncias, estariam ligadas por trilhos e caminhos, aproveitando no seu traçado a facilidade que as

campinas abertas do território oferecem, por sôbre a linha divisória das águas, trilhos e caminhos que, em sua quase totalidade são os mesmos que hoje percorrem os viandantes da Região Missioneira.

Do advento dos portugueses no Prata, com a fundação da Colônia e, logo em seguida, da Laguna, tinha de surgir necessariamente um novo caminho: o trajeto por terra, que, unindo os dous extremos estabelecimentos lusitanos, superasse as dificuldades do rijo mar do Sul.

E' documento fundamental para a história dêsse caminho o Roteiro de Domingos da Filgueira que o ilustre Capistrano de Abreu fêz inserir na História Topográfica e Bélica da Colônia do Sacramento, edição do Centenário do Decobrimento do Brasil.

O Roteiro diz claramente que nenhum caminho existia entre os dous pontos, antes de ser balisado pelo autor do documento, e pinta bem ao vivo as dificuldades da jornada, pela enorme distância, pela presença de feras, pela carestia de recursos em dilatados trechos, dando simultaneamente um belo colorido à fauna das terras rio-grandenses.

Traz o roteiro a data de 1703. Êsse ano é o que precede às ameaças de D. Baltazar Garcia Roz, preparando-se para uma nova agressão à praça forte portuguesa no Prata.

Não encontrei referência alguma sôbre o autor do Roteiro: não pude saber se a sua jornada foi determinada por Sebastião da Veiga Cabral, o comandante da Colônia, na condução de notícias para o Brasil do que se passava no Prata e dos perigos que se acumulavam contra o domínio português: tão pouco se êle foi um dos desertores fugitivos da longínqua praça forte, hipótese bem improvável, ou finalmente se êle foi um dos exploradores da terra por aventura ou interêsse.

Em nada importa conhecer o objetivo visado por Filgueira: baste-nos o seu Roteiro cuja autenticidade está amparada na autoridade incontestável de Capistrano de Abreu.

Vamos transcrevê-lo integralmente:

"ROTEIRO por onde se deve governar quem sair por terra da colônia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou vila de Santos.

Saindo da povoação da colônia se buscará o caminho do Norte, que por vinte e três dias se seguirá, e andarão dois a dois com as espingardas sempre na mão e prontas por causa das onças, passando a noite em quartos e cuidadosa vigia com o fogo ao pé.

Nesta forma se continuará a viagem por espaço de vinte e três dias, no fim dos quais se chega à serra de Maldonado, gastando na sua passagem oito dias sem receio de suas cavidades, não largando o rumo; e se nos ditos dias se não avistar a costa ou lagôa de Castilhos, se andará o caminho de Leste a buscar a dita costa; tanto que se der com a lagôa de Castilhos se andará à roda dela, até se tornar a tomar e buscar e meter na praia que nunca mais se largará até dar em povoado.

Em todo êste caminho é conveniente não penetrar o mato mais do que para apanhar caça, e pela praia se pesca na roda da maré, metendo pela água até ao joelho, ou botando linha com isca de marisco, que se tem na meia praia levantando-se a areia até profundar um palmo, e com o que daí tira cai muito peixe. Aquí em Castilhos faça cada um cinco ou seis braças depasca (?) para amarrar as mochilas e jangadas, fazendo provimento de carne de vaca, porque daí para diante não a há.

De Castilhos até o rio Grande se gastam quinze dais, e tanto que se tiverem andado três ou quatro de Castilhos, se avista um lago que vai costeando a costa e vai fazer barra no rio Grande. Chegando à dita barra rio acima, obra de meia légua por baixo da dita lagôa, faz a barra onde se vê uma cruz que tem a era do tempo em que nós passamos e abaixo tem o pôrto onde nós fizemos aguada que é acima da barra do rio Grande meia légua.

Neste pôrto é necessário passar em jangada, que se há de fazer em ocasião de reponta da maré. E a jangada se fará de espinho sêca para as estivas que se juntarão, e os três paus para a estiva pouco importa que sejam verdes. Hão de estes ter quinze até dezoito palmos de comprimento, far-lhe-ão duas faces, uma para baixo outra para cima. Por desta estiva se fará outra de madeira com travessas lançadas e amarradas umas às outras, por cima de ambas as estivas se lançarão dois paus, um por cada lado, que servem de talabardães para se armarem os remos, cujos paus serão grossos e secos, os remos serão de boga e de espinho branco verde que é mais forte e não falta: por-lhe-ão quatro remos, dois por banda, e a jangada tem quinze ou dezesseis palmos de comprimento, e daí para cima conforme a quantidade de gente que houver de passar, porque esta medida é para seis passageiros.

Passando o rio Grande se seguirá jornada sempre pela praia até chegar ao rio a que chamam Taramandabum, o qual se passa a vau com água pela cinta em maré vasia, e pela mesma se vai continuando o caminho até chegar ao rio Iboipitiuhi, que com maré vasia se passa também a vau com água pela cinta; e segue-se a jornada até chegar ao terceiro que é o Araraga que se passará em jangada por cima da barra, onde se acha lenha sêca para se fazer, que o mesmo rio expulsa. Segue-se o quarto que é o Arangagá, que se passa em jangada junto da barra e é o último.

Passando êste e andando meia légua se entrará pelo sertão, e as cabeceiras duma lagôa pequena, onde se não pode bem revolver o peixe, e se pode apanhar quanto quiserem.

Passada esta se acha logo rasto de gado, e povoado, que dista do último rio três dias de jornada andando pouco; na primeira ponta de pedra que

se avistar junto da praia, a que chamam os morros de Santa Marta se entrará para dentro, e pelo rasto do gado se vai dar ao povoado e logo se acharão cavalos e ovelhas do capitão Domingos de Brito, que é o povoador desta terra.

Nesta viagem gastei da Colônia até Castilhos vinte e quatro dias; dêstes ao rio Grande dezesseis; dêste ao povoado trinta, que por todo são setenta, todos de jornada, e os que faltam para os quatro meses que me demorei estivemos parados em ranchos pelas muitas chuvas nos impedirem o seguir jornada.

Advirto que o rio Grande à vista do que se diz dêle é uma droga; porque nós assim que a êle chegamos estávamos vendo os lôbos sair dêle para a praia e tornarem a meter-se no rio: Êste é muito estreito e os passei em meia hora.

De Castilhos para diante não faltam porcos, cervos e veados pela campanhas. Aos cervos se deve atirar com bala; aos porcos e veados basta munição grossa. Também não faltam pássaros pela praia. Advirto mais que passados três ou quatro dias de viagem de Castilhos se encontram nos barrancos altos de barro vermelho, onde há muitos veados e será conveniente matar alguns para fazer provimento de carne para alguns dias; porque daquí para diante os que aparecem esperam pouco o tiro.

Pelas margens do rio Grande há muita caça de porcos e outros animais e pássaros que se podem matar e fazer provimento. Com esta prevenção nunca na minha jornada faltou carne, nem se soube que cousa foi fome, que outros experimentam por sua culpa.

Quem quiser empreender esta viagem há de prevenir-se com o que eu aquí pondero, se a quiser fazer sem trabalho; por que eu como experimentado posso aconselhar, e o mais pelo que observei,

são necessários para a jornada dois ou três cães bons, três espingardas bem experimentadas e municiadas, suas catanas ou facas de mato, e a matolotagem que cada um puder."

Define o roteiro o itinerário da costa.

A marcha dos viajantes é feita pela praia que se estende desde Maldonado até Santa Maria. Há nêle uma confusão quanto ao rio Araranguá.

Em 15 de março de 1705 a Colônia voltava às mãos castelhanas, quando as tropas portuguesas que a ocupavam embarcaram nos navios que as haviam ido buscar do Rio de Janeiro.

Somente em novembro de 1716 volveriam os portugueses a reocupar o baluarte que por duas vezes lhes escapara das mãos. Nesse interregno nenhum outro impulso poderia existir incrementando as comunicações entre a Colônia e a Laguna, persistindo o estado de guerra entre Portugal e Hespanha até o Tratado de Utrecht.

Os povoadores da Laguna, com o espírito aventureiro que os atirara da povoação de São Vicente para a terra dos Patos, fundando a vila da Laguna, haviam penetrado nas terras do Sul e atingido a margem do Tramandaí. Francisco de Brito Peixoto em longo e detalhado requerimento ao Rei pede 50 léguas de costa com 30 para o sertão desde Garopaba ao Norte, até o rio que chamam Tarimandí. Êste requerimento foi devolvido para o Rio de Janeiro para ser informado em 6 de fevereiro de 1714 e está publicado no Vol. XLIX dos Documentos Interessantes de S. Paulo.

Aviva-se dessa data em diante a curiosidade do govêrno de Lisbôa em tôrno das cousas do Sul do Brasil, iniciando-se a marcha decisiva da incorporação do Rio Grande à vida portuguesa.

A ESTRADA DA LAGUNA

Para comprovar a asserção que venho de formular temos o documento registado no Arquivo Nacional e inserto

à página 29 e seguintes do Vol. X das Publicações dêsse instituto.

Antônio de Brito Menezes, governador do Rio de Janeiro, foi consultado pelo Rei sôbre as possibilidades e conveniências da ocupação da ilha de Santa Catarina e territórios contíguos até o Rio Grande.

Sua resposta datada de 6 de março de 1718, narra a entrada que fizera Francisco de Brito Peixoto pelas terras do Rio Grande indo até o cêrro do Butucaraí onde supunha encontrar prata e pedras preciosas, conforme informação que lhe ministrara um índio.

Em tal investida gastou a comitiva de lagunistas quinze dias de viagem até alcançar o local almejado: aí encontrou ela carros conduzidos pelos índios já aldeados pelos padres e dominados pela côrte de Espanha o que os levou a regressarem apressadamente gastando seis dias de viagem para recolherem-se, de volta. à Laguna. Os carros carregavam erva mate e não a cobiçada prata.

Sem encontrar os metais e gemas em que acreditavam, teriam os lagunistas verificado, provavelmente, nas dilatadas pastagens que atravessaram, o gado abundante que alí se criava e esta nova fonte de riqueza iria fomentar a prosperidade de sua pequena vila.

A Laguna abastecia de carne os portos da costa até o Rio de Janeiro e o aumento do rebanho das estâncias seria alimento certo para o desenvolvimento do comércio local, ao par do que também se fazia com legumes e pescado.

Tão promissor era o negócio de gados que Bartolomeu Pais de Abreu dirigiu em 23 de maio de 1720 uma carta ao govêrno de Lisbôa pedindo permissão para abrir uma estrada de São Paulo até o Rio Grande.

Demorou a solução do pedido e uma Carta Régia de 6 de setembro de 1721 mandou que sôbre a conveniência de tal serviço e a capacidade do proponente falasse o Governador de S. Paulo.

Bartolomeu Pais não aguardara inativo o despacho de sua pretensão. Lançara-se na abertura de outro caminho,

o que demandava Cuiabá, centro de grande movimento na mineração do ouro.

A Carta Régia de 6 de setembro foi endereçada à Rodrigo César de Menezes que trouxera de Lisbôa a ordem de ajustar com o mesmo Bartolomeu a abertura do caminho do Rio Grande, (*) "por haver o ministério penetrado que êste era o meio do estabelecimento das terras, desde o Rio Grande até a Colônia do Sacramento ficando desta sorte segura a Corôa de Portugal nestes domínios, antes que os castelhanos se estabelecessem nas mesmas terras, que até então as defendia, a custa de tôdas as fôrças o Capitão-mor povoador e fundador da Alaguna, Francisco de Brito Peixoto."

Em a História da Cidade de S. Paulo no século XVIII Taunay acrescenta ao período que vimos de citar esta afirmação: "A-pesar das recomendações especiais oriundas do Conselho Real, só escutava Rodrigo César a má vontade contra o desazado requerente."

A primeira informação que o Governador de S. Paulo enviou sôbre o assunto está no Vol. XXXII dos "Documentos Interessantes" e nela se refere que Bartolomeu se achava retirado da cidade havia três meses, na tentativa de "fazer algum descobrimento para logo que o achar principiar a abrir o dito caminho" e que enquanto não regressasse a S. Paulo nada poderia ser ajustado.

Bartolomeu voltou logo de Mato Grosso e chegado a S. Paulo incorreu no desagrado do Governador, o qual escrevia ao Rei:

> "Snr. Na forma da ordem de V. Mgde. procurei examinar as posses e inteligência que tinha o Capitão Bartolomeu Pais de Abreu e achei ser um dos homens honrados desta Capitania, mas sem possibilidade, nem conhecimento algum do sertão por falta de experiência pelo não haver cursado nunca, por tôdas as circunstâncias, como também

(*) Anais do Museu Paulista. Ano de 1933 — Pág. 158 Vol. VI.

por haver desistido da emprêsa. Me pareceu dizer a V. Magde. não deve ser admitido assim como o poderá ser outrem no caso em que a intente, pois poderão servir de grande utilidade à Real Fazenda de V. Magde. descobrirem-se e povoarem-se as ditas terras, e achando quem o faça darei conta a V. Magde. para que disponha o que fôr servido. D G. a Real pessôa de V. Magde. S. Paulo, 19 de setembro de 1722."

A propósito da injustiça dêsse conceito manifestado ao Rei, Taunay faz esta observação na obra já citada:

"Assim com esta justiça se exprimia o capitão general acêrca de um homem que acabara de levar uma picada à margem do rio Paraná! Não conhecia o sertão o autor da abertura de uma trilha que, saindo de Sorocaba, ia, a centenas de quilômetros, fenecer na barranca do grande rio! e isto quando o deserto absoluto começava, naquela época, a cem quilômetros de S. Paulo!

Não conhecia o sertão quem constantemente percorria os enormes e deshabitados Campos Gerais de Curitiba a visitar as suas fazendas de gados e a trilhar o caminho ao sul. Avalie-se do quilate da justiça com que proclamava o governador os méritos dos vassalos notáveis da corôa de Sua Majestade, ainda não fidelíssima."

A iniciativa de Bartolomeu Pais de Barros não estava porém condenada a morrer. Os acontecimentos se encarregariam de levar o próprio Rodrigo César a se interessar pelo progresso do sul de sua capitania e consequentemente, com a necessidade do povoamento, viria a abertura dos caminhos.

Em agôsto de 1722 chegava à Laguna um grupo de castelhanos que, com Roque Zoria, precediam uma numerosa tropa de gados, muar e vacum, em demanda dos mercados de S. Paulo e Minas.

Escreve então Rodrigo César uma carta ao Rei lembrando-lhe a utilidade de ser o Rio Grande povoado e a conveniência de fazer amigos os Índios Minuanos, habitantes do litoral sul do Rio Grande e pouco amigos dos espanhóis.

De Lisbôa, o Rei retrucava, em 18 de abril de 1722, à primeira informação de Rodrigo César, que esperava do zêlo do governador que concluísse a diligência da abertura do caminho para o Sul, reputada muito importante ao Real serviço e de grande conveniência para os seus vassalos.

Rodrigo César tinha porém tôda a atenção voltada para a exploração do ouro em Mato Grosso e Goiaz onde a mineração absorvia tôdas as atividades. Para as bandas dos dous grandes Estados é que se dirigiam todos os caminheiros.

Varnhagem menciona em sua História Geral do Brasil que Manuel Godinho de Lara e Luiz Pedroso de Barros se propuzeram a construir o caminho projetado por Bartolomeu Pais de Abreu ligando S. Paulo com as campinas do Rio Grande. E' equívoco. O caminho proposto por Luiz Pedroso é conforme se lê na carta do Governador Rodrigo César, a pgs. 82 e 83 do Vol. XXXII dos Documentos Interessantes o das Minas de Cuiabá.

> "Sr. Logo que se ajustou abrir-se o caminho para as novas Minas do Cuiabá, dei conta a V. Majde, da forma do ajuste dêle com Manuel Godinho de Lara, cujas condições remeto, como V. Mjde. me ordena, as quais não tiveram efeito por causa de não abrir o caminho com a brevidade que prometia, assim por ser pouca a gente que levava e lhe morrer parte dela e fugir outra, como porque as águas entraram, faltando-lhe também o mantimento, e porque depois se ofereceu Luiz Pedroso de Barros para o abrir pela parte mais conveniente, pedindo por prêmio que se lhe perdoasse o crime que lhe resultou de uma assuada que se fêz ao síndicante Antônio da Cunha Soutomayor, o que conseguiu da Relação do Estado, comutando-se-lhe a

sentença que tinha tido à pena pecuniária, e procurando logo a ir abrir o dito caminho foi sem demora, e depois de andar nove meses na diligência se recolheu a esta Cidade, dando conta do que havia feito, e porque não tinha comodidade para irem gados se resolveu a tornar, escolhendo diferente rumo em que se pudessem achar melhores pastagens para cavalgaduras e gados, e assim por êle espero cada dia se recolha com o caminho feito por ter capacidade e préstimo para isso e fôrça dos parentes e amigos que o acompanharam.

Também espero que o primeiro com quem se ajustou abrir saia com êle, pois foi sem ser obrigado mais que de capricho e não querer nada pelo dito serviço, e qualquer que o abra se escolherá a mais conveniente por convir um só."

* * *

A chegada à Laguna das tropas conduzidas pelos castelhanos, de que Roque Zoria era o principal, despertou os zelos de Rodrigo César pela exploração e conservação do Rio Grande. Mandou êle que Francisco de Brito Peixoto iniciasse o povoamento dessa região e recomendou que fôsse ocupada a passagem do canal junto à sua foz no Oceano.

Daí se origina a famosa **frota** de João de Magalhães, a ida de Daví Marques, ajudante de ordens de Rodrigo César ao local onde se estabeleceu a gente de Magalhães e a subida frequente de tropas entre a Colônia, as **campanhas de Buenos Aires** e a Laguna.

Sòmente no govêrno de Antônio da Silva Caldeira Pimentel que viria a realizar-se a construção projetada por Bartolomeu Pais.

O número de tropeiros aumenta-se e dentre êles aparece Francisco de Souza Faria a quem Caldeira outorga a concessão da abertura de uma estrada ligando diretamente

S. Paulo à Colônia, por sôbre o território da soberania portuguesa, isto é, por sôbre o planalto central, sem entretanto penetrar na região onde demoravam as Missões jesuíticas.

Não seria um caminho exclusivo do Rio Grande, a sua abertura seria porém capital para essa terra pois por êle iria surgir a vida econômica e política da região continentina, até então deserta e ignorada.

Deve a estrada de Souza Faria ser dividida em três trechos: o primeiro é o que Domingos da Filgueira descreveu em seu Roteiro. E' a estrada litorânea que as tropas de gados batiam desde 1721 e estacada na Laguna onde floresciam estâncias e de onde se exportava a carne salgada para portos mais ao Norte.

O segundo trecho é o que Souza Faria propriamente abriu, parte da barra do Araranguá, galga dificilmente a serra, penetra nos campos de S. Joaquim, em pleno planalto e vai por êle em demanda do Curitiba.

O terceiro trecho, está fora da concessão de Souza Faria, pois já existia franco, é o caminho ligando Curitiba a S. Paulo.

O TRECHO DO MAR

Cabe, indiscutivelmente, a Francisco de Brito Peixoto a prioridade do reconhecimento e exploração das terras do Rio Grande, por parte dos súbditos de Portugal, o que se infere dos documentos a que já fizemos alusão nas páginas anteriores

Além do requerimento do ano de 1714, em que êle pediu uma ampla concessão da região entre a Garopaba e o Tramandaí, um outro apresentou êle em 20 de agôsto de 1732 pedindo os campos e terras ao sul do Tramandaí, requerimento que em 10 de novembro de 1734 recebia informação da Câmara da Laguna e da qual nos interessam os seguintes trechos:

"Exmo. Sr. Sôbre o informe que V. Exa. nos pede de ter sido ou não o Capitão-mor desta vila

Francisco de Brito Peixoto que abriu o caminho desta vila para o Rio Grande de São Pedro e do Rio Grande para a nova Colônia, certificamos a V. Exa. ser verdade e sem dúvida alguma que além dêle dito Capitão-mor e seu pai o Capitão Domingos de Brito Peixoto terem sido os povoadores desta vila da Laguna a custas de suas fazendas sem adjutório da Fazenda Real e despesa alguma ser verdade ter sido o dito Capitão-mor o que descobriu e facilitou o caminho e campos desta vila para o Rio Grande de São Pedro e do Rio Grande para a nova Colônia como acima o dizemos por ordem que teve do Exmo. Sr. Francisco de Tavora, governador e Capitão General que foi desta comarca por assim lhe ordenar Sua Magestade a quem Deus guarde o que tudo fêz o dito Capitão-mor a sua custa sem querer aceitar ajuda de custo com que lhe mandava assistir o dito senhor por ordem de Sua Majestade que Deus guarde e hoje se acha facilitados os ditos caminhos que em qualquer tempo se vai e vem por êles se trazem gados e cavalgaduras há mais de sete ou oito anos de que se tem feito dos gados muita carniça de que tem ido muitas embarcações carregadas para a vila de Santos e Rio de Janeiro e há coisa de dois anos e meio pouco mais ou menos que tem ido bastantes cavalgaduras para a vila de Coritiba adonde pagam os direitos a Sua Majestade."

Contestando essa informação o Conde de Sarzedas, governador de S. Paulo, recebeu uma outra datada de 3 de julho de 1734 em que Manuel de Barros Pereira, Padre Manuel da Silva Alburquerque e Antônio Lopes Cardoso declararam que o Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto "não abriu caminho algum da vila da Laguna para o Rio Grande de São Pedro pela razão de ser uma praia lavada que não carecia de ser nela aberto caminho porque os primeiros fugidos que da

Nova Colônia do Sacramento vieram fizeram suas marchas pelas praias e menos abriu o caminho do sertão que vai do Tremandaí para o Rio Grande de São Pedro e do dito rio até a Nova Colônia e Maldonado por serem até a dita Colônia campos gerais e abertos por onde pode ir quem quizer ou mais encostados a praia ou a sertão por onde melhor lhe ficar indo sempre quer uns quer outros assim pela parte da Praia como do Sertão dar na mesma Nova Colônia e Maldonado."

Êsses dous documentos informativos encerram em sua singeleza a história do primeiro trecho do famoso caminho e pintam nitidamente a sua topografia.

Os primeiros viajantes que o percorreram foram os fugitivos da Colônia do Sacramento, seguindo-se-lhes a entrada de Francisco de Brito Peixoto que o **descobriu** e **facilitou,** porém que não o **abriu** pois a natureza de sua travessia não exigia trabalhos especiais de construção, dado que eram praias batidas do Oceano ou campos abertos.

Reconhecido pelo Capitão-mor da Laguna passou a ser trilhado pelos conductores de gados para a vila, desde 1722, até 1731 quando começaram a subir para os mercados de Curitiba, S. Paulo e Minas as cavalhadas que transitavam pela estrada que Souza Faria começou a construir em 1727 e de que trataremos em seguida.

A estrada da Laguna é a artéria vital do Rio Grande. E' por ela que passam viandantes: são portugueses, hespanhóis e indígenas, fazendo o comércio de gados: palmilham-na os tropeiros que buscam cavalos e bestas para metê-los na mineração de Cuiabá, Goiaz e de Minas Gerais.

Ao longo dela se estendem as invernadas onde as manadas de gados se refazem prolongadamente das fadigas das extensas léguas que medeiam entre os pontos de sua formação e os de seu destino.

E, quando Portugal ocupa soberanamente as terras ao norte da foz do rio de São Pedro, essa estrada é o eixo sôbre que assentam as fazendas dos primeiros estancieiros que se radicam no Rio Grande.

A estrada da Laguna foi a que percorreu o Mestre de

Campo André Ribeiro Coutinho com oficiais e soldados que ajudaram, no memorável ano de 1737, a guardar a vacilante fundação de José da Silva Pais nos areais do sul da bôca do Rio Grande, pródromo da importante cidade dêsse nome e esteio da civilização alí implantada pelos antepassados de nossa raça.

Por ela transitou o imortal Gomes Freire de Andrade quando foi demarcar os limites do Brasil com os domínios castelhanos da América do Sul, em virtude do Tratado de 1750.

Da Laguna desceram por ela as correntes de açorianos que foram fecundar o Continente com aquela semente abençoado que foram os CASAIS.

E quando foi preciso arrebatar pela fôrça de armas as terras rio-grandenses que por largo prazo ficaram subjugadas pelos espanhóis vitoriosos em 1763, a estrada da Laguna foi perlustrada pelas tropas de Böhm até a frente do inimigo, que, em 1776 era atirado para as suas fronteiras redimindo-se o Rio Grande da vergonha de ter o seu território ocupado pelo adversário.

As campanhas militares do comêço de nossa Independência, que culminaram na memorável batalha do Passo do Rosário, atraíram para o Rio Grande duas personalidades de máximo relêvo — o Marquês de Barbacena que foi comandar o exército naquela batalha e o jovem Imperador do Brasil, D. Pedro I.

A estrada da Laguna foi também calcada pelas comitivas de cada uma dessas eminentes personalidades.

Tem assim uma longa e interessante história o trecho do mar.

O seu percurso desde a Colônia à vila catarinense atingiria um desenvolvimento de perto de duzentas léguas. Assinalavam o seu primitivo traçado a estância de João de Magalhães, na Garopaba, ao sul da Laguna, as passagens do

Araranguá, (Conventos) do Mampituba e Tramandaí. E' entre estes dous rios, na paragem das Conchas, que se mencionam as sesmarias mais antigas doadas em terras do Rio Grande.

Daí para o sul houve a sesmaria de Itapuã, concedida ao Padre José dos Reis: depois as de denominações dos acidentes da estrada se entreveram de nomes indígenas e de pessôas que as ocuparam com invernadas e estâncias. Assim os documentos citam a fazenda do Bojurú, e o sítio de Cristóvão Pereira.

Passando o canal do Rio Grande não se encontram pontos fixos balizando o caminho, salvo os acidentes da costa, como Chuí, Castilhos, Maldonado e no interior o rio São Miguel e a lagôa Mirim. Só após a fundação do presídio começam a se fixar denominações por sôbre a superfície das terras que vão sendo ocupadas pelos novos povoadores.

As cartas geográficas, os títulos de doação de sesmarias mencionam nomes indígenas, nomes de ocupantes, tanto em língua portuguesa como em língua castelhana.

A primeira carta levantada no ano da fundação, 1737, organizada após a ereção do forte de S. Miguel e compreendendo todo o território desde a barra do Rio Grande de S. Pedro até Castilhos pequeno, existente no Estado Maior do Exército, oferece vários trilhos para o percurso da região entre o Atlântico e a Lagôa Mirim.

O principal margeia esta lagôa e alí se assinalam os seguintes acidentes: Passo da Borda, barra do Taim, Curral Alto, Curral de Palo, Índios Mortos, Curral de Arroio, Cêrro e arroio de S. Miguel e Lagôa de Castilhos. De Curral Alto o caminho se bifurca e em seu traçado se deparam Palmares, Curuzupucú, Palmares grandes, Curral Grande e rio Chuí.

Dous outros caminhos margeiam, um à costa da Lagôa Mangueira e o outro à costa do Atlântico, ambos buscando o caminho mais curto. Nenhum dêles porém menciona o nome de qualquer acidente.

O TRECHO DO PLANALTO

Embora não percorra um palmo de terra rio-grandense, o trecho do planalto assumiu na sua história uma relevante importância.

Antes da arrojada abertura do caminho para S. Paulo era a Laguna o único empório para o comércio de gados provindos do sul para o desenvolvimento das escassas estâncias de seus arredores. O Rio Grande era deserto.

A mineração nas remotas regiões de Goiaz e Cuiabá era a principal fonte de riqueza particular e pública, para ela voltando-se quase integralmente os cuidados da administração. O govêrno da capitania paulista tinha uma preocupação absorvente: arrecadar os dízimos da captação do ouro.

Para transportar o precioso metal dos veeiros longínquos eram precisas as tropas de alimárias, em número sempre crescente. Rasgada que foi a estrada do planalto essas tropas, arrebanhadas nos campos uruguaios e rio-grandenses, começaram a subir por ela demandando a vila de Curitiba onde se fazia o pagamento dos direitos fiscais e dalí passavam a S. Paulo e aos centros mineiros

O Rio Grande, deserto, como disse e quase ignorado até então, passou a ser trilhado por tropeiros e mercadores que descem de tôda a parte no Brasil, atraídos para a nova espécie de negócios promissores, o comércio de animais.

Surge decorrentemente a fonte principal da economia continentina, — a indústria pastoril. Governos e povos reconhecem a imensa riqueza que oferecem as férteis campinas do sul e a abundância de armentio alí vivendo: a amenidade do clima e fecundidade do solo. O povoamento do Rio Grande passou a ser parte de um programa de administração.

E' a fixação do destino humano daquela terra.

A estrada do planalto marca o início da vida política e econômica do Continente de São Pedro.

Estudando a notável individualidade de Cristóvão Pereira de Abreu, em trabalho por mim publicado no ano de 1932, tive ensejo de referir-me detalhadamente aos trabalhos da

construção do trecho do planalto. Transcreverei para aquí algumas páginas dêsse opúsculo.

"Coube a Francisco de Souza Faria a realização do projeto de Bartolomeu Pais de Abreu. Em 20 de setembro de 1727 o Governador Valdeira outorgava a Faria uma Carta Patente em que, atendendo aos relevantes serviços que a S. M. ia fazer, na abertura do caminho do Rio Grande de S. Pedro para os Campos Gerais da Vila de Curitiba e às grandes utilidades que interessavam a Real Fazenda pelos quintos dos gados e cavalgaduras que pelo dito caminho se iriam transportar para tôda a Capitania de S. Paulo e atendendo também aos outros muitos serviços prestados em sua carreira militar, outorgava-lhe, repito, o pôsto de Sargento Mor da vizinhança do Rio Grande de S. Pedro e seus sertões. A esta Carta Patente acompanhava um Regulamento para a abertura do caminho.

O Regulamento nos proporciona mais uma confirmação da existência do comércio entre os habitantes originários do Rio Grande e a Laguna e demonstra que, como Cristóvão Pereira, Souza Faria tinha anteriormente sido também um dos tropeiros.

"Porquanto é conveniente ao serviço de S. M. "a quem Deus guarde e de grande utilidade a sua "real fazenda sustentação e aumento desta Capita-"nia e suas minas abrir se caminho de terra do Rio "Grande de S. Pedro da Costa do Mar pela qual pos-"sam passar gados e cavalgaduras para os Campos "de Curitiba e tendo consideração a que na pessôa "de Francisco de Souza Faria concorrem as cir-"cunstâncias necessárias para esta importante em-"prêsa por me constar sua grande atividade e in-"teligência pela experiência que tem daquelas cam-"panhas até a Colônia, conhecimento e amizade "com os índios com quem tem comerciando (como

"o fazem algumas pessôas e ainda castelhanos que "com êles conduzem gados e cavalgaduras à vila "da Laguna) de onde por não haver caminho se "não transporta para os demais portos desta ca- "pitania, onde se faz necessário; hei por bem or- "denar, como por esta ordeno ao dito Francisco de "Souza Faria para abrir o caminho pela paragem "mais conveniente, possível e fácil para por êle se "poder conduzir gados e cavalgaduras para os Cam- "pos Geraes de Curitiba, observando as seguintes "ordens e as mais que me parecer conveniente man- "dar."

"Seguem-se as ordens de detalhe, para serem prestados pelas câmaras locais e tôdas as autoridades, os auxílios indispensáveis ao pioneiro Faria, por conta da Fazenda Real.

Com essas ordens deveria o novo Sargento Mor receber armas, munições e ferramentas em Santos e ir de passagem por Paranaguá, S. Francisco e Santa Catarina a alistar homens e angariar mantimentos e animais com que se transportaria à Laguna para daí arrancar, com a maior brevidade possível e no tempo mais conveniente, para o início de seus trabalhos de rompimento do caminho.

Tinha Souza Faria amplas atribuições e só daria conta de seus atos ao Capitão General de São Paulo.

Não obstante as ordens positivas que enviara o Govêrno, as recomendações do Rei e a autoridade de que vinha investido, Francisco de Souza Faria encontrou sérios embaraços à arrojada emprêsa.

Cristóvão Pereira de Abreu teve conhecimento dêsses embaraços e os menciona na Prática que ofereceu ao P. M. Diogo Soares, matemático que, com seu confrade Domingos Capaci, veio de Lisbôa

em 1730 organizar mapas geográficos do Brasil baseando-se nos elementos informativos dos conhecedores do país.

"A esta diligência foram sempre opostos vá-
"rios moradores das Vilas de Santos, Paranaguá
"e Curitiba e da mesma sorte os da Vila da Lagu-
"na e de Santa Catarina, estes porque vivendo re-
"tirados ou por crimes ou por outros iguais moti-
"vos como régulos sem obediência nem terror al-
"gum de justiça receosos de que com a abertura
" do novo caminho perderiam as suas liberdades, o
"fizeram impossível, e aqueles porque sendo se-
"nhores de algumas limitadas fazendas que há nos
"campos de Curitiba, temiam o ficar com muito
"menos valor, e por seguirem a sua opinião publi-
"cando com arestos falsos de Paulistas antigos se-
"rem aqueles sertões impraticáveis, querendo tam-
"bém persuadir-nos que sendo aquelas terras con-
"finantes com as Aldeias dos Padres castelhanos
"pederíamos ser invadidos por genelas aldeados.(*)

"Proseguindo em sua Prática Cristóvão diz que se achava na Colônia do Sacramento e, ao saber da iniciativa do govêrno, veio imediatamente para a Laguna. E' que a abertura do novo caminho assumira para êle, mercador de animais, uma especial importância, preparando-lhe a possibilidade de alargar o seu comércio, maxime tendo em vista o grande valor que deveriam alcançar os meios de transporte, limitados naqueles tempos ao dorso das alimárias e indispensáveis nos trabalhos das minas.

Já se achava na Laguna, quando chegou Cristóvão Pereira, o Sargento Mor Francisco de Sou-

(*) Genoas eram uma tribu de índios.

za Faria que desembarcara havia dous meses com 96 pessôas, em fins de 1727.

Mal acolhido pelo Capitão Mor da Vila, Francisco de Brtio Peixoto, Faria fora impotente para remover a má vontade ambiente contra a sua emprêsa.

A chegada de Cristóvão Pereira veio resolver as dificuldades, pois que conseguiu êle restabelecer a harmonia entre os dous chefes, o local e o da expedição e, de tal modo agiu, que pôde Faria em 11 de fevereiro de 1728 abrir o primeiro rasgão na mata, próximo à barra do rio Araranguá, no sítio denominado dos Conventos."

O ITINERÁRIO

"Até o Araranguá, vindo do Sul, o caminho era franco, pela praia batida do Atlântico. Naquele rio começaria o novo caminho que procuraria vencer a Serra Geral em direção Noroeste, para alcançar o planalto e por êste os Campos de Curitiba. (*)

Francisco de Souza Faria não tinha a experiência que lhe supunha a autoridade suprema da Capitania. Faleciam nêle igualmente outras qualidades indispensáveis ao êxito da investida que tomara a peito. Principal de tôdas uma, que me me parece sobrava em Cristóvão Pereira, — o senso topográfico, uma faculdade pessoal e inata, que permite ao engenheiro ou ao construtor de estradas, de um golpe, ao contacto com o terreno apreender rapidamente a melhor diretriz para a sua orientação.

(*) De acôrdo com estudos do P. Geraldo Pawels a estrada saíu da Serra um pouco ao sul da Bôca da Serra da Rocinha, na garganta que divide as águas do arroio Jundiá (bacia do Araranguá) das do rio das Antas (bacia do Jacuí).

Possuía o próprio Faria um velho Roteiro de sertanistas que, seguido, lhe facilitaria um melhor acesso ao planalto, poupando-o a exhaustivos trabalhos e ganhando tempo para chegar a Curitiba. Preferiu tomar muito ao pé da letra as Instruções do Governador de S. Paulo e talvez influenciado tendenciosamente pelas sugestões dos habitantes da Laguna, foi buscar o itinerário menos aconselhável, dada a natureza da região. Na parte onde inaugurou a construção é onde a Serra Geral muito se aproxima da costa e onde se apresenta em alcantís de elevado perfil.

Na Prática que Francisco de Souza Faria proporcionou ao P. M. Diogo Soares e que está hoje publicada na Revista do Instituto Histórico (Tomo 69, parte I) vem detalhado o itinerário seguido por Francisco Faria. Traçado é todo êle em terras catarinetas e do Paraná."

Como se demorassem muito os trabalhos de construção do caminho o Governador Caldeira mandou em janeiro de 1729 um outro sertanista Antônio Afonso, "pessôa prática nos sertões e com tôdas as mais circunstâncias necessárias para semelhantes diligências, para que levando em sua companhia a Francisco Rodrigues Chaves e a mais gente de sua tropa" para na qualidade de vanguardeiro ir abrindo o caminho à frente de Souza Faria, o qual iria acabando e aperfeiçoando.

Somente no dia 8 de setembro de 1730 chegou Francisco ao rio do Registo, o Iguassú, entrando nos campos curitibanos.

Cristóvão Pereira regressara à Colônia para organizar tropas de animais e levá-las aos mercados que se abriam com o novo caminho. Em setembro de 1731 chegava êle em viagem de reconhecimento sôbre a estrada que saberia não oferecer segurança e comodidade para a travessia das tropas.

Verificando a procedência de tais informações dirigiu-

se êle a S. Paulo e lá obteve do Governador auxílios que lhe permitiram melhorar as condições do caminho.

"Saindo alfim no planalto mandou que subissem escalonadamente as tropas animais que haviam sido retiradas no Rio Grande. Entre a sua e as dos demais tropeiros alcançavam essas tropas o número aproximado de 3.000 cavalgaduras, conduzidas por mais de cento e trinta pessôas.

Proseguiu em sua tarefa com inteligência e atividade e, verificando os erros com que fôra traçado o primeiro caminho, ora embrenhando-se pela serra, ora atravessando terríveis pantanais, desviou-o no sítio chamado de Bôa Vista, onde Souza Faria se detivera por seis meses, atirando-o para o Oeste, percorrendo melhores terrenos e indo muito adiante encontrar o primeiro caminhamento.

Nesse trabalho despendeu Cristóvão Pereira treze meses e construíu mais de trezentas pontes deixando preparada uma estrada que "gente escoteira percorria em menos de um mês e em que êle levara tanto tempo para deixá-la nas melhores condições." (*)

O govêrno de Lisbôa continuava a interessar-se pela projetada estrada. Em 7 de fevereiro de 1734 o Conde de Sarzedas escreve ao Rei sôbre êsse assunto como se vê da carta inserta no Vol. 40 dos Documentos Interessantes, pg. 82:

"Senhor: — Como V. Maje. pela carta citada à margem é servido ordenar-me informe com o meu parecer sôbre conservar-se o caminho que o meu antecessor mandou abrir do Rio de S. Pedro para a Vila de Curitiba, me parece ser tão útil para o rendimento que poderá ter a fazenda Real nas en-

(*) Em anexo vai o texto de duas cartas escritas por Cristóvão Pereira ao Governador de S. Paulo, e que se encontram no Arquivo do Estado, interessantes para a História da estrada. (Vide Rev. do Inst. H. e Geogr. do R. G. S., III/IV trim. 1931).

tradas das cavalgaduras e das boaiadas, e também para o fornecimento das Minas, que por reconhecer êsse benefício ratifiquei a Cristóvão Pereira as ordens que meu antecessor lhe havia dado para entrar por êle, achando-se êste ainda na Ilha de Santa Catarina depois de eu tomar posse dêste Govêrno lhe ampliei as referidas ordens para que não encontrasse obstáculo algum, e ainda não chegou a povoado, e entendo que não poderá tardar muito. V. Maje. resolverá o que lhe parecer mais conveniente."

Efetivamente, o vaticínio do Conde sôbre a terminação dos trabalhos de Cristóvão Pereira em curto prazo, se realizaram porquanto em 27 de março seguinte escrevia êle novamente ao soberano dizendo-lhe recebera notícia da chegada de Cristóvão a Curitiba "e das tropas de cavalgaduras que vinham em sua companhia e de outros de vários particulares que vinham em seu seguimento, certificando de que o caminho ficava capaz de se poder continuar e a Fazenda Real não poderá deixar de ter utilidade, em consequência dêstes gados pois todos pagam o direito das entradas."

Cristóvão Pereira, pioneiro da civilização rio-grandense, servidor infatigável daquela terra e de sua pátria, foi a inteligência e o braço que realizou o objetivo de Bartolomeu Pais e o esfôrço empreendido por Souza Faria. Isso mesmo o reconheceu o Conde de Sarzedas quando, em 7 de dezembro dava contas ao Rei dos atos que praticara em auxílio do pertinaz tropeiro.

"e contentar de algum modo êste homem que com tanto disvelo, trabalho e despesa, conseguiu um serviço que o julgo muito particular, e se faz digno que V. Maje. por êle lhe dê um grande louvor, pois não só fêz despesa considerável; mas sim atalhou as dificuldades da primeira picada, com se vê pelo mapa incluso, de que tem resultado muitas pes-

sôas a continuar naquela estrada na condução de várias tropas que se esperam mui brevemente e assim se continuarão."

O trecho da longa estrada de S. Paulo ao Rio da Prata, passando pelo Rio Grande de São Pedro, subindo o curso do Araranguá e seus tributários e atravessando os campos de cima da Serra em Santa Catarina e Paraná, deixando a antiga direção da Laguna, marca simultaneamente, com a sua construção, o início feliz da vida econômica e política do Rio Grande e a decadência da velha fundação da família Brito Peixoto, aquela benemérita e imortal pequena vila da Laguna.

A ESTRADA DAS ESTÂNCIAS

O picadão com que Souza Faria rasgara as silenciosas e desertas margens do Araranguá e que Cristóvão Pereira transformara em caminho franco para os mercadores de gados marcou uma era de acontecimentos transcedentes na vida dos povos do Sul do Brasil.

Para a Laguna inicia-se o declínio de uma prosperidade real: para o Rio Grande de S. Pedro desponta a aurora de sua existência.

Os lagunistas aperceberam-se logo da fatalidade que esperava o seu velho torrão, resistiram como lhes foi possível contra o desígnio de Souza Faria.

A estrada do Planalto foi aberta e os homens que a percorriam, aventureiros que eram, só mais tarde vieram a adquirir a intuição da relevante evolução que ela teria de produzir. O Rio Grande abria para todos um futuro infalível de esperanças e prosperidades.

E por isso mesmo, os atilados homens da Laguna preparam-se para em um movimento seguro e coletivo guardarem para si e para os seus sucessores a preciosa jóia que eram os campos e rincões do Continente de São Pedro do Sul.

Datam de 1732 os requerimentos de Manoel e Francisco Gonçalves Ribeiro pedindo as primeiras sesmarias no Tra-

mandaí e a petição do incansável Francisco de Brito Peixoto ao Rei rogando-lhe "fazer mercê dar-me êsses campos e terras que começam de um rio, que chamam Tramandaí, da parte do Norte correndo o caminho do sudoeste da parte de dentro, até o Rio Grande deixando o campo que corre ao longo dêste como repartição ao dito campo; que peço a V. Majde. para mim e minhas famílias, ao longo da praia que vai acabar no mesmo Rio Grande de S. Pedro."

Os tropeiros, os mercadores, limitam-se, nesse período a ocupar as suas invernadas, numa posse precária dos campos onde repousavam por largos prazos as suas manadas, na marcha exhaustiva para Laguna e S. Paulo.

Consequentemente, começa a disputa pela ocupação e utilização das terras do Rio Grande.

A família de Brito Peixoto remove-se da Laguna e vem formar nos campos de Viamão, entre o Guaíba, nesse tempo chamado o Rio Grande, e o caminho dos tropeiros, as primeiras estâncias brasileiras do Continente e, ao longo da estrada que habituavam trilhar, fundam por sua vez as suas estâncias os mesmos tropeiros, de tal sorte que, em 1735 o Conde de Sarzedas endereçava ao Rei esta notável carta:

> "Senhor: — Pela Real ordem de 24 de julho do ano de 1733, citada a margem, foi V. Majd. servido mandar-me que a vista do requerimento nela incluso do Capitão Mor da Vila da Laguna Francisco de Brito Peixoto, informasse com meu parecer, declarando o que nesta matéria me ocorresse a respeito das terras que pede de sesmaria, como tão bem se é conveniente o uso do caminho que se abriu daquela vila ao Rio Grande de S. Pedro do Sul, e que estensão terá pouco mais ou menos a porção de terras de que se quer encartar; e como a distância desta Capital àquele continente é notória me foi forçoso procurar as notícias mais sabidas e verdadeiras assim da Câmara da referida vila da Laguna como das pessôas que com verdade e experiên-

cia me facilitassem esta execução, e por elas se colhem vários inconvenientes ao Real serviço e sossêgo dos povos que se acham estabelecidos com fazendas de gados e cavalgaduras na distância de quarenta ou cincoenta léguas pouco mais ou menos que há de Tramandaí ao Rio Grande, de que o suplicante se quer senhoriar a título de povoador e descobridor da campanha que daquela vila corre até a Colônia do Sacramento, quando per si não tem necessidade, nem a houve nunca, de se abrir caminho porque de sua natureza o há pelas praias de todo aquele sertão de que se apelida povoador, e parece que por êste título se não deve desacomodar a um povo contra a utilidade pública e da fazenda Real, a qual não tem prejuízo em que os caminhos por onde se servem os moradores daquelas fazendas se continuem, a vista do que me parece que ao suplicante só lhe deve conceder uma sesmaria na forma das Reais ordens de V. Majde., de légua e meia em quadra, precedendo as informações que neste Govêrno se estilam com os mais que as pedem por devolutas. V. Majde. mandará o que mais fôr do seu Real serviço. São Paulo, e de Abril 5 de 1735. Conde de Sarzedas."

(Pg. 173 e seguintes do Vol. XL de Documentos Interessantes).

Com o êxodo da família de Francisco de Brito Peixoto, representada por suas irmãs, genro e parentes próximos como eram Ana da Guerra, Agostinho Guterres e espôsa, João de Magalhães, Dionísio Rodrigues Mendes, Jerônimo Dorneles, Francisco Pinto Bandeira e seu irmão José inicia-se a radicação dos lagunistas no solo rio-grandense.

Fundam-se as estâncias e lavouras de Viamão nos anos de 1733 e 1734, não nas terras que em 1717 Brito Peixoto pedira ao monarca português, entre Garopaba e Tramandaí, porém mais ao sul e para o interior, na estensa área que me-

deia entre o rio Guaíba, a Lagôa dos Patos, a serra Geral e a batida estrada dos tropeiros, o caminho da Laguna ao Rio Grande.

Êsse núcleo de povoadores determina o traçado de uma nova linha de comunicações e transportes, derivando da estrada dos tropeiros e dirigindo-se para os campos do Viamão.

Conforme uma interessante Memória do ilustre Historiógrafo M. E. Fernandes Bastos, do Instituto Histórico riograndense êsse ramal partia do sítio das Pitangueiras, dentro da fazenda de Manuel Pereira de Barros que fora um dos antigos tropeiros e invernadores junto à lagôa que conserva o seu nome.

Ao longo das duas linhas intensifica-se a vida do Continente. As estâncias crescem em número e o Rio Grande caracteriza-se como parte integrante do Brasil a que nunca mais deixará de pertencer.

Há em 1735, quando Sarzedas presta a desfavorável informação que transcrevemos acima e que destruiu as justificáveis aspirações de Francisco de Brito Peixoto, havia ao longo do velho caminho da Laguna ao Rio Grande 27 estabelecimentos assinalando a radicação definitiva de seus donos, a transformação das invernadas em estâncias e a fixação da indústria pastoril em substituição do comércio transitório de tropas.

O auspicioso movimento que incrementava a vida do esplêndido retalho de pátria que agora se colocava sob a bandeira das quinas despertou a reação dos castelhanos que, atacando a Colônia do Sacramento, preparavam a destruição dos progressos alcançados por seus antagonistas na Ibéria e na América do Sul.

Volta Cristóvão Pereira ao Rio Grande comandando um punhado de homens na esperança de atacar pela retaguarda os sitiantes da Colônia: logo após, em 1737, é José da Silva Pais que funda o Presídio de Jesús Maria José e estabelece a soberania portuguesa em todo aquele território, até então oscilante entre as duas corôas vizinhas.

A criação do Presídio abriu um ramal ligando o núcleo

de Viamão ao novo estabelecimento, ramal que Fernandes Bastos diz, era conhecido desde 1738 como **a estrada das estâncias.**

O CAMINHO DA SERRA DO VIAMÃO

Abroquelando-se nos baluartes erigidos por Silva Pais na margem meridional do canal do Rio Grande e na fralda do cêrro de São Miguel, quarenta léguas mais para o sul daquele curso d'água, fundam-se novas estâncias nos campos apertados entre o Atlântico e a Lagôa Mirim.

Os comandantes militares do Rio Grande distribuem largamente as sesmarias nas terras sob a sua autoridade e ao mesmo tempo a Câmara da Laguna faz amplas concessões dos campos ao Norte do Canal do Rio Grande que limitava as duas jurisdições.

De tôda a parte afluem os povoadores para o Continente de S. Pedro. Tropeiros e fazendeiros, chefes e soldados, comerciantes e aventureiros, sós ou com suas famílias acorrem atraídos para a nova terra, exuberante de promessas.

De Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Santos e de S. Paulo, da Laguna e da Colônia, até de Lisbôa, aparecem os concurrentes para o povoamento das terras que o imortal José da Silva Pais vinha de incorporar à soberania de Portugal completando a ação pacífica dos lagunistas.

As estâncias se espraiam, busca-se o gado para enchê-las e desenvolvê-las. Noticiando a aquisição que fizera dos campos entre o Presídio e o forte de S. Miguel ao apresentar a planta de seus projetos militares Pais menciona que existiriam naquele território mais de oitenta mil cabeças de gado.

A multiplicação das estâncias e a subsistência da população, sempre em aumento, importaria em uma grande procura de gado vacum e, a proporção que os campos vão recebendo senhorios o gado selvagem irá escasseando e será preciso portanto ir procurá-lo em regiões mais afastadas.

Viamão é o centro de irradiação por onde se infiltra no território a corrente de civilização portuguesa. Em breve é

tão densa a sua população que as exigências da lei e o espírito religioso das gentes impõem a criação de um templo — a tradicional Capela do Viamão: ocupados todos os campos em tôrno, os povoadores atravessam o Caí e procuram a margem do Taquarí.

Os rebanhos selvagens da zona abaixo da Serra já não seriam suficientes para a procura e os estancieiros e tropeiros dirigem-se para os campos do planalto: afrontam as asperezas da montanha e abrem no seu flanco um novo caminho por onde possam conduzir os milhares de cabeças de gado da Vacaria do Norte, os rebanhos com que se surppreendera Cristóvão Pereira quando, em 1731, subira pela primeira vez pela estrada de Souza Faria, como refere em sua Prática.

Como se vê do Mapa anexo aos Anais do Rio Grande do Sul de S. Leopoldo o caminho para Cima da Serra de Viamão partindo de ponto conveniente da estrada que vinha da Laguna acompanha o vale do arroio Rolante, afluente do rio dos Sinos e, desembocando nos campos do planalto, atravessa os rios Santa Cruz, Taínhas e Camisas atingindo as margens do rio das Antas, de onde, futuramente prosseguiria rumo a Lajes, como veremos no decurso desta exposição. (*)

Penso que a abertura dêsse caminho determinasse a conveniência da criação de uma guarda no ponto de intercessão com a estrada da Laguna dando origem à povoação de S. Antônio, ainda hoje da Patrulha.

Por êsse caminho, que as cartas de sesmaria mencionam como demarcadora de divisas denominando-a **estrada das tro-**

(*) Em nota à pág. 19 do I Vol. de Revoluções Cisplatinas diz Alfredo Varela que no tempo da Revolução Farroupilha só existia a estrada da Serra Velha ligando Viamão a S. Francisco de Paula de Cima da Serra.

O Anuário de 1896 traz uma notícia sôbre os Distritos da Serra e da Vacaria onde se encontra a seguinte informação sôbre as subidas abertas para o planalto, no ano de 1851:

> "A estrada da Serra do Padilha, que é a do meio, é conhecida por Caminho-Novo, e tem 5 léguas de serra; a que vem de S. Antônio, por estrada velha, e tem 4 ½ léguas de serra; a do Mundo Novo, que vem de S. Leopoldo e passa pelo Santa Maria, tem 8 léguas de serra."

pas e estrada dos tropeiros abrem-se novas perspectivas de prosperidade no Continente. E' o comércio de gados que se amplia e a apropriação de uma estensa região de ótimas pastagens onde se fundam novas estâncias, o elemento radicador por excelência, do povoador no solo.

Diogo Osório Cardoso, comandante militar do extremo sul permite a ocupação dos campos então chamados de cima da Serra do Viamão e alí se foram estabelecer Pedro da Silva Chaves, Antônio José Cardoso, Francisco Pinto Bandeira, Carlos Gonçalves Braga, Rodrigo Antônio de Araújo e Silva e Cristóvão Pereira de Abreu, nomes que vêm estampados nas cartas de sesmaria assinadas por Gomes Freire de Andrade e publicadas na Revista do Arquivo Público Mineiro.

Muito refletidamente deixamos para incluir em último lugar na lista acima o nome de Cristóvão Pereira. Êle foi montar uma estância entre os rios Taínhas e Camisas, na mesma bacia do rio das Antas, o contravertente do confluente do Araranguá na bôca de serra da Pedra, ao sul da atual da Rocinha, onde saíu no planalto, a estrada de Souza Faria.

Foi das alturas onde se origina o rio das Antas que Cristóvão Pereira descortinou os campos abundantes de gado de que fala em sua Prática, tendo nêles levantado as 500 vacas com que se preveniu para levar avante o aperfeiçoamento do traçado primitivamente dado à estrada de Curitiba.

Com o conhecimento adquirido por seus próprios olhos, com a longa experiência que tinha da vida de tropeiro, com a sua inteligência e tino de negócios, finalmente com a atividade que o caracterizava, não avançamos infundadamente admitindo que fôsse Cristóvão o iniciador dessa nova via de transportes e comunicações entre Viamão e Curitiba.

Um fato é positivo: a tradição liga o nome de Cristóvão a êsse caminho tanto que o historiador da Laguna — Fonseca Galvão, citado pelo Padre Geraldo Pawels em um de seus concienciosos trabalhos sôbre a fronteira dos dous estados, Rio Grande e Santa Catarina, diz que foi Cristóvão Pereira quem abriu o ramal da serra do Viamão quando voltou do cêrco da Colônia do Sacramento.

O P. Geraldo admite a pgs. 417 do Vol. de 1926 da Revista do Instituto Histórico do Rio Grande que houvesse Cristóvão traçado êsse ramal partindo da pousada da Bôa Vista. Não me parece lógica tal hipótese. A pousada da Bôa Vista de onde arrancou Cristóvão Pereira com uma variante da estrada de Souza Faria fica algumas léguas mais para o norte como está bem explícito na Prática de o mesmo Souza Faria que diz chamar-se a lomba a que êle denominou Bôa Vista as Tijucas, nome que ainda conserva êsse contraforte de serra.

E' bem provável que cessado o cêrco da Colônia Cristóvão Pereira tivesse voltado ao velho comércio de tropeiro, promovendo logo a abertura do caminho do Rolante procurando o planalto onde êle e Souza Faria haviam verificado a abundância de gados.

A carta de sesmaria de 23 de junho de 1755 em que Gomes Freire lhe faz cessão dos campos de uma Fazenda de cria de gado vacum e cavalar entre os rios das Taínhas e Camisas diz que êle há muitos anos tinha povoado aqueles campos, sem fixar data ou prazo.

Do mesmo P. Geraldo Pawels passo para estas páginas o comentário que fêz sôbre as consequências da abertura do caminho da Serra de Viamão: "Notável foi a mudança operada no sertão por aquele caminho. Como um canal, conduzindo água para terras sáfaras, faz nelas brotar viçosa vida, assim um caminho, rasgando através de terras deshabitadas, provoca estabelecimentos humanos ao longo de sua linha e, qual gigantesca vara mágica, transforma a região que estremeceu sob o seu contacto vivificador. Foi o que se deu no sertão ao sul de Curitiba."

O CAMINHO DO JACUI'

As relações políticas entre as duas côrtes da Ibéria tomaram uma feição de tal maneira cordial e simpática que a conservação da Colônia do Sacramento passou a ser, para o govêrno de Lisbôa, matéria secundária, uma vez que lhe fôsse assegurado o domínio do Rio Grande de S. Pedro en-

riquecido com o território das missões jesuíticas da margem oriental do Uruguai.

Consequentemente foi assinado o Tratado de 1750 tendo como base fundamental, no referente às colônias da América Meridional, a permuta indicada no período acima.

Uma linha limítrofe foi ajustada e traçada no chamado Mapa das côrtes e para demarcá-la no terreno, na fronteira extrema do Sul, deixa o Rio de Janeiro a 19 de fevereiro de 1752 o eminente e poderoso Gomes Freire de Andrade, Capitão-General do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Comissário e Representante do Rei na execução do Tratado.

Encaminha-se Gomes Freire para o Rio Grande e viajando por mar chegou à Ilha de Santa Catarina a 29 do mesmo mês de fevereiro.

O cérebro do grande homem de Estado vem cheio de preocupações: interessantíssimos são os problemas confiados a sua extraordinária inteligência, energia e capacidade. Além da grave missão diplomática como representante do Rei outros assuntos de administração dependem de seu alto critério.

Muito impressionava o estado de anarquia administrativa em que se encontrava o Rio Grande "pela decadente saúde e inaptidão do Coronel Governador (*)" e pela "pouca capacidade e prudência do Provedor da Fazenda Real Manuel da Costa Barbarica".

As dificuldades materiais da Demarcação especialmente nas regiões do Alto Uruguai, Paraná e Mato Grosso onde os limites atravessariam sertões bravios, desertos de população civilizada e onde habitava o gentio selvagem e por vezes agressivo, eram motivo de apreensões para o General Comissário.

A administração das Minas Gerais com os seus complexos encargos, como a do Rio de Janeiro exigia-lhe cuidados atentos.

O desconhecimento em que estava das intenções de seu

(*) Diogo Osório Cardoso.

concorrente, o representante do Rei de Espanha, Marquês de Val de Lírios, receoso de que não trouxesse o alto comissário a sincera disposição para realizar a demarcação: até, neste particular, algumas preocupações curiosas no tocante a etiqueta e aparências mundanas, tudo é objeto de meditação para Gomes Freire e assunto de que trata detalhadamente em sua correspondência.

Porém o seu espírito trabalhava com fervente atividade em problemas mais transcendentes.. O insigne general penetrava fundo nos problemas resultantes da execução do Tratado e que impunham soluções maduramente refletidas e preparadas. A entrega da Colônia e a remoção de seus habitantes era um dos problemas: outro era a ocupação das Missões e seu povoamento: finalmente havia ainda a distribuição das terras desde S. Francisco do Sul até Castilhos pelos quatro mil casais de açorianos que Feliciano Velho Oldenberg devia desembarcar na ilha de Santa Catarina.

Eram problemas imperiosos. Revela-se no seu exame, a alta proficiência de Gomes Freire: êle é ao mesmo tempo o homem de Estado e o General. Nesse duplo caráter êle estuda as condições que se lhe deparam.

O principal objetivo de sua missão é alcançar o território das Reduções, pacífica ou violentamente, conforme o entenderem as populações locais: na primeira hipótese é um problema de administração, na segunda um problema estratégico. E' preciso estar prevenido para qualquer dos casos.

Gomes Freire indaga na Ilha de Santa Catarina sôbre as condições geográficas da região e sôbre a possibilidade de, partindo da ilha, penetrar-se nas terras de Missões e comunica a Sebastião José de Carvalho e Melo, em carta minuciosa e sugestiva o fruto de suas perquirições.

Pensa o General em ocupar as Missões aproveitando um caminho que seria aberto desde o continente, emfrente à Ilha e descendo para o Sul iria provavelmente trilhar a velha estrada de Souza Faria e ao sair no planalto já estaria nos campos de Vacaria, território dentro do domínio dos jesuítas, de onde marchando sôbre Santo Ângelo organizaria

nesta povoação a base de operações militares indispensável para o êxito da ocupação.

Com essa convicção, de que a linha S. Catarina - S. Ângelo poderia realizar o seu desideratum, Gomes Freire prossegue viagem para o Sul; chega à Laguna, percorre a costa do Atlântico pela tradicional estrada dos mercadores de gado, dirigindo-se ao Rio Grande.

Vai sempre colhendo informações, aquí e alí, procurando adquirir de todos os que se lhe aproximam uma opinião exata sôbre o país, sua geografia e linhas de comunicação. Do Rio Grande escrevia o General a 2 de junho de 1752 a Sebastião de Carvalho e Melo:

> "O caminho por terra às Missões se fará do rio Araranguá à Aldeia de S. Ângelo. Mas esta não é a grande descoberta, sim a novamente feita, como eu estava persuadido que alguém dos cinco braços de que se forma êste Rio Grande tem o nascimento nas Missões ou perto delas. Logo que entrei nesta Vila indagando às pessôas mais práticas, uma me assegurou que o braço que corre ao N. E. vai a uma nova povoação, que já tem igreja e é pertencente à Aldeia de S. Miguel, mandei fazer diligência por uma canôa armada e com bons exploradores, que saindo de Viamão e indo com vagar e cautela no têrmo de cinco dias avistaram a dita nova povoação ou fazenda, de onde às Missões do Uruguai seis dias de marcha: contam estes exploradores que os Indios segundo puderam perceber andavam tirando tôdas as grampiarias da dita fazenda & ..... e que podem subir pelo Rio embarcações grandes pelo muito fundo que lhe acharam, seguram o mesmo que antes se me havia dito de que havendo vento com breve viagem se pode ir àquela fazenda e talvez depois de maior exame se adiante pelo mesmo ou outro braço outra mais contígua às Missões; e assim é certo com tanta comunicação pelo interior dêste Rio não nos

fica que temer surpresa nas Missões tendo a defesa devida".

Correspondência de Gomes Freire, na Revista do arquivo Público Mineiro. Ano de 1927. Pg. 540.

Não se limitando ao simples conhecimento da facilidade de penetração no interior pela via fluvial que era o Guaíba de então, Gomes Freire determinou a exploração do rio mandando que dos duzentos paulistas que com Cristóvão Pereira vieram de S. Paulo para vanguardeiros da Demarcação no território virgem, ficassem oitenta em Viamão fabricando canôas para subirem o rio reconhecendo quanto interessasse de futuro.

Já dispunha assim Gomes Freire de duas linhas de investida sôbre Missões: a de S. Catarina e a do Viamão. Não satisfeito ainda, estuda uma terceira linha, a que partindo do Rio Grande em direitura a Santo Antônio (pontas do Santa Maria) dalí seguiria rumo às Missões, no itinerário que as circunstâncias impusessem, dada a dependência recíproca dos exércitos português e espanhol.

E' o que êle expõe na carta de 15 de fevereiro de 1753:

"Pelo Rio Grande e passo de Torotama mandei indagar o melhor caminho por terra às Missões, espero os exploradores (confio me tragam as notícias mais próprias e certas) para a determinação que devo tomar no transporte das famílias que daquela vila se hão de ir estabelecer nos seus destinos, tendo já algumas famílias e tropas em Viamão para subirem o Rio Grande acima e no caso de guerra atacar a aldeia de Santo Ângelo e no do estipulado povoá-la.

Pg. 221 do Vol. 1928 da Rev. arqu. Púb. Mineiro.

Perfeito General, Gomes Freire manda logo assegurar para o seu exército as linhas de comunicação que ia estudando. Na linha do Guaíba faz construir a tranqueira do Rio

Pardo, o fortim de Jesús Maria José base para a investida ao longo do atual Jacuí e na margem do sangradouro da Lagôa Mirim levanta o pequeno forte de São Gonçalo, abrindo o caminho para a penetração no território então em poder dos Tapes.

A corrente do Uruguai lhe parece propícia para o povoamento das Missões e pensa aproveitá-la transportando por ela a população da Colônia do Sacramento que alí quisesse se estabelecer.

Recapitulando vemos que o ilustre Gomes Freire poderia dispor de quatro linhas para realizar a ocupação das Missões:

a) o caminho S. Catarina — Laguna — Araranguá — Vacaria — S. Ângelo.
b) o caminho mixto Rio Grande — Viamão (Posto) — S. Amaro — Rio Pardo — S. Ângelo.
c) o caminho Rio Grande — S. Gonçalo — S. Antônio — S. Ângelo;
d) a linha fluvial do Uruguai desde a Colônia do Sacramento a S. Borja.

Os acontecimentos vieram transformar em realidade apenas as duas linhas b) e c).

O Tratado de 1750 provocou a reação das populações missioneiras e a occupação das Missões teve de ser tentada a viva fôrça, em ação conjunta dos exércitos de Gomes Freire e D. José Andonaeguí.

O plano estabelecido para as operações militares previa a marcha das tropas partindo de pontos diversos e convergindo nas Missões. O exército espanhol subiria a costa do Uruguai e iria instalar-se em S. Borja ao mesmo tempo que o exército português marcharia pelo rio Grande acima (Viamão — S. Amaro — Rio Pardo — Jacuí) e demandaria S. Ângelo, localidade preferida por Gomes Freire, provavelmente pela facilidade de ligar-se à ilha de S. Catarina.

As sábias providências de Gomes Freire recebiam, ao organizar-se o exército em Rio Pardo, a sua plena justificação. Alí derramou-se o primeiro sangue na chamada guer-

ra dos guaranís e dalí iniciou-se a estrada do Jacuí, nova linha pela qual se espalharia a benéfica sementeira da raça lusitana, lançando as raízes da civilização luso-brasileira de então por diante soberana naquelas desertas paragens.

Do roteiro da marcha do Exército tiramos os dados referentes às localidades e distâncias percorridas.

De Rio Pardo a S. Luiz.....	uma légua
S. Luiz a Palmas.....	uma légua
Palmas — Pederneiras — Bôa Vista	uma légua e um quarto
Bôa Vista — Rodeio.....	uma légua
Rodeio — Butucaraí.....	uma légua e meia
Butucaraí — Lombas.....	uma légua
Lombas — Flores.....	duas léguas
Flores — Capão dos Enforcados..	duas léguas
Enforcados — Passo do Jacuí....	uma légua

No percurso de 11 léguas e três quartos levou o exército de Gomes Freire 9 dias pois que cada um dos pontos assinalados marca uma pousada das tropas: devemos ainda observar que a marcha se fazia sôbre um terreno virgem de estradas, em plena estação invernosa.

O passo do Jacuí foi alcançado no dia 7 de setembro de 1754 e aí foram postas a prova a dedicação, a resignação e o valor das fôrças militares da Demarcação.

Tiveram elas de suportar além da inclemência e rigor do tempo, a paciência de não irritar os índios embora contendo-lhes, no momento oportuno, os ímpetos e atrevimentos. Não convinha a Gomes Freire oferecer pretestos para o fracasso do Tratado de 1750, repudiado pelos habitantes do país e, parecendo-lhes que as resistências opostas pelos padres da Companhia de Jesús eram o reflexos do arrependimento dos castelhanos cedendo as extensas terras das Missões pela posse da Colônia, tudo empenhava para não deixar escapar-se das mãos portuguesas tão bela conquista.

Com o tempo o resultado favoreceu a Espanha que pôde guardar as Missões por mais meio século, até quando a bra-

vura e arrôjo de um pugilo de rio-grandenses pôde incorporá-las ao patrimônio luso-brasileiro.

Pela nova linha de comunicações, fadada a ser a artéria principal do Rio Grande, circularam na esteira dos soldados do Exército de Gomes Freire, as famílias de açorianos — os casais — raízes que se entranham na profundeza do solo daí fazendo brotarem a civilização, a prosperidade e a implantação definitiva da raça a que pertencemos.

Por ela transitaram durante o prosseguimento da campanha os combóios de abastecimento, os estafetas de informações, recursos e reforços. Aproveitando-a pôde Gomes Freire alguns meses mais tarde levar por diante o objetivo de sua missão militar — a tomada e ocupação das aldeias em poder dos índios rebelados.

Dela irradiaram progressivamente outras linhas de penetração: as mais importantes foram, na época, a que se dirigia a Santa Tecla e a que ia ter ao forte de S. Gonçalo, ambas criadas pelas conveniências militares, no ataque e defesa contra o vizinho castelhano, porém permitindo a infiltração constante da soberania portuguesa nos campos adjacentes.

A estrada iniciada em 1752, prolongando-se ao coração do Estado em 1754 quando atingiu a bôca do mato da Serra, na picada de São Martinho, trilho aberto pelos índios na exploração das estâncias de gado, tem o mesmo traçado que é hoje o da Estrada de Ferro de Pôrto Alegre a Uruguaiana, tronco da viação do Rio Grande do Sul.

Era legítimo o júbilo de Gomes Freire quando soubera da navegabilidade do Rio Grande. O aproveitamento da Lagôa dos Patos e seus tributários tendo como ponto de convergência o pôrto de Viamão, depois pôrto dos Casais e finalmente Pôrto Alegre, a abertura de um caminho territorial do pôrto de Viamão até às Missões, o povoamento das terras adjacentes por famílias açorianas, a distribuição dos campos pelos antigos e novos estancieiros, com a doação de datas e sesmarias, são o resultado imediato da visão do grande homem de govêrno.

A passagem das tropas se faz então unicamente pelo território do planalto, caminho mais curto e seguro, entre os centros de produção, Missões e Cima da Serra, e o empório de consumo principal, a capitania de São Paulo.

Era uma longa jornada a que batiam os tropeiros. Partindo das fazendas de criação deviam os rebanhos convergir para os campos da Vacaria deixando para a esquerda as densas florestas do Uruguai e, procurando atravessar a vertente dêste caudaloso rio, cortavam-na sôbre os tributários mais fracos e próximos de suas origens, o Pelotas e o Canôas.

Penetravam, após a passagem do Canôas, nas terras do govêrno de S. Paulo e aí perlustravam a velha estrada que Souza Faria abrira em 1729 e que Cristóvão Pereira aperfeiçoara pouco tempo depois.

Para conservarem os animais que tangiam em estado de serem negociados na feira de Sorocaba que foi o mais importante mercado para essa espécie de negócios, os seus condutores levavam meses a fio nas viajadas, invernando periodicamente as tropas.

Restabelecido em 1765 o govêrno autônomo de S. Paulo, investido da suprema autoridade na Capitania Geral D. Luiz Antônio de Souza Botelho de Mourão, Morgado de Mateus, trouxe êste general vastos planos para desenvolver a reação contra os progressos castelhanos dentro das fronteiras brasileiras.

Fazia parte de seus projetos a fundação de núcleos de população no longo percurso de Viamão a S. Paulo: por isso criou êle Faxina entre S. Paulo e Curitiba, S. Antônio da Lapa, próximo desta vila e Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão de Lajes, dentro dos limites do govêrno do Rio Grande.

Decorreu desta atitude do Morgado de Mateus uma acesa controvérsia com o governador do Continente que protestou imediatamente contra a invasão do território sob sua jurisdição pelo mandatário do govêrno de S. Paulo, o famoso e enérgico Capitão-mor Antônio Corrêa Pinto.

Um documento assinado por êste Capitão-mor, sob o título de Manifesto sôbre a fundação da Vila das Lajes, está pu-

O CAMINHO DE LAGES

As Missões do Uruguai não ficaram definitivamente em mãos portuguesas senão em 1801. Os resultados militares da guerra dos Guaranís, em 1756, desapareceram com a revogação do Tratado de 1750, substituído em 10 de fevereiro de 1761 pelo de París que anulou tudo quanto fôra assentado para a fixação dos limites luso-castelhanos nas fronteiras do Brasil.

Dentro do prazo de dous anos a Colônia do Sacramento fugia, arrebatada à fôrça de armas, ao domínio português; uma bela parte do Continente de São Pedro do Sul caía igualmente sob o jugo espanhol e o grande Gomes Freire morria a 1 de janeiro de 1763, ralado de desgôsto ao saber que a Corôa de sua pátria, após tantos esforços, heroísmos, sacrifícios e dispêndios, perdera o fruto de uma ação pertinaz por quase um século, na conquista das fronteiras do sul.

Desmoronaram as fortalezas: a Colônia, Santa Tereza, São Miguel, São Gonçalo e Rio Grande. Ficou de pé a tranqueira do Rio Pardo e nas suas fracas trincheiras teria de ser preparada lentamente a reação que culminou somente em 1776 com a reivindicação da terra continentina.

Sobrevive a minúscula fortificação porque para garantí-la espalham-se as populações brasileiras desde o Estreito, onde se fêz erigir um novo forte, o de São Caetano, por Viamão, Taquarí Santo Amaro, Rio Pardo, Jacuí e daí para o Norte pelos soberbos campos de Cima da Serra até às matas do Alto Uruguai.

Como resultado do ajuste de Gomes Freire com os maiorais das Missões, em 1754, desde êsse ano se fizera a distribuição dos campos situados para Leste do rio Jacuí e, pelo pacífico porém sólido instrumento da estância, com a concessão das sesmarias, se radicara o predomínio de nossa gente sôbre tão opulenta região.

O comércio de animais cavalares e muares era o único que existia entre o Rio Grande e o resto do país, fechada como ficou, em poder dos castelhanos, a saída para o Atlântico.

blicado a págs. 493 e seguintes do Vol. 34 dos Doc. Interessantes de S. Paulo e nêle Corrêa Pinto justifica o ato do General D. Luiz Antônio de Souza, entre outras razões pelas seguintes:

"Que em observância das Reais Ordens de S. Majde. que Deus Guarde chegou no ano de 1765 o Exmo. Snr. General D. Luiz Antônio de Souza a restabelecer o govêrno desta Capitania e querendo examinar a extensão dos seus limites mandou vir à sua presença os mais práticos homens dos sertões e informado da grande campanha que medeia da Curitiba até o Continente de Viamão, na distância de 150 léguas despovoadas, logo resolveu o dito senhor mandar levantar uma povoação no lugar mais conveniente para fazer testa às missões espanholas e afugentar a imensidade de Índios que habitam naquelas campanhas, para não infestarem a estrada geral por onde transitam muitos milhares de cavalgaduras e gados cada ano, vindas da campanha do Sul para esta Capitania e se extraem para as mais do Estado. Que alí fundou a povoação que existe e nela levantou um considerável Templo para Matriz e muitas obras e casas para o aumento da mesma povoação e para sua subsistência abriu logo os caminhos novos a demandar os portos da marinha para os misteres, como também concertar a estrada geral daquele sertão onde se consumiam milhares de cavalgaduras ou seu trânsito com notório prejuízo dos comerciantes e dos Reais quintos que pagam em repetidos Registos.

Que servindo aquele sertão para covil de ladrões, facinorosos e refúgio de matadores foi o mesmo regente (*) levantando companhias de Auxiliares e com elas foi purgando os facinorosos e fazendo tôdas as diligências do Real serviço, como também

(*) O regente é o próprio Corrêa Pinto.

para as invasões dos Índios, como sucedeu saírem a três anos a destruírem as fazendas e a matarem os fazendeiros e suposto foram bem castigados não deixarão de voltar quando menos esperados."

Fundada que foi a povoação em região de tão sinistra notoriedade, passou a estrada a receber o nome de caminho de Lajes com o qual encimamos êste capítulo de nosso opúsculo.

Os minuciosos planos de D. Luiz Antônio na previsão da defesa das fronteiras ficaram nos arquivos da Capitania e dêles podemos aquí muito cabidamente incluir o itinerário que deviam percorrer os reforços militares que indo de S. Paulo se dirigiam a Viamão.

Como nosso desígnio é somente tratarmos dos antigos caminhos do Rio Grande limitaremos a transcrição do itinerário exclusivamente na parte referente ao trecho entre Viamão e Lajes.

Partindo da Vila de Lajes:

"Daquí se vai à Tapera do defunto Carvalho que é o limite desta Capitania nos Campos de Lajes que terão 5 léguas.

Acham-se por aquí muitas fazendas de gado. Daquí se vai ao rio das Pelotinhas, que dá vau 5 léguas.

Daquí se vai ao Carahá 6 léguas sem cômodo.

Daquí se vai ao rio das Pelotas 5 léguas.

Este rio é muito grande e tem as margens inacessíveis, e só tem um pequeno desfiladeiro, onde com pouca gente se pode fazer a maior defensa.

Daquí se entra nos campos do Viamão, gastam-se dois dias a atravessar até chegar ao ric das Antas; terá êste campo de largura 12 léguas, pouso incerto.

Há algumas fazendas de gado distante da estrada 2 ou 3 léguas, em várias partes.

Daquí se passa ao rio das Antas, onde se pode

defender a passagem com pouca gente. Êste rio poucas vezes dá vau e tem muitos côncavos.

Daquí passa-se a Bôa Vista 5 léguas.

Daquí se passa ao rio das Camisas. Êste rio se passa a vau com muito trabalho por ser perigoso ? léguas.

Daquí se passa a primeira Fazenda de Cima da Serra, chamada o Menino Diabo 3 léguas algum cômodo.

Daquí se vai ao rio das Taínhas. Há algumas fazendas 4 léguas, sem cômodo.

Daquí se passa à fazenda do Sarrafino 4 léguas, com cômodo.

Daquí à entrada do mato da Serra do Viamão. Há fazendas vizinhas 6 léguas, sem cômodo.

Daquí se entra no mato da Serra: terá de atravessar até chegar à Guarda do Viamão 12 léguas.

No meio dos ditos matos há dous sítios que remediam para cômodo, e na dita Guarda o há bom.

Daquí se passa à Capela do Viamão onde se acha o Governador e será um dia de viagem de bom caminho 11 léguas.

Nas vizinhanças dêste caminho há muitas fazendas, e passa-se o rio Carambataí que tem canôa de passagem e bom cômodo 4 léguas. (*)

Aquí se embarca para ir ao Rio Pardo ou para o Rio Grande."

Êste roteiro não diverge do que foi tratado anteriormente sob o título de Caminho da Serra do Viamão, prolongando-se o seu desenvolvimento até à povoação de Lajes. Alcançado o planalto serrano pelo vale do Rolante em busca de gados para o abastecimento das estâncias do Viamão, como me parece, tomou êsse caminho grande importância quando propagaram-se as estâncias da Serra.

(*) O rio Carambataí é o Gravataí de hoje.

Os acontecimentos militares do litoral acrescentaram a importância do caminho de Lajes que além de seu papel na economia do país teve relêvo estratégico quando o govêrno português se dispôs decisivamente a expulsar os espanhóis do Rio Grande.

Percorreram-no os mensageiros portadores das notícias e das ordens na vigilância ativa dos movimentos do adversário ameaçador: palmilham-na os sucessores dos bandeirantes na tradicional faina de libertagem a terra pátria do tacão castelhano.

São do Manifesto de Corrêa Pinto as linhas abaixo:

> "Que na invasão que fizeram os Espanhóis no ano de 1777 na Ilha de Santa Catarina impediram aqueles portos e costa da Marinha de tal sorte que só pelo sertão e vila de Lajes se fizeram marchar todos os socorros de muitos destacamentos de Minas Gerais e desta Capitania para o Exército do Sul, cofres de dinheiros da Real Fazenda, Paradas e avisos do comércio como também levantou o dito Regente seis companhias que mandou em socorro da Laguna e da mesma sorte providenciou 150 léguas em todos os pousos com cavalgaduras e gados para os transportes e munições daquelas tropas e assim socorreu com muita caridade a tropa da guarnição da dita Ilha, demandada que subiram a serra para aquela vila o que tudo se fazia muito dificultoso se não houvesse o estabelecimento da Vila de Lajes naquele sertão".

No govêrno de Martim Lopes Lôbo de Saldanha, sucessor de D. Luiz Antônio na Capitania paulista desceram para reforçarem as fôrças do Continente de S. Pedro, pelo caminho de Curitiba — Lajes — Viamão quatro companhias de infantaria e quatro de cavalaria que partiram de S. Paulo no fim do ano de 1775 e comêço de 1776.

Rio, Abril 1935.

O Movimento Emancipador do Brasil

por **OLINTO SANMARTIN.**

No vasto campo das organizações sociais poucos admitem a crença cívica pelo conhecimento apenas da história.

E' indispensável que se revolva o passado, que a tradição desperte o ânimo coletivo cultuando a sucessão dos velhos acontecimentos e na interposição dos anos trazer viva a ação destemerosa dos que deixaram um legado imenso à posteridade.

As nações que nos tempos atuais palpitam na grandeza dos seus episódios cintilantes, fazem da glória remota, dos mártires divinizados, o motivo subterrâneo da energia presente, única realidade que governa, único tesouro que resplandece na solução dos problemas que agitam o espírito do mundo.

O clima é de trepidação, de ação continuamente renovada. São impérios que se desarticulam no mesmo instante em que outros se erguem, se ajustam ao ciclo histórico do momento, emergem de um mal que os fenômenos civilizatórios criaram em busca de um bem que êsses mesmos fenômenos tornam inatingido. O homem, com a faculdade de discernir e de alimentar uma imagem ideal, será nos agrupamentos um incontentado permanente, opulento de razões fundamentais.

Nessa pletora humanista desenha-se uma angústia que nem o amor à terra e o realismo das concepções espirituais são capazes de destruir. E quando, sob o influxo do sofrimento, vai governar-se a si próprio, crê melhor na evidência física, no quadro social que o cerca e nas condições a que está submetida a marcha humana nesse caminho interminável através da vida. A fortuna dos resignados vê a teimosia dos realistas exaltados, cegos de esplendor teocrático. Na libertação há uma possibilidade de ascencionalismo que deslumbra, que multiplica a fé e dá mais intenso colorido às esperanças.

Quando na longínqua época das descobertas, as terras do oeste apareceram virginalmente desnudas ao olhar calculado do europeu que fremia pelo crescimento da territorialidade, havia a embriaguez da conquista, da riqueza delirante, do espólio que demarcava um domínio onde os ultrajes não eram conhecidos da justiça.

Naqueles tempos e no decorrer de centúrias sucessivas, tudo era admissível diante das circunstâncias criadas por uma civilização que progredia lentamente.

Ninguém imaginava que as condições primárias na colonização americana se processassem num ambiente áspero de caça obsecada à riqueza e ao íncola em estado bárbaro para dar lugar a expansão do homem europeu com seus tentáculos de penetrante avidez. E a infiltração se operou e o imenso taboleiro foi violado ao receber o choque das invasões de trabalhadores que procuravam revelar ao mundo um novo mundo adiantado e culto. A afeição profunda ao continente conquistado, aos costumes da nova terra, ao fulvo tropicalismo de um sol ardente, ao clima doce e ameno sob cuja delícia as novas gerações acordavam em contínua exaltação divinatória; todo êsse encantamento florestal, hidrográfico e orográfico, horizontes de coloridos fascinantes, céu largo de puro azul, sinfonia de liberdade jocunda e de trabalho constante, o cenário ciclópico, incomparável de prodigalidades e, por fim, o sofrimento dos contrastes e das desditas sociais, tudo isso foi caldeando uma nova conciência,

um novo espírito, uma fé nova de redenção, uma nova psicologia nativista, uma nova tendência de solidariedade americana, um novo homem que na terra do seu berço tinha criado uma imagem instintiva e amadurecida uma personalidade vigorosa. Eram altas razões de unidade e de coesão intelegível.

Nesta parte meridional da América, a leste do rico continente, com seu litoral grandioso, estava constituída, 300 anos após a descoberta, uma nacionalidade que evoluía com o esfôrço dos seus próprios recursos. O Brasil com tôdas as dificuldades encontradas, guerras com gentios e invasores de além mar, era pouco menos que colônia, mas latente estuava uma alma que era sonho exaltado de emancipação.

Possuía já seus homens, seus estadistas, seus patriotas, seus militares, diplomatas, pensadores, ideólogos e até mártires sublimes que ousaram pensar em libertar-se do jugo português imaginando sistema de liberalismo governamental.

Tôdas as vigílias dolorosas dessa aspiração infinita transformavam-se em idéias fundamentais, em certezas que consolavam e faziam mais doces as agruras da luta emancipadora.

Isso representava manifestação gigantesca de solidariedade em face do imenso território e da fraca densidade demográfica da época.

D. João VI como regente veio contaminar a colônia, dar-lhe soberania, vida protocolar perfeita e completa que faria esquecer a época dos Vice-reis. O progresso e a crença de nacionalismo crescia nessa sucessão de séculos. Uma alta compreensão de responsabilidade inundava o espírito dos homens públicos do tempo. As convicções tomavam forma definitiva e um florescimento de vida autônoma se padronizava em elaboração permanente.

Com a abertura dos portos e a liberdade industrial no primeiro decênio do século passado, foi dado o grande passo para a queda do regime colonial e qual maré que cresce, se avoluma e alarga, o Brasil compreendia e sentia que era chegado o instante em que seu destino iria tomar novo rumo.

Portugal em mãos de franceses dava à sua colônia uma separação **sui-generis**. Constatava-se êsse fenômeno na história política da península e de tão profundas raízes que 6 anos mais tarde, em 1814, quando se definia a independência de Portugal, D. João VI recusou sair do seu novo domínio dando assim amplitude à personalidade jurídica do Brasil.

Era uma monarquia que se consolidava, que criava bases novas numa terra também nova, que instalava na cidade do Rio de Janeiro uma dinastia tradicional, criando gabinetes, fundando instituições, dando vigor a uma vida econômica, afugentando as velhas sombras da rústica colônia do tempo de Tomé de Souza. As artes eram cultivadas, havia um conjunto régio, côrte, absolutismo, nobreza, aristocracia e, de permeio, decadência invisível na dignidade real que não sabia se impor como órgão de govêrno de severa retidão.

As charamelas alegravam o novo cenário com notas de mais perfeito ritmo. Toda uma sinfonia palaciana tremeluzia num corolário de brazões originários da fidalguia Joanina que se erguia em grande gala e se organizava elegantemente. Era o rejuvenescimento de um espírito antigo que se fundia e um espírito que se desenhava em anseios de formação.

A 16 de dezembro declarava-se o Reino do Brasil. A torrente corria impetuosa para a realização do mais perfeito e do mais completo sentido emancipador. Sociologicamente a marcha era normal e inevitável contraposta às teorias anti-evolucionistas. A posição do Reino apresentava sintomas de perfeito equilíbrio de crescimento, de reação contra o estagnatismo colonizador. Os acontecimentos rolavam sob o signo de uma única direção.

A 20 de março de 1816 D. Maria I, desfeita há longos anos da sua pompa real pela demência triste que a envolveu, morria serenamente. D. João VI, como regente, passou a empunhar o cetro real. Levantava-se o trono de um novo rei que, dando consistência à nova pátria americana, compreendia que os vínculos da tutela portuguesa enfraqueciam es-

pantosamente. Um animismo concentrado de autonomia fundia-se, plasmava-se na conciência do povo brasileiro.

Em breve o sôpro liberal que o próprio panorama geográfico oferecia, manifestava-se dando lugar ao constitucionalismo que a tendência européia, brotada da revolução francesa, aconselhava, e quando D. João VI partiu afinal, rogava ao filho, ainda jovem, que tomasse posse da terra, do futuro império, dessa dádiva maravilhosa. Era a separação que amadurecia e de tal forma que aflorava à visão do monarca em viagem. Desde 1808 que a independência estava decidida mas nunca se firmara tanto por laços psicológicos e morais, como nesse instante em que o príncipe D. Pedro assumira a regência.

A reação portuguesa foi tenaz, as câmaras tentaram o regressismo colonial e uma luta tremenda vai precipitando o 7 de setembro. O Brasil já era, pela junção dos interêsses ultramarinos, um organismo parasitado.

A heterogeneidade racial pouco influía sôbre o patrimônio que se formava. Os deputados brasileiros participantes das côrtes portuguesas convocadas em Lisbôa, foram impeldos a emigrar precipitadamente para a Inglaterra e o Príncipe D. Pedro chamado à Côrte.

Empolgados, davam consistência leonina ao movimento de soberania, homens brilhantes, de rígida capacidade combativa. Antônio Carlos, Gonçalves Ledo, José Clemente, Campos Vergueiro, Araújo Lima, Vilela Barbosa, Frei Sampaio e outros ainda invadidos da mesma labareda independencial, provocaram o acontecimento notável de 9 de janeiro de 1822 fazendo com que o Príncipe D. Pedro desobedecesse à imperial ordem de regresso.

Nesse instante o movimento se alarga, transborda, abre horizontes infinitos na nova ordem política que se cria, atraindo a colaboração admirável de José Bonifácio de Andrade e Silva. E' o organizador do novo órgão que se delineia. De espírito incansável, sua audaciosa energia tem sempre alta finalidade construtiva. A obra iniciada não perecerá.

Há fatores que governam mais que a fôrça das armas

e a inteligência dos homens. E' o segrêdo inevitável das coletividades americanas, o fenomenalismo das multidões, a psicologia social dos povos, o domínio inexplicável do próprio destino, a condição humana na órbita de um ciclo de renovação continental que determina a liberdade dessa alma ardente que já não admite a indignidade do servilismo. Pelo decreto de 29 de setembro de 1821 Lisbôa ordenava o regresso do Príncipe.

Tudo se convulsionava, preparava-se, numa ansiedade de predisposição homérica para o glorioso acontecimento de setembro. As hostilidades com Portugal tornaram-se violentas. Com a representação popular que solicitava ao Príncipe sua permanência no Brasil, caracterizava-se a rebelião do povo e do govêrno.

A anuência do Príncipe ao pedido público tornou mais que oficiosa a revolta que o Príncipe sancionava com a exclamação redentora: "Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação estou pronto, diga ao Povo que fico". (1)

José Clemente Pereira ao transmitir a grande nova esquecia até o pretêsto justificatório da representação que era o suposto temor da independência provocada pela ação perigosa dos partidos. A finalidade patriótica revestia-se de autoridade ameaçando a segurança possessória do Reino Português.

Depois da resposta épica, das varandas do Paço S. A. R. dirigindo-se ao povo que o aclamava apelou assim: "Agora

---

(1) **EDITAL** — O Senado da Camara, tendo publicado hontem com notavel alteração de palavras a resposta, que S. A. R. o PRINCIPE REGENTE do Brasil se dignou dar á representação, que o Povo desta Cidade lhe dirigiu, declara, que as palavras originaes, de que o Mesmo Senhor Se servio forão as seguintes: "Como he para bem de todos, e felicidade geral da Naçaõ estou prompto; diga ao Povo que fico".

O mesmo Senado, espera que o respeitavel Publico lhe desculpe aquella alteração; protestando que não foi voluntaria, mas unicamente nascida do transporte de alegria, que se apoderou de todos os que estavão no salão das Audiencias, sendo tão desculpavel aquella falta que todas as pessoas, que acompanhavão o mesmo Senado não tiverão duvida em declarar, que a expressão do Edital que se acaba de publicar fora a propria de S. A. R. com alguma pequena differença. Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1822.

O Juiz de Fora, Presidente

José Clemente Pereira.

só tenho a recomendar-vos União e Tranquilidade." A união se tornava vitoriosa, potente e a tranquilidade valia por um credo santo na ação do bravo regente. Não havia demagogia no sentido desvirtualista, apenas atividade coordenadora, ação decisiva que se propagava sem eliminar o antagonismo imperante entre brasileiros e portugueses.

O volume dêsse movimento já registava conquistas brilhantes. A 5 de junho de 1821 no Teatro de São João Batista, em solenidade pública, o Príncipe Regente constitucionalizava o regime político do Brasil com estas palavras: "Juro em meu nome, guardar as bases da constituição portuguesa feitas atualmente em Lisbôa pelas Côrtes". Também, sôbre os Santos Evangelhos, idêntico juramento foi proferido pelo Senado da Câmara e autoridades. Após foram eleitos os nove deputados da Junta Provincial.

Era o processo de ordem que, um ano antes, se revestia com essa roupagem viva das decisões fatais. O Brasil preparava-se para o despertar da madrugada aromal, nova e imensa, de 7 de setembro de 1822.

A guerra outra vez criava imagem. O norte lutava com legítimo destemor onde mais intensa se fisionomizava a reação dolorosa. A obra se cumprira diante mesmo de uma série de articulações políticas onde o próprio Rio Grande não ficara indiferente.

Já no histórico acontecimento de 9 de janeiro, no Paço do Conselho onde se achavam legalmente reunidos o Juiz de Fora Presidente, Vereadores, Procurador da Câmara e Senado, foram apresentadas a êsse último órgão, as diversas representações solicitando a permanência do Príncipe. O jovem Regente marcava a hora do meio-dia para receber em audiência o Senado da Câmara. ([2])

([2]) **TERMO DE VEREAÇÃO DO DIA 9 DE JANEIRO DE 1822** — AOS nove de Janeiro do anno de mil oitocentos vinte e dous, nesta Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e Paços do Conselho, aonde se achavaõ reunidos em acto de Vereaçaõ, na fórma do seu Regimento, O Juiz de Fóra Presidente, Vereadores, e Procurador do Senado da Camara, abaixo assignados, por parte do Povo desta Cidade foraõ apresentados ao mesmo Senado varias Representações, que todas se dirigem a requerer que este leve a Consideraçoõ de SUA ALTEZA REAL, que deseja que

A hora aprazada, o Presidente do Senado da Câmara, usando da palavra, leu as representações das Províncias Unidas. Após êsse ato usou da palavra o Coronel do Estado Maior às Ordens do Govêrno do Rio Grande, Manuel Carneiro da Silva Fontoura. Para êsse ato obtivera licença para

---

suspenda a Sua sahida para Portugal, por assim o exigir a salvaçaõ da Patria, que está ameaçada do iminente perigo de divizaõ pelos partidos, que se temem, de huma indepndencia absoluta, até que o Soberano Congresso possa ser informado destas novas circunstancias, e á vista dellas acuda a este Reino com hum remedio prompto, que seja capaz de salvar a Patria, como tudo melhor consta das mesmas representações, que se mandaraõ registar. E sendo vistas estas Representações, estando presentes os homens bons desta Cidade, que tem andado na governança della, para este acto convocados, por todos foi unanimemente accordado que ellas continhaõ a vontade dominante de todo o Pôvo, e que urgia que fossem immediatamtnte aprezentadas a SUA ALTEZA REAL. Para este fim sahio immediatamente o Procurador do Senado da Camara, encarregado de annunciar ao Mesmo Senhor esta deliberaçaõ, e de Lhe pedir huma Audiencia para o sobredito effeito: e voltando com a resposta de que SUA ALTEZA REAL tinha dizignado a hora do meio dia para receber o Senado da Camara no Paço desta Cidade, para alli sahio o mesmo Senado ás onze horas do dia: e sendo apresentadas a SUA ALTEZA REAL as sobreditas Representações pela voz do Presidente do Senado da Camara, que Lhe dirigio a falla; depois delle o Coronel do Estado Maior ás Ordens do Governo do Rio Grande Manoel Carneiro da Silva e Fontoura, que tinha pedido licença ao Senado da Camara para se unir a elle, dirigio a falla ao Mesmo Senhor, protestando-lhe que os Sentimentos da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul eraõ absolutamente conformes aos desta Provincia. E no mesmo acto João Pedro de Carvalho de Moraes aprezentou a SUA ALTEZA REAL huma Carta das Camaras de Santo Antonio de Sá e Magé contendo iguaes sentimentos. E SUA ALTEZA REAL Dignou-se responder com as expressões seguintes. — "Como he para bem de todos, e felicidade geral da Naçaõ, estou prompto: diga ao povo que fico" — E logo, chegando SUA ALTEZA ás Varandas do Paço, Disse ao Povo — "Agora só Tenho a recommendarvos Uniaõ, e Tranquilidade." — Foi a resposta de SUA ALTEZA REAL seguida de vivas da maior satisfaçaõ, levantados das Janellas do Paço pelo Prezidente do Senado da Camara e repetidos pelo immenso Povo, que estava reunido no Largo do mesmo Paço, pela ordem seguinte — Viva a Religiaõ — Viva a Constituiçaõ — Vivaõ as Côrtes — Viva El-Rei Constitucional — Viva o Principe Constitucional — Viva a Uniaõ de Portugal com o Brasil. — Findo este acto, se recolheu o Senado da Camara aos Paços do Conselho, com os Cidadãos, e os Mestéres do Povo, que acompanharaõ, e o sobredito Coronel pela Provincia do Rio Grande do Sul. E de tudo para constar se mandou lavrar este Termo que todos sobreditos assignaraõ commigo José Martins Rocha, Escrivaõ do Senado da Camara que a escrevi." (Seguem-se 65 assinaturas sendo a primeira de **José Clemente Pereira** e a ultima do **Coronel Manoel Carneiro da Silva e Fontoura** empregado ás Ordens do Governo da Provincia, precedida da legenda: **"Pela vontade e opiniaõ dominante da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul".**)

se incorporar ao Senado da Câmara afim de poder protestar ao Príncipe os sentimentos da Província do Rio Grande de S. Pedro que eram idênticos aos que se irmanavam naquele instante.

Bela e incandecente peça oratória a do Cel. Silva Fontoura onde era lançado o apêlo do povo rio-grandense, a voz patriótica e exaltada do último baluarte do Brasil meridional. Êsse extremo do opulento território, confundia-se no ardor central, irmanava-se no mesmo gesto de civismo caudaloso.

Deixava de ser o povo civil para tomar o caráter militar mas na verdade, o brado que se ouvia era o do povo da Província em geral. "Não Real Senhor, não he com hum golpe de penna com huma medida irreflectida e inteiramente opposta ao Bem Geral do Brasil, que o Congresso ha de roubar dos nossos braços hum Principe considerado hoje, como o centro das nossas esperanças, para o futuro melhoramento de tantas Provincias que seguirão infallivelmente a marcha da Provincia do Rio Grande, logo que souberem que se lhes fez este insulto, verdadeiro anuncio de novos attentados, sobre a posse inalienavel das suas atribuições nacionaes". E continuava Silva Fontoura. "Em todos os tempos, Real Senhor, e ainda mesmo nas crises mais fataes se julgou digna da maior attenção a voz de hum Povo Respeitavel por suas attribuições: O Brasil já não he hum Pupilo, já não he hum Escravo, não he o Paiz dos Amorreos e dos Cananeos, exposto ás lanças do primeiro invasor; nós fazemos hoje grande vulto no seio das Nações da Europa: devemos ser considerados como hum Povo na mocidade das nações, possuindo todos os recursos que formão e engrandecem os Imperios".

Era o representante de uma ala poderosa que se dirigia ao Regente, com desassombro e altivez na interpretação de um sentimento que iria transformar o sistema político do país e romper com os laços de um cativeiro que já não resistia a avalanche criada por uma fôrça irresistível

de opinião popular. O Rio Grande participava assim de maneira corajosa para o desfecho de 9 de janeiro.

A 23 de maio, pouco mais de 3 meses antes da separação, Francisco Xavier Ferreira, deputado pela Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, em memorável discurso, reafirmava ao Príncipe Regente D. Pedro, a solidariedade integral dos seus patrícios meridionais e exortava, veemente, a soberania nacional dizendo: "Portugal quer a força não conhecer o Brasil, he necessario que o Brasil o force a conhece-lo. O Brasil he irmão de Portugal mas nunca será o seu escravo" e acrescentava que Portugal "quer conceder-lhe pouco como graça quando lhe deve muito por justiça". A êsse veemente discurso o Príncipe respondeu nestas palavras que mais uma vez testemunham a maneira como se ia processando a independência nacional:

"Agradecei a vossa Província da minha parte, e dizei-lhe, que antes do Cidadão Me apresentar os seus votos, eu já contava com a sua Lealdade."

Dois dias após, recebia Francisco Xavier Ferreira um ofício de José Clemente onde lhe era solicitado que o Govêrno e Comércio da Província do Rio Grande se dirigissem ao Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil, no sentido de ser convocada uma Assembléia Geral das Províncias em caráter urgente. Finalizava José Clemente Pereira dizendo que a Câmara do Rio protestava perante o Brasil e o mundo que as razões dadas só tinham um objetivo: "provocar a felicidade do Reino e manter a União com o de Portugal". Em tópico imediato pretendia justificar a convocação para salvar o Brasil da anarquia iminente e "evitar que se rompa a sua união com Portugal que convém manter e segurar". Clemente Pereira falava na união que todos lutavam em destruir, por uma questão de conveniência como confessava. O deputado rio-grandense atendendo ao apêlo do Presidente do Senado da Câmara do Rio enviou um ofício ardoroso de fé nacional. Tais atitudes eram manifestações de habilidade política porque no discurso de 23 de maio em que a Câmara se dirigia ao Príncipe

solicitando a convocação, José Clemente Pereira fêz calorosa oração analisando as hostilidades de Portugal contra o Brasil. Êste famoso discurso finalizava com estes períodos dramáticos e fatalistas: "Está escrito no Livro das Leis Eternas que o Brasil deve passar Hoje, ho! Grande Dia! á Lista das Nações Livres: he Decreto do Arbitro do Universo, ha de cumprir-se, queirão ou não queirão os mortaes, que impedir a sua marcha a ninguem he dado. Obedecei, Senhor a esta Lei Eterna, e cumprindo assim hum dever sagrado, Fareis a Vossa Gloria, a Salvação de Portugal e do Brasil a dita". Assim se expressava a Câmara a 23 de maio de 1822. Era um apêlo inexorável, uma ordem do povo que a separação se cumprisse. Tumultuavam-se as idéias, as generalidades de coesão propagavam-se em sentido geométrico. O calor da moral não era inferior ao sentimento de pátria. Em 1822 alentava-se o movimento de redenção tendo pela frente a figura de um príncipe moço. Identificado ao mesmo ardor do homem preso ao destino continental, D. Pedro associava-se ao ritmo subjetivo de uma era nova.

Estava com isso fundado um império, constituída uma nação independente que a natureza fazia poderosa e lhe indicava a prosperidade futura, a glória dos seus heróis, a operosidade dos seus trabalhadores, a inteligência dos seus letrados, o brilho do seu destino, as verticais da sua riqueza, o preço do seu martírio, a fertilidade do seu solo, a amplitude do seu domínio, a prodigalidade dos seus climas, a imortalidade do seu nome.

Não foi um fenômeno de racialismo, de exaltação assimilativa de sangue ou misticismo religioso que deu raízes à ação da independência brasileira. As raças entrechocavam-se diante mesmo da pobreza demográfica.

A latina trazia no seu barbarismo civilizatório, as premissas de uma história gloriosa no processo de catequese dos incolas abandonados nas terras conquistadas. Depois o drama da escravatura, a alma do continente negro transformada no martírio de uma escravidão impiedosa.

Apenas profundos abismos diferenciais entre os 3 gru-

pos humanos, é o que se projeta diante de um exame racial. Não bastando essa evidência etica, teríamos a morfológica, a condição social de cada uma, a cultura, os direitos e deveres, constitucionalização da família, de práticas religiosas, interioridade, instrução, visão da vida. Não houve um grito racial no sentido humano quando a própria raça histórica não tinha vigor moral para compreender a extensão e consequência dos atos políticos, sociais, intelectuais e jurídicos. José Clemente Pereira, na qualidade de português simbolizava bem o esfôrço da alma lusa popular e D. Pedro a nobreza de Portugal que tanto fizeram por amor ao povo histórico continental e pela emancipação do Brasil.

Apenas uma solidariedade irmanava o eco famoso. Fragmenta-se assim a constituição de 3 raças fundamentais invocadas para o Brasil, as 3 raças tristes no canto do poeta altíssimo. Nada de eventos populares. A teoria tem fronteiras largas, obra da sabedoria. Como hoje, há um século, no Brasil, os mentores da idéia nova conduziam a nacionalidade. A colaboração da trilogia é um símbolo de fraternidade ideal que encontra a sua adaptabilidade em terras americanas.

Hoje possuímos um Brasil, régio presente que nos legou o 7 de setembro de 1822. Fazê-lo grande, cada vez maior, opulentado de glória não constitue milagre. E' apenas cumprir com um destino fundamentalmente histórico. Os homens de ontem fizeram o Brasil de hoje, os brasileiros de hoje farão a grande pátria de amanhã.

Conferência do Dr. Eduardo Duarte na sessão 7 de Setembro

Sr. Presidente
Meus confrades
Minhas senhoras
Meus senhores

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em demanda da finalidade a que se impôs quando há quase vinte anos surgiu entre os seus pares, celebra hoje, nesta magna reunião, com esta honrosa assistência, o maior acontecimento da Pátria.

E' de lastimar, entretanto, que nos derradeiros momentos que precederam esta sessão, tenha, por motivos supervenientes, deixado de comparecer o ilustre orador do Instituto, e, por imperiosa e respeitável designação do sr. Presidente, tenha caído em tão inhábeis mãos o discurso comemorativo do ato.

Para qualquer de vós outros, meus ilustres confrades, fácil teria sido a tarefa, não, porém, para mim que a vida inteira tenho vivido com o espírito imerso nas velharias, aspirando o pó dos arquivos, consultando, interpretando, catalogando amarelecidos papéis que o tempo e as traças vão, iconoclasticamente, destruindo, para apresentá-los a quem dêles saiba tirar o proveito útil, mostrando aos coetâneos

quão grandes foram aqueles que construíram a nacionalidade e que, embora em tardia justiça, o bronze vai celebrando na praça pública ou no livro que desperta o povo ao culto dos seus maiores.

Por isso o meu discurso é frio; a palavra não tem o colorido das belas imagens, apenas interpreta o que nos diz essa farta documentação que o passado nos legou.

E sôbre a magna celebração, copioso é o acervo de papéis que possuímos em nosso arquivo, e que, em grande parte, já divulgamos em alentado volume dado à publicidade quando celebramos o centenário de 1922.

Com essa publicação, que outra cousa não é senão a divulgação documentada dos sucessos que se desenvolveram nesta então Província antes e depois do memorável sete de setembro, tivemos ocasião de mostrar quão errada era a afirmação que até então corria com fóros de verdade, que o Rio Grande do Sul, vasto acampamento militar onde só se cuidava em manter os nossos lindes meridionais, fôra figura passiva na emancipação da Pátria. Aceita-la como um facto consumado, nada mais injusto.

Bastaria citar a bravura e energia sem par dessa figura quase lendária que foi João de Deus Mena Barreto, vice-presidente do govêrno da Província, que enfrentou, com decidido valor, uma outra figura de português intransigente, o então brigadeiro João Carlos de Saldanha, futuro duque de Saldanha de tão notável atuação em posteriores sucessos de Portugal.

Cumpre-nos demorar por alguns momentos na apreciação dessas duas destacadas personalidades que se defrontaram no cenário político daquela época.

— João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, neto do marquês de Pombal, era o mais notável dos militares lusitanos de então. Nasceu do consórcio do nobre conde do Rio Maior com a ilustre senhora que passava por ser a obra mais perfeita do famoso marquês. Assentou praça com direito às estrêlas de cadete a 28 de setembro de 1805 e no ano seguinte subiu ao pôsto de capitão em vista do alto cargo de conse-

lheiro de Estado que seu pai exercia junto ao rei. Tinha então desessete anos.

Aos vinte e dois anos era tenente-coronel de infantaria: em 1815, já coronel, veio para o Brasil.

Em 1816, como comandante do 1.º regimento de infantaria foi mandado para a Cisplatina, aí prestando inestimáveis serviços. Foi brigadeiro aos vinte e sete anos.

Saint'Hilaire, que conheceu pessoalmente o brigadeiro Saldanha, assim fixou a sua impressão: "E' tão notável pelo ilustre nascimento como pelo mérito próprio. Tem uma figura nobre, belos olhos, muita doçura na fisionomia. E' considerado um militar perito, e a graduação a que chegou, ainda que não pareça ter mais de trinta e cinco anos (tinha apenas trinta e um), certo lhe assegura a mais formosa das carreiras. Sabe francês, inglês e espanhol; é polido sem afetação e dispõe de maneiras distintas. Prodigalizando sua mesa a todos os oficiais, vive no meio dêles como entre seus pares, e sua amabilidade, espírito conciliador e brandura, fizeram do general o ídolo dos soldados e da gente do país".

E êste era o perfil do presidente da Junta Governativa da Província, o nobre português que não aderira à nossa independência mantendo com ousada galhardia o vínculo Brasil-colônia.

Entretanto, do outro lado, firme estava outro general, não menos valoroso, prestigiado mais do que nunca, a figura varonil de João de Deus, o vice-presidente do govêrno.

João de Deus Mena Barreto, visconde de São Gabriel, o primeiro dêsse título, é o tronco dessa gloriosa estirpe de generais que encontramos em todos os lances gloriosos de nossa história em um século e tanto de nossa existência.

Abraçando a carreira militar desde a sua mocidade, tomou parte na campanha de 1801, onde foi promovido ao pôsto de sargento-mor e, em 1808 a tenente-coronel. Fêz parte do Exército Pacificador em 1811-12 e em 1816 foi ferido na célebre batalha de Ibirocaí. Foi promovido a tenente-general em 1824.

Era do Conselho de S. M., comendador da Imperial Or-

dem de São Bento de Aviz, fidalgo cavalheiro da casa real, por alvará de 9 de julho de 1813. Tinha as medalhas da campanha cisplatina de 1811 a 1820. Em 2 de dezembro de 1845 foi elevado ao viscondato com grandeza, título que gozou apenas quatro anos, pois, em 1849, findava tão gloriosa existência.

E foram estes, senhores, os dois homens que, no cenário político do Rio Grande, se defrotaram, em 1822, um, alta patente do exército lusitano, fiel ao seu govêrno, à sua pátria, intransigente na fidelidade ao juramento prestado, o outro, filho desta terra, patriota extremado, pioneiro da independência, na terra meridional do Brasil.

Saldanha, dispondo de grandes fôrças, contando com o exército que operava na Cisplatina, em cuja fidelidade contava, e, com os patriotas nacionalistas, João de Deus, bravo entre os mais bravos, integrado na santa causa, alfim vencendo.

Enquanto João de Deus depunha Saldanha e remetia-o escoltado, por terra, para o Rio de Janeiro, no extremo meridional vencia o extraordinário visconde da Laguna, fazendo embarcar para Portugal a parte do exército que não aderira à independência.

Para vos dizer, por último, do valor e fidelidade do futuro duque de Saldanha nos ideais, basta relatar o que li algures: quando Saldanha, com o laço português ao peito se apresentou ao príncipe-regente, êste que o conhecia e admirava, convidou-o para ocupar o pôsto de marechal do seu exército, ao que Saldanha respondeu que jamais seria um traidor de sua pátria.

Imaginai vós, senhores, que sabeis do temperamento impulsivo de D. Pedro, português de nascimento, que gesto teria feito para despedir o ousado general.

Entretanto, anos mais tarde, o general Saldanha comandava o exército de D. Pedro contra as hostes de M. Miguel e colocava no trono Português D. Maria da Glória, filha do imperador abdicante, a única raínha brasileira que a história regista.

Longa por demais seria a exposição que eu vos poderia fazer para mostrar qual a atuação da gente rio-grandense no memorável feito. A atividade do govêrno de então, não só na capital como nos municípios da Província e até mesmo nos mais afastados recantos, mereceria um capítulo especial.

E até mesmo fora das nossas fronteiras a sua atividade se estendeu. O apêlo feito aos baianos pró-independência é uma peça notável pela concisão com que foi escrita em termos profundamente patrióticos. Nesse apêlo desvendamos o ardor cívico do grande patriota que foi Francisco Xavier Ferreira, também membro do govêrno.

A representação que o coronel Manuel Carneiro da Silva e Fontoura fêz em nome da Província do Rio Grande de São Pedro, ao príncipe-regente, no dia do "Fico", é altamente notável, e sinto que escassez do tempo não me permita fazer a sua leitura.

O autor dessa representação, grande patriota, militar que encontramos em vasto capítulo da história regional, sempre com os maiores louvores, foi quem conduziu, por terra, ao Rio de Janeiro, o brigadeiro Saldanha, chefe do govêrno, que ficara fiel ao seu monarca, tudo fazendo para manter o Rio Grande integrado nos domínios de Portugal das terras de além-mar.

Eis aí, senhores, o que vos poderia dizer, em cumprimento ao que me foi imposto, nesta despretensiosa oração, no grande dia da Pátria, esta Pátria de todos nós tão querida.

Confiemos, portanto, no seu futuro, que será grandioso, no qual mantemos as nossas melhores esperanças, sobretudo agora que novos horizontes despontam fazendo prever e esperar dias melhores, para o que de sobra temos êsse patriotismo que nunca falhou na gente brasileira.

A sua história aí está, cheia de lances tão gloriosos que a nenhuma outra nos é dado invejar.

E no culto desta grande etapa, a maior da nacionalidade, curvemo-nos reverentes em homenagem à memória dos que souberam ser grandes no amor a esta Pátria que a constelação do Cruzeiro ilumina e abençôa.

O Instituto Histórico Brasileiro

(Artigo publicado no CORREIO DO POVO, pelo nosso confrade dr. Eduardo Duarte, comemorando o centenário do Instituto Histórico Brasileiro)

Celebra, hoje, o Instituto Histórico Brasileiro o primeiro centenário de sua fundação. Surgiu êle de uma sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a 18 de agôsto de 1838, na qual o seu primeiro secretário, marechal Raimundo José da Cunha Matos, apresentou uma proposta por êle assinada e pelo secretário adjunto o cônego Januário da Cunha Barbosa, para a criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, filial da mesma Sociedade Auxiliadora, para cuja fundação se pedia a necessária aprovação em assembléia geral.

Houve, rezam as crônicas do tempo, larga discussão em tôrno dessa proposta, cujos termos eram assim concebidos:

PROPOSTA

Ilmos. srs. do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Sendo inegável que as letras além de concorrerem para o adôrno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em

uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sôbre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros.

Porisso, os abaixo-assinados, membros do conselho administrativo da Sociedade auxiliadora da Indústria Nacional, conhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta côrte, que principalmente se ocupem centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do Império, tão difícil por falta de um tombo ou prontuário de que se possam aproveitar os nossos escritores, desejam e pedem a sua pronta instalação, debaixo dos auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e oferecem as seguintes bases para esta utilíssima associação, requerendo ao conselho administrativo que, se as achar convenientes, as adote para se apresentar à próxima assembléia geral da sociedade, afim de serem definitivamente aprovadas.

BASES

1.ª — Fundar-se-á sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, um Instituto Histórico que, especialmente, se ocupe da história e geografia do Brasil.

2.ª — Os seus membros trabalharão na mesma casa em que ora trabalham os da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

3.ª — O fim dêste Instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil.

4.ª — Constará de 25 sócios efetivos, residentes na côrte, e de número ilimitado de honorários e correspondentes, que residam aquí ou nas províncias, e que a assembléia geral houver de nomear por proposta da mesa.

5.ª — Logo que 16 membros efetivos se reúnam, depois da aprovação desta proposta, se procederá por escrutínio secreto à nomeação de um presidente, dois secretários e um tesoureiro.

Presidirá a êste primeiro ato o presidente ou vice-presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; e feita esta primeira nomeação, cessará de influir nos demais atos sociais.

6.ª — Instalada assim a mesa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro proceder-se-á logo à escolha de três de seus membros que organizem com a possível brevidade o regulamento de seus trabalhos acadêmicos: só depois de discutido êle e aprovado pelos membros do Instituto é que êste proseguirá nos demais atos regulares, devendo considerar-se como preparatórios outros quaisquer que antes disso se celebrem.

7.ª — A sociedade auxiliadora, a cujo conhecimento se farão chegar estes trabalhos, marcará ao Instituto Histórico e Geográfico os dias em que se possam celebrar as suas sessões na mesma sala em que ora trabalha, afim de se não embaraçarem uma à outra.

8.ª — A Sociedade Auxiliadora, como mãe do Instituto Histórico e Geográfico, facilitará todos os meios a seu alcance de que possa precisar esta filha, que também da sua parte concorrerá com tôdas as suas faculdades para sua maior glória e prosperidade; ficando porisso em comum os arquivos e bibliotecas, tanto de uma como de outra sociedade.

9.ª — O Instituto abrirá correspondência com o Instituto Histórico de París, ao qual remeterá todos os documentos da sua instalação; e assim também com outros da mesma natureza em nações estrangeiras: e procurará ramificar-se nas províncias do Império, para melhor coligir os documentos necessários à história e geografia do Brasil.

São estas as principais bases que os dois abaixo-assinados, membros do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Histórico de París, ambicionando patrioticamente a glória de uma tão útil

quanto indispensável instituição nesta côrte, oferecem à consideração dêste ilustrado conselho administrativo, pedindo que as adote, e as faça chegar ao conhecimento da próxima assembléia geral, afim de serem aprovadas e quanto antes instalado o proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, do qual devem resultar honra e glória tanto aos seus fundadores, como à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de cujo seio emana.

Rio de Janeiro, 16 de agôsto de 1838. — O marechal Raimundo José da Cunha Matos. — O cônego Januário da Cunha Barbosa.

No dia seguinte entrou essa proposta em discussão e foi aprovada, declarando-se em ata que louváveis eram os intuitos dos proponentes **pela idéia da criação de um instituto, do qual grandes vantagens se devem esperar em prol da pátria e para glória de seus membros.**

Assim resolvida a criação do Instituto, a sua instalação foi feita a 21 de outubro, pelas 11 horas da manhã, no salão da sociedade Auxiliadora, achando-se presentes 27 membros. Presidiu o ato o marechal Francisco Cordeiro da Silva Tôrres, presidente da Auxiliadora que, após algumas considerações, convidou a assembléia a eleger os dirigentes da associação recém-fundada. Procedida a eleição, foram eleitos, presidente o visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, senador e conselheiro d'Estado; primeiro secretário, o cônego Januário da Cunha Barbosa e segundo secretário o dr. Emílio Joaquim da Silva Maia.

Na sessão seguinte foram lidos, discutidos e aprovados os estatutos, entrando estes em vigor, **até que a prática demonstrasse a necessidade de sua revisão.**

Procedida à eleição para a sua definitiva direção, foram eleitos: presidente, visconde de São Leopoldo; vice-presidente e diretor da secção de geografia, marechal Cunha Matos; vice-presidente e diretor da secção de História, deputado Araujo Viana; primeiro secretário perpétuo e diretor da re-

vista, cônego Januário Barbosa; segundo secretário, dr. Emílio da Silva Maria; orador, o major Pedro d'Alcântara Bellegarde; tesoureiro e diretor da comissão de fundos, José Lino de Moura. Outros nomes foram igualmente escolhidos e passaram a constituir as diversas comissões.

Nessa mesma sessão foi lido pelo secretário perpétuo, cônego Januário Barbosa, um longo discurso que foi mandado transcrever e que chega até nós nas páginas do primeiro número da revista do Instituto que hoje celebra a sua data centenária.

OS FUNDADORES DO INSTITUTO, A SUA REVISTA, BIBLIOTECA E MUSEU

A par dos nomes aquí já citados, relembremos as figuras de outros varões, ilustres que se identificaram com a criação do já histórico instituto e grandes esforços empregaram para que a patriótica associação até nós chegasse com essa fôlha de serviços às nossas letras históricas, com êsse esplendor que todos nós conhecemos e rendemos o tributo de nossa homenagem.

Vinte e sete foram os nomes ilustres que constituíram a assembléia acima citada, e entre êles o marechal Tôrres e Alvim (visconde de Jerumirim), presidente da Auxiliadora da Indústria Nacional, visconde de São Leopoldo, marechal de campo Cunha Matos, cônego Januário da Cunha Barbosa, figura de elevado destaque na independência da Pátria, pregador imperial e cronista do império, Cândido José de Araújo Viana (marquês de Sapucaí) que substituiu a São Leopoldo na presidência, marechal de campo Pedro de Alcântara Belegarde, que foi o primeiro orador, Joaquim Caetano da Silva, filho de Jaguarão, autor mais tarde do celebre livro "L'Oyapoc et l'Amazone", Caetano Maria Lopes Gama (Visconde de Maranguape), José Clemente Pereira, outra figura da independência, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (visconde de Sepetiba), Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (visconde de Jequitinhonha) e Bento da Silva Lisbôa (Barão de Cairú).

No ano seguinte à sua fundação, apareceu o primeiro número da sua revista, edição esgotada, e, ininterruptamente, continuou a ser publicada, trimestralmente, formando hoje sua coleção um precioso subsídio ao estudo da nossa história, pois, neste século de sua existência, a revista enfeixa em suas páginas a colaboração dos nossos maiores escritores, que a ela confiaram o fruto de pacientes pesquisas feitas em velhos arquivos tanto públicos como particulares.

A história, a geografia, etnografia, paleontologia do Brasil, os mais variados estudos científicos são alí encontrados e por isso o proveito que da sua coleção tiram os estudiosos do nosso passado.

O Instituto Histórico local, possue uma coleção dessa obra e as consultas que alí são constantemente solicitadas bem confirmam o extraordinário valor da preciosa publicação.

E não só à revista tem o Instituto Histórico Brasileiro dedicado a sua atividade. Vários volumes especiais ilustram a coleção, entre os quais um consagrado à memória de D. Pedro II, que foi o magnânimo protetor do Instituto, não só presidindo quinhentas das suas sessões, como legando-lhe parte de sua biblioteca e objetos preciosos.

Museu e Biblioteca são dois departamentos do Instituto que têm sido carinhosamente cuidados pela sua diretoria. A biblioteca possue, entre seus inúmeros exemplares, muitos do século XVI, a primeira edição dos **Lusiadas**, de Luiz de Camões, no volume que declaradamente pertenceu ao grande épico; "L'Art d'étre grand pére", de Vítor Hugo, com o retrato do poeta e a dedicatória de seu punho ao Imperador, nos seguintes termos: **"A celui qui a pour ancêtre Marc Auréle".**

No Museu há peças interessantíssimas, entre as quais a espada de Caxias, a espada que acompanhou o grande general em tôdas as suas campanhas, quer de paz ou guerra; o crânio do homem primitivo, encontrado na Lagôa Santa pelo sábio dinamarquês dr. Lund, que se acha sepultado naquele recanto da terra mineira; máscaras mortuárias de brasileiros ilustres, José Bonifácio, Antônio Carlos, o padre José Maurício, inspirado compositor, Francisco Manuel, autor do

Hino Nacional, Evaristo Ferreira de Veiga, redator da "Aurora Fluminense"; as moedas de ouro que tiveram curso durante o domínio holandês, a bandeira brasileira que cobriu os esquifes de d. Pedro e d. Cristina Maria, etc., e muitíssimas outras peças de grande valor histórico.

O CONGRESSO

O Instituto Histórico perdeu no corrente ano dois vultos de alta projeção social e que eram grandes figuras no seio do Instituto.

O primeiro, o conde de Afonso Celso, era o seu presidente perpétuo e ao Instituto consagrou em largo período de sua existência, as suas melhores energias pelo engrandecimento de tão útil associação; o segundo, barão de Ramiz Galvão, era também um espírito integrado na vida do Instituto e ambos com a colaboração de Max Fleiuss, o seu ilustre secretário perpétuo, eram diariamente encontrados na sede social, sempre incansáveis em tudo quanto se referia à associação.

Com a morte do conde Afonso Celso, sucedeu na cadeira de presidente o escritor Manuel Cícero Peregrino, ex-reitor da Universidade, que é quem está dirigindo a comemoração do centenário.

O Congresso, que será instalado hoje, teve como organizadores os senhores Manuel Cícero, Max Fleiuss e Virgílio Corrêa Filho.

Essa comissão elaborou um programa logo aprovado pela diretoria e, igualmente, aprovado pelo dr. Getúlio Vargas, que é o presidente honorário do Instituto.

Compreende êsse programa:

a) A convocação do III Congresso de História Nacional, com o concurso das associações congêneres do país. Êsse Congresso será presidido pelo ministro Tavares de Lira, 2.º vice-presidente do Instituto, e se dividirá em cincoenta e cinco teses, abrangendo o período que medeia de 1.500 a 1.900. Ocupar-se-á da vida inteira do Brasil, desde os iniciais contactos entre europeus e habitantes das terras descobertas por

Cabral, estudando as primeiras explorações, o estabelecimento das capitanias, as incursões estrangeiras, inclusive o período nassauniano, o tráfico africano, o devassamento do interior, por entradas e bandeiras, os movimentos separatistas que se manifestaram na Inconfidência Mineira, nos mascates, da Confederação do Equador, a nossa vida literária e científica, a proclamação da República, que constituirá a tese de que se encarregou o general Lauro Sodré, testemunha ocular da jornada de 15 de novembro, etc.

b) Realização de uma exposição de livros, documentos e cartas, geográficas importantes exístentes no Instituto.

c) Organização e publicação do catálogo da biblioteca, arquivo, mapoteca e Museu. Publicação do histórico das atividades do Instituto desde a sua fundação.

d) Publicação das biografias dos sócios fundadores, tarefa que foi entregue ao dr. Feijó Bitencourt, erudito investigador, bisneto do visconde de São Leopoldo.

e) Publicação de **Reise in Brasilien,** de von Martius, tradução da sra. Lúcia Lahmeyer, bibliotecária do Instituto, com revisão do dr. Ramiz Galvão, e anotação do professor Basílio de Magalhães.

f) Concessão de premios ao autor brasileiro da melhor História do Brasil, ao autor americano da história da América, e à melhor geografia da América.

g) Cunhagem de uma medalha e emissão de um sêlo comemorativo.

h) Elevação de um monumento a Varnhagen (visconde de Pôrto Seguro). O trabalho é do professor Correia Lima, autor da estátua de Barroso e o local determinado a Praça París. Na base do monumento haverá quatro placas, perpetuando os nomes dos proponentes da fundação; da 1.ª diretoria, eleita em 1838, da diretoria atual e dos apologistas de Varnhagen: Rio Branco, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, Rodofo Garcia e Max Fleiuss.

Para a realização desse certame, muito se tem empenhado o dr. Max Fleiuss, seu secretário perpétuo, cuja atividade no seio do Instituto tem sido notável, pois há mais de quarenta anos alí está integrado, e hoje, quem vai ao Rio e penetra naquelas vastas salas do Silogeu, onde funciona o Instituto, é o dr. Max Fleiuss, uma figura que não deixamos de encontrar e que desde logo se impõe à nossa simpatia.

Em entrevista dada a um repórter pelo conde de Afonso Celso, dias antes do seu falecimento, dizia o autor do "**Porque me ufano do meu país**": — "quero acentuar a atividade competente do sr. Max Fleiuss que há perto de quarenta anos vive consagrado ao Instituto, dando-lhe as suas energias incansáveis, numa admirável assiduidade que faz do secretário perpétuo o funcionário que primeiro chega e o último a se retirar, invariavelmente, desde que, em acertada hora, lhe foi dado o cargo que tão abnegadamente exerce".

E, assim, passa, no dia de hoje a data centenária da grande associação que tão relevantes serviços tem prestado à nossa pátria, e na qual sucessivas gerações se tem integrado pelos homens mais ilustres, a começar pelo magnânimo imperador, o maior dos seus sócios e seu excelso protetor, que, durante o seu reinado, presidiu, como dissemos, quinhentas sessões, legando-lhe ainda famosas peças que são guardadas com o merecido carinho pelo benemérito sodalicio.

Comemorando a efeméride, o Instituto local, que com o seu congênere sempre cultivou estreitas relações de amizade, levará a efeito uma sessão solene, devendo fazer a oração oficial o dr. Leonardo Macedônia, seu ilustre presidente.

Além dessa homenagem, o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul passou ao seu congênere, na data de hoje, o seguinte telegrama:

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Silogeu, Rio de Janeiro D. F.

Instituto Histórico Geográfico Rio Grande do Sul realiza hoje sessão especial homenagem êsse sodalício. Pede vênia recordar contribuição magnífica Imperador Pedro Segundo, Conde Afonso Celso, Ramiz Galvão, Vieira Fazenda, redivivos apreço gratidão contemporâneos.

Concita atuais servidores, personificados Manuel Cícero e Max Fleiuss prosseguir obra cultural tanto exalta patriotismo brasileiro.

Leonardo Macedônia, presidente; **Eduardo Duarte**, secretário perpétuo.

Pôrto Alegre, 21 de outubro de 1938.

Conferência do Dr. Leonardo Macedônia, Comemorando o 1.º Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Meus Senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemora hoje o 1.º Centenário de sua instalação na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 1838.

A data é de júbilo muito justificado para todos os brasileiros amantes da sua terra, porque ela assinala um século de labor estudioso dos homens que no silêncio da Biblioteca e dos Arquivos da brilhante corporação, e nas páginas da Revista, e nos trabalhos realizados em sessões plenárias, têm versado a matéria atinente à História e à Geografia do Brasil.

E o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que neste extremo Sul do Brasil executa o mesmo programa do sodalício instalado no Rio de Janeiro, nesta data memorável tem a maior satisfação em se associar à comemoração hoje realizada na Capital do Brasil, e o faz pelo órgão desta Presidência, com a oração que venho proferir neste instante.

Meus Senhores.

Estamos no ano de 1838, na cidade do Rio de Janeiro, em pleno período da Regência exercida por Araújo Lima.

O Brasil deixou de ser parte integrante do Reino de Portugal, e tornou-se Nação independente em 7 de setembro de 1822.

Menos de vinte anos numerava o Brasil, como país autônomo, e notável era o progresso até então observado, em tôdas as direções da atividade.

Academia Nacional de Medicina, Escola de Belas Artes, Imprensa representada pelo Jornal do Comércio, florescem no Rio de Janeiro, onde são inaugurados nesse ano de 1838, o Colégio de Pedro 2.º, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A quem deve o Brasil a fundação e a instalação do benemérito sodalício?

Fundada em 1824, existia nesse ano de 1838, no Rio de Janeiro, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que tinha como Secretários o Marechal Raimundo José da Cunha Matos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa.

A êsses homens de bôa vontade, devemos a criação do Instituto, mediante proposta por êles apresentada à Sociedade Auxiliadora. Apresentada a proposta em 19 de agôsto foi ela estudada, e aprovada em 21 de outubro de 1838, dia da instituição e instalação do Instituto, e da escolha da primeira Diretoria, assim constituída:

Presidente, o Visconde de São Leopoldo.

1.º Secretário, o Cônego Januário da Cúnha Barbosa.

2.º Secretário, o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia.

Moldado no mesmo programa da análoga instituição, pouco tempo antes criada em França, o Instituto adotou como programa de seus trabalhos as pesquisas e investigações da História, especialmente do Brasil, com o nobre e alevantado propósito de esclarecer pontos obscuros ou duvidosos, de preencher lacunas, de dissipar erros e inexatidões, espalhando assim uma luz viva sôbre o nosso passado,

de modo a conseguir que as lições, fundadas na realidade, sejam verdadeiramente úteis, e nunca possam iludir.

No discurso inaugural, da sessão de instalação, o cônego Januário assim o disse em frases lapidares:

> "Começamos hoje um trabalho que, sem dúvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa história. Nós vamos salvar da indigna obscuridade em que jazem muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assinalar com a possível exatidão o assento de suas cidades e vilas, a corrente de seus rios, a área de seus campos, a direção das suas serras, e a capacidade das suas terras.
>
> Essa tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior às fôrças de um homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-á fácil pela coadjuvação de muitos brasileiros esclarecidos que trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil. As fôrças reunidas dão resultados prodigiosos, e quando os que se reúnem em tão nobre associação aparecem possuídos do mais acendrado patriotismo, eu não duvido preconizar um honroso sucesso à fundação do nosso Instituto Histórico e Geográfico."

Palavras memoráveis, e palavras proféticas foram essas do Cônego Januário da Cunha Barbosa.

Escoaram-se os anos, um a um, e jamais se verificou um desfalecimento no nobilitante labor dos membros do utilíssimo sodalício.

Desde o grupo que iniciou em 1838 a atividade do Instituto, e durante o século de existência, hoje comemorado, os sócios do Instituto contribuíram com a sua inteligência, com o seu labor e a sua tenacidade, para a obra benemérita presidida pelo grande Visconde de São Leopoldo, prosseguida

sob a direção do Marquês de Sapucaí, continuada na Presidencia do Visconde do Bom Retiro, aperfeiçoada pelos inolvidáveis Joaquim Norberto, Olegário, Paranaguá e Rio Branco, exaltada pelo notável Afonso Celso Júnior, e encaminhada nos dias presentes pelo eminente Manuel Cícero, o ilustre e atual Presidente da gloriosa corporação.

Sobreleva, porém, a todos êsses beneméritos servidores do Instituto o excelso brasileiro e grande Imperador D. Pedro 2.º, o Rei Filósofo de que nos fala o exímio historiador Pedro Calmon, em formoso livro publicado êste ano.

O Imperador agasalha o Instituto em salas do paço Imperial, contribue com preciosos livros e manuscritos para a Biblioteca do Instituto, e a partir de 15 de dezembro de 1849, Presidente honorário do Instituto, é o sócio o mais assíduo, presente a tôdas as sessões, **primeiro sócio e o mais interessado nos seus progressos,** como êle próprio não se cansava de dizer e de repetir.

Justíssima, sem a menor dúvida, a homenagem prestada pelo Instituto a êsse benemérito e insigne associado, na medalha comemorativa da fundação do sodalício:

"Auspice Petro Secundo, Pacifica Scientiae occupatio".

Com êsses elementos é fácil compreender que o Instituto tenha conseguido realizar o formidável programa de trabalho que assim se pode resumir:

Uma Revista, manancial precioso posta à disposição de todos os estudiosos, para o conhecimento da nossa terra, e da nossa gente, da nossa vida e da nossa história, conta atualmente cêrca de 200 volumes onde está perpetuado o trabalho de laboriosos membros do sodalício.

Um 1.º Congresso de História Nacional, com 5 volumes de trabalhos.

Um 1.º Congresso Internacional de História da América com a publicação de 9 volumes dos respectivos trabalhos.

Um 2.º Congresso de História, cujos trabalhos estão sendo publicados.

Um 3.º Congresso de História Nacional, a inaugurar-se hoje no Rio de Janeiro.

Preciosa Biblioteca, notável Mapoteca e interessante Museu guardam primores bibliográficos, e documentos da maior importância, para o conhecimento de fatos e de personagens ligados à história e à vida do nosso país.

Ainda, deve-se ao benemérito Instituto a iniciativa da homenagem devida a três grandes vultos da nossa História, mediante a ereção de estátuas que o Rio de Janeiro agasalha carinhosamente.

Referimo-nos às estátuas de José Bonifácio, o Patriarca; de Pedro 1.º, o intemerato príncipe, que proferiu o brado de Independência ou Morte, na colina do Ipiranga, em 7 de setembro; e de Pedro 2.º, o Rei Filósofo, no dizer de Pedro Calmon, o neto de Marco Aurélio, como lho disse Vítor Hugo em dia memorável.

Nos dias que correm, o benemérito Instituto, prossegue a obra maravilhosa iniciada há um século, e conta com o prestigio de Manuel Cícero e de Max Fleiuss, com a dedicação de Souza Docca, Virgílio Corrêa Filho, Rodrigo Otávio, Leão Teixeira Júnior, e o zêlo de todos os outros associados para continuar o trabalho paciente de investigação da nossa História, para o acréscimo da cultura do nosso povo.

Aí tendes, meus Senhores, em brevíssimo escôrço, a vida e a obra do benemérito Instituto, durante um século de existência, sobremodo útil a proveitosa.

Obra de patriotismo, e de devotamento aos interêsses do Brasil, sem a menor dúvida é a tarefa brilhantemente realizada pelo sodalício.

Porque assim o compreendesse, e muito bem, o 2.º Imperador, agasalhou o Instituto em salas do Paço Imperial, e sendo o sócio mais assíduo e dedicado, e seu Presidente Honorário, a partir de 15 de dezembro de 1849, e até o dia da transformação política operada no Brasil, ao sol de 15 de novembro, presidiu pessoalmente 506 sessões, em que ouviu as mais autorizadas vozes, especializadas em assuntos brasileiros, desde a era precolombiana até os sucessos

contemporâneos, estimuladores de vibrações patrióticas, como nos informa o exímio Virgílio Corrêa Filho.

Implantado o regime republicano, os Governos que têm tido a responsabilidade dos destinos do Brasil continuaram a dispensar ao Instituto o apôio moral e material necessários ao prosseguimento da obra de patriotismo que êle vem executando, galhardamente, em proveito da Nação.

Graças a êsse fortíssimo estímulo, renovado agora para a comemoração do seu 1.º Centenário, pelo Govêrno do eminente Sr. Getúlio Vargas, pode o benemérito Instituto festejar a data magnifica de 21 de outubro de 1938, que assinala um século de existência, de labor e de glória para o sodalício.

Louvores, sem quaisquer reservas, aos Governos do Brasil, que têm amparado e prestigiado a Instituição, durante o século hoje completado.

Um preito de veneração, e de reconhecimento aos beneméritos Protetor e servidores do Instituto, o Imperador D. Pedro 2.º, e os Presidentes desde o Visconde de São Leopoldo até o grande Afonso Celso Júnior.

Um comovido preito de gratidão aos beneméritos sócios, desaparecidos, operosos e dedicados servidores do sodalício, os notáveis Ramiz Galvão e Vieira Fazenda, grandes sabedores da nossa História, da nossa vida e dos feitos da nossa gente, e que serão perenemente louvados e recordados:

Vieira Fazenda, o incansável Secretário, e operoso cultor da nossa História, com a copiosíssima contribuição perpetuada nas páginas da Revista.

Ramiz Galvão, membro do Instituto durante 66 anos, Orador perpétuo, profere mais de 100 discursos de recepção de novos sócios, redige a biografia de 128 sócios falecidos desde 1872 até 1937, figurando nessa galeria Chefes de Estado, Príncipes reais e da igreja, Diplomatas, Militares, Estadistas, Parlamentares, Historiadores, e Homens de letras, todos de altíssima cultura, muitos dêles servidores do Instituto, e outros, vultos de projeção mundial. Premiando tantos e tão grandes serviços de Ramiz Galvão, e ao completar êle 90 anos de idade, o ilustre Presidente Afonso Celso Júnior

propôs em 16 de junho de 1936, e foi votada por aclamação esta grande homenagem:

> "Proponho que em homenagem ao herói do dia, ao ínclito nonagenário de hoje, passe a biblioteca do Instituto a chamar-se "Biblioteca Ramiz Galvão". Numa catedral de livros, assiste-lhe direito a um altar".

Ainda, meus senhores, um voto de louvor e de aplausos aos incansáveis Presidente Manuel Cícero e Secretário perpétuo Max Fleiuss, a quem deve o sodalício muitos e notáveis serviços, e com quem êle conta para o prosseguimento da obra grandiosa executada em prol do progresso do nosso grande e rico Brasil.

E, finalmente, um voto muito expressivo, no sentido de que os respeitáveis cavalheiros que constituem o quadro social do Instituto continuem, com patriotismo e devotamento a obra que vêm realizando no seio do sodalício, no sentido da da grandeza do Brasil, e do maior lustre e renome da nossa cultura e civilização.

Meus Senhores.

Sinto que é tempo de concluir esta oração, de louvor e de aplausos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, neste dia de festa e de júbilo, para o sodalício, e para o Brasil.

Obreiros do mesmo ideal que anima, guia, dirige e conforta os dignos confrades do Instituto, com existência secular, e que é uma bela instituição, que honra o Brasil, e exalta os nossos sentimentos de brasilidade, nós os do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, dominados por um sadio entusiasmo, unimos as nossas vozes, e irmanados com os caríssimos confrades do Rio de Janeiro, bradamos com emoção patriotica

Viva o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,
Viva o nosso grande, rico e amado Brasil.

Historiadores do Rio-Grande

por FERNANDO CALLAGE

AURÉLIO PORTO

Geralmente eu me preocupo, nos meus ensaios sociais, bem pouco com os homens, com os indivíduos, porque procuro, na medida precária dos meus conhecimentos, fugir a êles e abordar assuntos que me parecem de interêsse geral. Mas acontece que existem païsagens humanas (Eça muito gostava de a isso se referir), que são dignas de estudos e que refletem o pensamento de uma época ou de uma civilização, como nos têm revelado os estudos biograficos de Maurois, Ludwig e Zweig.

Aurélio Pôrto, êsse incansável anotador da nossa história que vive, no Rio, como um D. Juan Amoroso, catando documentos em nossos arquivos, como quem cata ouro em nossos rios (o pesquisador da história é o novo garimpeiro dos veios auríferos do nosso passado), é uma personalidade que merece o mais vivo apreço dos nossos contemporâneos porque representa uma païsagem da nossa movimentada ação construtora e literária.

Não sei a idade de Aurélio Pôrto, nem quero saber e nunca a indagarei. Dizem que é velho porque possue uma cabeleira branca tôda empoada como os antigos. Mas, para mim é uma das criaturas mais moças que conheço, porque nunca encontrei um ser mais ágil, mais elegante e mais

aprumado e uma mocidade mais barulhenta e radiosa como a sua.

De manhã à noite, naquela cidade feminina que é o Rio, que Alvaro Moreyra tão belamente chama de Cidade-Mulher, realiza uma das mais pacientes obras: (aliás, é do gênio, a paciência, diz Buffon) o tornar bem vivos, palpáveis, velhos documentos que o tempo vai amarelecendo e que as traças vão gostosamente devorando no seu banquetear de todos os instantes. Aurélio Pôrto não é um rato de história, como certos indivíduos que vivem apodrecendo entre os livros e os arquivos à procura de datas e palimpsestos; é um artista, é um historiador, é um homem de pensamento. Suas anotações do "Processo dos Farrapos" (4 volumes), são verdadeiros esclarecimentos e depoïmentos preciosos da grande revolução brasileira que o Rio Grande, em 1935, festejou o seu centenário. Também são de grande valor para os estudiosos, as suas anotações dos "Anais do Itamaratí", excelente documentação da nossa ação com o exterior, principalmente com as repúblicas do Prata.

Nesses "Anais", Aurélio revela sempre aquela sua extraordinária capacidade de trabalho e aquele seu amor à história, que vem desde quando escrevia sonetos às moças bonitas e pontificava, nas colunas dos jornais, com as suas crônicas de espadachim das letras, mas sempre escrevendo sôbre fatos do nosso passado heróico.

Mas foi na idade madura, isto é, nesta sua segunda mocidade, que mais tem feito pelo Rio Grande, com os seus estudos, suas novelas, seus romances, como êsse "Tesouro do Arroio do Conde", que Souza Doca muito criteriosamente acha que é a base de tôda a nossa formação social e que eu acho um lindo poema evocativo e romântico dos primeiros povoadores setecentistas do Rio Grande.

Êsse romance histórico escrito despreocupadamente em 1931 para o folhetim de um matutino portoalegrense — "Jornal da Manhã" — resultou um dos mais originais e característicos monumentos de nossa história. E' preciso que venha, agora, o companheiro daquele: "Manduca Carva-

lho" sôbre uma outra face da agitada vida política do Rio Grande, com os seus caudilhos, seus heróis e seus santos.

Mas todo o valor mental de Aurélio Pôrto está, para mim, naqueles admiráveis estudos estampados em "Terra Farroupilha", estudos estes que abrangem vários ramos do conhecimento humano, como etnografia, antropologia, arqueologia, prehistoria, sociologia e filosofia. Nesses seus estudos, verdadeiras monografias da nossa formação histórica, valem como peças de indiscutível apreço nesse imperecível museu que é o nosso passado, orgulho maior da nossa raça.

Numa outra terra que não fosse a nossa, eu acredito que êsses admiráveis ensaios tão escassamente conhecidos dos nossos letrados e dos nossos cientistas, seriam suficientes, sem dúvida, para uma definitiva consagração. Mas no Brasil...

Poucos homens conhecem a fundo a nossa história como Aurélio Pôrto que alia a isso, uma grande qualidade: sabe escrever e possue um estilo leve, agradável, tão ao contrário, geralmente dos nossos historiadores que são "pesos-pesados" das nossas letras e bem difíceis de ser tragados pelos nossos estudiosos a não ser em estado de penitência e de absoluta falta de sono... Eu, pelo menos, não os aturo!

Mas, volvendo ao nosso caro Aurélio, devo acentuar que êsse historiador que hoje exerce uma merecida função no Itamaratí, trabalha, àrduamente, em vários livros e quase todos referentes à historia do Rio Grande. Pelo que me disse, há pouco, no Rio, quando lá estive durante a Semana Santa, o que já possue datilografado dá para vários volumes, como a "História Genealógica do Rio Grande", que ocupará vários grossos tomos.

Não sei ainda quando virão a lume êsses volumes; apenas, sei. que Aurélio Pôrto, não é uma cigarra perdida naquele mundo tentador do Rio, é uma infatigável abelha trabalhadora que procura honrar a sua terra e a sua gente com o fruto do seu trabalho e com a invejável cultura do seu formoso espírito.

WALTER SPALDING

Entre tantos espíritos que se destacam, no Rio Grande, em pról das nossas letras, é justo referir-se ao nome de Walter Spalding, que vem, de há muito, nos dando valiosos trabalhos, quer de história, quer de assuntos relativos à influência religiosa na civilização brasileira. (1.º)

Estudioso, modesto, leal, êsse fidalgo espírito que dirige, hoje, em boa hora a Biblioteca do Arquivo Municipal de Pôrto Alegre, é um batalhador incansável que faz honra á nossa tradição de povo culto e que tanto contribue, com seus esforços, para o progresso mental da nacionalidade.

Fazendo parte de uma geração que porfia em estudar fora de qualquer superficialismo as nossas cousas, quer no terreno histórico, quer no terreno sociológico, Walter Spalding, dia a dia, vai construindo sem barulho a sua obra para orgulho da nossa terra. Sem cabotismo, sem aquele exibicionismo mórbido de certos figurões de medalhas e de almanaques, escreve e estuda não por simples desfastio literário, mas por uma necessidade funcional do seu temperamento, por uma vontade férrea da sua inteligência sempre ativa.

Daí, forçosamente, o aparecimento de seus livros — ótimas contribuïções à vida intelectual do Rio Grande como os seus ensaios de história em dois volumes "Farrapos!", "À luz da História" e mais os excelentes estudos sôbre "Poesia do Povo", na manifestação do seu "folclore" e "Os Franceses no Brasil", interessantes notas para um trabalho completo sôbre a contribuïção dêsse elemento estrangeiro na vida social do país.

Relativamente à sua ação como historiador, o destacado membro do "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul" se tem revelado à altura de uma brilhante pléiade de historiadores, principalmente ao lado de Paranhos Antunes, Dante Laytano, Edgar Fontoura, respectivamente auto-

---

(1) Como contribuïção a êsses estudos, já publicou "Na seara da Igreja" e "Res Divinae".

res de "Episódios e perfís de 1835", "História da República Rio-grandense" e "Marcílio Dias", biografia esta em tôrno de um dos autores da memorável batalha de Riachuelo.

Desde sua primeira obra escrita naquele estilo simples, claro, ameno, até os últimos trabalhos, mostra-se, sempre, um meticuloso, um analista profundo e sincero dos nossos principais fatos. Em "Farrapos", vemos Spalding através de suas manchas episódicas a nos descrever os feitos mais notáveis dos bravos rebeldes de 35, preocupado com o realismo da cruenta guerra civil e a panoramizar, em detalhes psicológicos, os motivos que determinaram a tragédia honrosa para um povo que vivia escravizado, sob o guante de uma regência incapaz de compreender o espírito criacionista do gaúcho. Porque, a revolução de 35, batalhava por um ideal criador: a substituïção da monarquia bragantina por uma República federativa; tanto assim foi, que não trepidou, em proclamar a de Piratiní, de efêmera duração, mas que foi um solene protesto aos dominadores do Brasil de então. (2)

Na "À luz da história" faz justiça a alguns vultos esquecidos da nossa história e ressalta o valor de outros como Roque Gonzáles, o apóstolo da primitiva civilização gaúcha; Marcílio Dias, o herói do "Paraíba", na guerra com o Paraguai. Neste livro, dedica um breve capítulo a um dos espíritos que mais honraram o Rio Grande — o padre Carlos Teschauer. Ainda não se fêz, creio, a merecida justiça ao vulto dêsse nobre sacerdote, a não ser êste ensaio de Spalding. Teschauer bem o merecia. Durante quarenta anos em terras do Rio Grande, revendo arquivos, compilando documentos, examinando datas, estudando o nosso passado, procura ressaltar o valor da nossa gente. Tôda a sua grande obra é um evangelho de amor ao Brasil e uma glorificação ao Rio Grande.

Spalding deveria dedicar não um capítulo, mas um livro, à sua imperecível memória. Carlos Teschauer que es-

(2) O 1.° e o 2.° volume de "Farrapos", formam uma história completa sôbre o ciclo farroupilha.

creveu em três volumes a "História do Rio Grande do Sul nos dois primeiros séculos", "Poranduba Rio-grandense", "Avifauna e flora nos costumes, superstições e lendas brasileiras", "Novo Dicionário Nacional" e tantos volumes que por aí andam descritivos da civilização gaúcha, faz honra a um livro especial à sua obra documental da nossa história.

Para compilar e escrever a formidável obra que é a "História do Rio Grande do Sul" — diz Spalding — e a "Vida e obras do Padre Roque Gonzáles de Santa Cruz", foi até Buenos Aires e Montevidéu. Não poupou esforços. Examinou tudo quanto foi documento inédito ou não dos arquivos e Bibliotecas do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéu, Assunção, Santiago do Chile, Madrí, Simancas, arquivos das Índias de Sevilha, do Vaticano e Arquivo Real de Bruxelas, além de numerosos mapas dos séculos XVI, XVII e XVIII, e numerosíssimas monografias".

Profundo conhecedor de etnologia, são notáveis os seus estudos vindos à estampa no antigo "Anuário do Rio Grande do Sul" que teve, como seu diretor, aquele notável espírito que foi Graciano de Azambuja, por quem, o Barão do Rio Branco, votava uma grande estima e admiração.

De tudo Teschauer escreveu. Principalmente sôbre lendas e usanças rio-grandenses. Foi, realmente, como assevera Spalding, o "pai da história do Rio Grande". Bem merecia ser lembrado pelo jovem historiador. Não sei se S. Leopoldo já prestou, em bronze, a homenagem que faz juz o notável jesuíta alemão, tão nosso amigo que foi, pelo muito amor que votou ao Rio Grande. Se ainda não possue esse monumento, é tempo de fazê-lo, porque a cidade onde viveu a melhor parte da sua mocidade, no famoso Colégio de S. Leopoldo, não pode esquecê-lo: elle honrou, sobremaneira, aquele recanto amorável da nossa amada terra.

Mas Walter Spalding, na "À luz da história", nesse seu magnífico livro, ainda se refere, com apreço, a outros espíritos, como as poetisas Delfina Benigna da Cunha, a cega e Amália dos Passos Figueirôa, duas nobres figuras de mulher que honraram a poesia lírica dos pampas naquele pe-

ríodo aureo da floração romântica, em que Lôbo da Costa foi o expoente máximo, tão grande como Fagundes Varela, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Laurindo Rabelo e tão injustamente esquecido por Sílvio Romero em sua "História da Literatura Brasileira", mas que não esqueceu outros vultos de menos valor. (3)

Tanto a infeliz amada do poeta Carlos Ferreira, como a sofredora Delfina — são admiràvelmente evocadas pelo historiador e crítico de arte. Essas duas inesquecíveis flores do "pago", que em versos cheios de lágrimas e de amor, rimaram os seus infortúnios, bem mereceram ser lembradas.

Spalding o fêz, com justiça, em seu livro. Mas insistindo, ainda, sôbre o mérito dêsse escritor gaúcho, devo acentuar, que tem o mesmo prestado relevantes serviços ao Rio Grande com suas pesquizas históricas e seus ensaios de "folclore", como o estudo "Poesia do Povo" indispensável para os estudantes de sociologia, na penetração do caráter nortista e sulista.

Nesse sentido, sua contribuïção vale como um dos melhores trabalhos sôbre o assunto. O escritor que nos deu êsse interessante estudo, não pode silenciar em tôrno de uma matéria necessária que nos é indispensável para o conhecimento geral da nossa terra e da nossa gente.

S. Paulo, 1938.

---

(3) O Rio Grande, prestou, há pouco, uma justíssima comemoração ao cincoentenário do poeta glorioso de "Ranchinho de palha".

Discurso do Sr. Ângelo Guido ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sr. Presidente, prezados confrades, minhas senhoras, senhores.

Sou de opinião que o homem só enriquece a sua vida quando se apercebe de que não é um elemento isolado a mover-se no meio em que o destino o colocou como se fôra um simples seixo a rolar, inconciente e insensível, na turbilhonante correnteza dos acontecimentos.

O homem de espírito se distingue da massa confusa e amorfa, precisamente pela conciência que se forma do papel que lhe cabe representar no meio das fôrças criadoras que atuam em tôrno dêle. Êle sabe que sua vida tem uma significação e que seus atos, suas atitudes e suas idéias se juntam às dos outros para constituir um conjunto de energias que construirão alguma coisa de permanente para o futuro.

Compreendida assim a nossa vida, como uma fôrça que não atua unicamente em função de seus próprios interêsses de duração e engrandecimento, mas como a expressão de uma Vida maior que através de outras expressões está realizando uma obra maravilhosa — compreendida assim, ela

adquire um sentido, que é o sentido do presente em que está integrada.

Quando descobrimos o sentido pelo qual vivemos e, concientes da nossa responsabilidade perante a época e o meio em que nos encontramos, subordinamos a êle tôdas as atividades do espírito, as diversas fases do nosso destino adquirem para nós uma alta e profunda significação.

Dentro de cada período de uma vida que procurou tornar-se conciente de si mesma e perceber seu significado na hora histórica em que vive, há uma parte de trabalho, de atividade construtiva, de evolução espiritual que, bem ou mal, se tentou realizar. Nem sempre a nossa capacidade de realização corresponde ao que desejávamos fazer, nem sempre o esfôrço feito com fidelidade aos princípios que nos conduzem resulta numa vitória e nem sempre sabemos se aquilo que conseguimos revelar de nossa capacidade criadora foi compreendido. Há momentos, entretanto, em que somos postos diante de todo um período da nossa existência e de todo o conjunto dos esforços feitos em anos e anos de desdobramento de nossas energias espirituais, de atividade e de sonho. Nesses momentos podemos olhar para o caminho percorrido e, na visão panorâmica das lutas em que nos empenhamos, das esperanças que tivemos, das aspirações que alimentamos, dos ideais que amamos e das alegrias ou sofrimentos, vitórias ou derrotas que marcaram o ritmo da caminhada, verificar se não foi inútil o esfôrço feito e se crescemos diante da nossa conciência e de nossos semelhantes.

Senhores, esta hora em que me é dada a honra de ser recebido por tão nobre e tão culta companhia, é, para mim, um dêsses momentos culminantes que adquirem no destino de um espírito uma significação excepcional. E eu quero aproveitá-lo, êste instante, não apenas para desobrigar-me de um dever que tenho para com a vossa generosidade em reconhecer em minha obra de estudioso e de escritor valor bastante para tornar-me digno de pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Desejo aproveitar a oportunidade que se me oferece, no meio de inteligências

e espíritos que em tão alto nivel representam a alma e a cultura do Rio Grande, para deixar falar, mais do que o meu intelecto, que pouco vos poderia oferecer, o meu coração.

Tenho alguma cousa a dizer — muito profunda porque vem de uma alma que soube sentir e compreender — que só pode ser comunicada em certos instantes especiais como êste em que somos postos em mais íntima comunhão com o que um povo tem de mais representativo, que são seus homens de cultura e suas tradições.

Não só me acho, aquí, cercado de espíritos de eleição, como dentro de uma instituição em cuja atividade cultural o passado do Rio Grande, como o da grande Pátria em que esta terra generosa está integrada, deixa de ser uma coisa morta que sumiu no tempo, para reviver cada vez mais perto de nós, porque cada vez mais o historiador lhe evidencia as fôrças espirituais que movimentou e que são aquelas mesmas fôrças que plasmaram, ao se desdobrarem, as realidades da hora em que vivemos.

Melhor ambiente não poderia encontrar, nem ocasião mais significativa, para dizer a todos os meus amigos do Rio Grande do Sul, como, nestes dez anos que tenho vivido em contacto com a terra, a sensibilidade, o coração, o espírito e a cultura do homem rio-grandense, aprendí a amar êste pedaço admirável do Brasil.

Vários dos meus amigos que estão aquí presentes sabem que precisamente há dez anos, isto é, em setembro de 1928, resolví pôr termo à minha vida errante e inquieta de artista que vagava de terra em terra, para ficar, definitivamente, entre vós. Tinha andado todo êste imenso território brasileiro que tanto mais se ama quanto mais se conhece. Diante da minha visão deslumbrada passou a beleza e o encantamento, a magia e o assombro de todos os aspectos da terra brasileira. Ouví as múltiplas sinfonias dessa natureza multiforme que tem todos os deslumbramentos e tôdas as seduções, que aquí se espreguiça na monotonia melancólica de campinas infindáveis, alí se movimenta na

suntuosidade de fantásticos cenários e, mais adiante, no recesso das florestas, inquieta e desordenada, ainda nos fala de espantosas energias caóticas que a plasmaram. E, no meio dessa natureza, nas praias batidas de espumas e de sol, à margem dos rios e dos lagos, na tranquilidade dos vales e nas encostas das montanhas, nas planuras e nas excelsitudes, nas solidões pampeanas e nos campos rasos de Marajó, no sertão e na cidade, nos palácios, nos tejupares e nos mocambos, meu espírito ouviu o coração do Brasil, minha sensibilidade recolheu as expressões multiformes da alma brasileira.

O pintor procurou sentir a beleza mágica da paisagem, o coração procurou entender o homem.

Compreendeu-lhe as tendências e as atitudes, as aspirações e os anseios, as fraquezas e os heroísmos, os sofrimentos e as inquietudes e, acima de tudo, sua maravilhosa capacidade de sentir a vida pelo sentimento.

Quando aquí cheguei, há dez anos, trazendo numa dezena de telas algumas visões surpreendidas no meio da natureza amazônica, meu intelecto e meu coração estavam livres de qualquer preconceito regionalista. O amor que criara pela terra bandeirante, onde viví minha infância triste e se plasmou minha adolescência inquieta e sonhadora, transpusera os âmbitos regionais para se espalhar num grande sentimento de admiração e de carinho por todo êste mundo desmesurado do Brasil, que é, para mim, o berço de uma humanidade nova e de uma nova civilização.

Através de tôdas as regiões brasileiras que percorrí, encontrei, na terra e na gente, nas paisagens e nas almas, motivos de deslumbramento para o meu espírito, motivos para enriquecer de maravilhosas recordações minha sensibilidade afetiva.

Quando elegí Pôrto Alegre para têrmo de minhas peregrinações, não trazia apenas alguns caixotes cheios de quadros, trazia, também, um tesouro de emotividade que eu acumulara aquí e alí, através de minhas viagens, que recebera da terra e da gente do Brasil, que é a minha terra e a

vossa terra, a minha gente, e a vossa gente. E não foram os meus quadros nem os meus trabalhos literários o que vos trouxe de melhor, — foi uma alma que lançou fundo suas raízes na vida brasileira, e que, tendo-lhe ouvido as aspirações e os anseios, auscultando o ritmo do seu grande coração, compreendidas as esperanças e aprofundados seus sofrimentos, tomou a resolução de serví-la onde quer que suas faculdades criadoras se podessem exercitar.

Aquele amor que nasceu em mim pelas coisas do Brasil eu o trouxe para cá. Era o que trazia em troca do carinho e da bondade com que fôra recebido dois anos antes, quando por aquí passei, rapidamente, como um artista, então quasi desconhecido para vós, que vos visitava pela primeira vez.

Ao voltar, há dez anos, para vir trabalhar convosco, tinha certeza que não viria para uma terra estranha e, sim, para o meio de irmãos e para uma terra que me havia de compreender, porque eu vinha para a compreender e amar.

Agora podeis compreender o significado que tem para mim o ser recebido por uma instituição como o Instituto Histórico e Geográfico ao se completar um decênio de minha atuação no Rio Grande do Sul.

Para mim êste instante é o coroamento de um ciclo que reputo dos mais importantes da minha existência de artista e de escritor.

Bem sei que não é como artista e sim como estudioso de prehistória brasileira, de etnologia e folclore que me recebeis. Mas o artista e o ensaísta, a sensibilidade e o pensamento em mim são inseparáveis, e vereis que entre o pintor que aquí desembarcou em 1928 e o ensaísta que escreveu uma obra de interpretação dos mitos amazônicos há uma unidade espiritual. Eu me apresentava há um decênio precisamente num comêço de primavera como êste, com uma série de paisagens amazônicas. Era a visão física que trazia daquele ambiente prodigioso, sôbre o qual, então, pouco ainda se sabia nesta outra extremidade do Brasil. Meus primeiros trabalhos publicados na imprensa de Pôrto Alegre, à qual acabaria por

me incorporar definitivamente, foram também sôbre a Amazônia.

Pois bem, senhores, não vos parece significativo que, 10 anos após, tenha sido um livro sôbre etnologia e mitologia da nossa mesopotâmia setentrional o que vos levou a elegerme sócio desta instituição a que a vossa inteligência e a vossa cultura emprestam tão alta expressão espiritual?

Se antes vos falei, através da côr, da fisionomia exterior, multiforme e inquieta do ambiente amazônico, depois, no livro que me deu ingresso ao Instituto, falei de outra Amazônia, a Amazônia interior das lendas e dos mitos, não menos assombrosa e sedutora do que aquela que deslumbrara meus olhos de pintor.

Mas entre aquela mostra de pintura que apresentei ao chegar e esta noite há um longo período de existência em que minhas energias, minha atividade e minha sensibilidade procuraram uma integração cada vez mais profunda com a vida, a inteligência, a cultura, o espírito do Rio Grande.

Tôda aquela vontade de expressão criadora que se acumulara em mim ao entrar em mais vivo contacto com as energias profundas da terra brasileira, tenho procurado pô-la em ação no ambiente gaúcho.

Vós sois testemunhas de que não há um aspecto da cultura rio-grandense a que eu não tenha procurado levar a minha colaboração cheia de entusiasmo, dentro, embora, dos limites reduzidos das minhas possibilidades intelectuais. Em contacto com pintores, arquitetos, escultores, músicos, literatos, educadores e historiadores e dentro da vida agitada da imprensa, não tenho procurado, durante estes dez anos, senão assimilar a minha vida de artista, de jornalista e de escritor à vida espiritual do Rio Grande, projetando-me nela para que o pouco que meu espírito pode dar fôsse uma contribuição modesta para o seu desenvolvimento.

Hoje, nesta sessão, sinto-me recompensado de tudo que, pelo amor ao Brasil, tenho, com sinceridade de alma, pro-

curado fazer pela cultura do Rio Grande. Esta recepção no Instituto Histórico e Geográfico para mim tem um significado confortador. Se não é o do reconhecimento de uma obra realizada — porque essa é bem pouco — é, pelo menos, o do reconhecimento da sinceridade do esfôrço feito, da vontade de cooperação que tenho manifestado e, acima de tudo, do meu vivo e amoroso intêresse pela vida do Rio Grande.

Interpreto esta homenagem generosa que me prestais, recebendo-me para participar do vosso convívio e de vossas nobres atividades, como querendo significar a aprovação do Rio Grande pelas atividades intelectuais que, durante o decênio que se encerra, tenho desenvolvido nesta terra amiga e acolhedora.

E não é só, — neste momento culminante em que se fecha um ciclo da minha existência e outro se abre cheio de aspirações e de esperanças, sinto que minha integração no Rio Grande se fêz completa.

Como se fêz essa integração?

Eu vos direi o que é para mim a alma de um povo e como me parece que a podemos compreender.

*
* *

Há uma expressão que se introduziu na filosofia contemporânea e da qual também se apropriaram os modernos teoristas da História da Arte. E' a **"Einfühlung"**, da filosofia alemã, expressão que em nosso idioma pode ser traduzida como querendo significar projeção sentimental de nós mesmos numa coisa, num acontecimento ou numa expressão de vida, numa obra de arte ou no espírito de um povo ou de uma época que queremos compreender em seu mais íntimo significado.

A realidade viva que existe na extensão, e que é a Natureza, como a realidade perpetuamente mudável da História que flue no tempo, só adquirem um sentido para o nosso espírito, quando nos colocamos nesse estado de re-

ceptividade emotiva, nesse estado de "Einfühlung" em que nossa vida se projeta e incorpora na vida cósmica que nos cerca, no sentimento e no pensamento dos outros homens, nas suas emoções, nas suas inquietudes e esperanças, em suas idéias e anseios, em sua maneira particular de sentir, de crer, de sofrer, de amar, de viver. Sem essa incorporação da nossa emotividade receptiva nas coisas e nos espíritos, nenhuma cultura, nenhuma alma coletiva, nenhum ciclo histórico, nem o próprio presente em que vivemos nos seriam compreensíveis. A razão pura, a pura análise objetiva, sem a capacidade de sentir, sem a projeção do nosso eu para o que está fora de nós, não nos leva além da superfície das coisas e dos fatos.

Em relação a um povo ou a uma cultura, devemos considerar que se trata de um complexo de expressões espirituais, de movimentos e atitudes que constituem uma alma coletiva. Essa alma coletiva é a fôrça criadora que se expressa através do homem histórico, o qual age e vive em determinado meio geográfico e em determinado ciclo da história. Cada homem histórico, como um ser de conjunto, tem sua própria forma de expressão. A forma é o fenômeno exterior que é apenas o resultado, a projeção de um movimento interior. Todo fato histórico, todo gesto individual ou coletivo, tôda tradição, todo estilo, como tôda expressão cultural é forma que contém uma alma, um sentido interno. Não só as obras de arte que o homem histórico produz, sua literatura, seus mitos, suas crenças, sua filosofia tem um estilo próprio, como sua própria existência histórica tem o que poderíamos chamar seu estilo particular. Não só existiu, por exemplo, um estilo artístico e religioso egípcio, que difere, na expressão e na forma, do estilo das outras culturas antigas, como a mesopotâmica, a hindú, a chinesa, a helênica; existiu, também, um estilo egípcio de vida histórica que foi diverso das formas históricas em que os outros povos projetaram sua vontade de vida e de duração. E' que a arte como a filosofia, a religião como a ética, a organização social como a evolução política de um povo são expressões de uma alma histórica, chame-

mo-la assim, que tem, como diz Spengler, sua própria vida, seu querer, seu sentir próprios, sua própria mundi-vidência. Cada alma histórica é uma vida em vir-a-ser que evolue no tempo em direção ao seu destino, exclusivamente seu, o que quer dizer que tem sua peculiar maneira de reagir aos acontecimentos e, portanto, de existir historicamente.

A meu ver, uma cultura ou uma civilização é a forma particular, única, inimitável, de uma potência de vida em evolução criadora. Religião, arte, ética, filosofia constituem apenas expressões através das quais uma vida coletiva, a vida de uma cultura se manifesta, toma forma, se revela a si mesma e procura sua plena expressão, que é a plenitude de florescimento da sua fôrça expansiva. Os próprios fatos históricos, as tradições e as idéias políticas e sociais não são senão meios para expressar um sentido de vida, uma atitude anímica do ser coletivo que procura manifestar sua potencialidade criadora.

Como percebeis, senhores, não basta, para compreender um povo ou uma cultura, conhecer a série de acontecimentos políticos e econômicos que constituem o que podemos denominar a sua história exterior. Compreendida assim, a História é apenas forma, as tradições são apenas imagens mortas sem significado algum para o presente que já não pensa, não sente, não crê, não vive, como se pensava, se sentia, se acreditava, se vivia no passado.

Mas a verdade é que dentro dos acontecimentos históricos, como dentro das literaturas e das obras de arte, dos sistemas filosóficos e das fórmulas religiosas, das concepções éticas e das organizações sociais, há um conteúdo de vida em vir-a-ser, um ritmo interior, uma emoção, um sentimento, uma alma cujo viver, cuja vontade, cuja expressão tem um sentido profundo, todo seu.

Tôda alma histórica marcha, conciente ou inconcientemente, em direção a êsse sentido, que é o sentido da sua cultura e da sua civilização. Pois bem, a simples análise minuciosa dos fatos não resolve os problemas da história se lhe não percebemos o sentido. E para perceber o sentido dos

acontecimentos históricos é preciso projetar-se sentimentalmente no que eu chamaria a substância espiritual de uma cultura ou de uma civilização. Em outras palavras, — para compreender a série de gestos exteriores de um povo, é preciso incorporar-se no gesto interior que se realizou durante tôda a sua evolução. Isto significa penetrar na atitude anímica que está atrás de cada acontecimento, de cada concepção política ou social, como plástica ou literária, colocar-se, enfim, diante do homem histórico, em estado de receptividade emotiva, de "Einfühlung", para, como se expressa Basch, "interpretar o Eu dos outros pelo nosso próprio Eu, viver seus movimentos, seus gestos, seus sentimentos, seus pensamentos". Assim, pela emoção compreensiva, mais do que pela análise fria ou a simples busca de minúcias biográficas ou cronológicas, se entende um ambiente e se encontra o sentido de um ciclo histórico e da atitude de um povo diante da natureza e da vida.

*
* *

Peço-vos desculpar-me, senhores, por vos ter obrigado a acompanhar-me nessa divagação em tôrno do sentido da História.

Talvez tenhais a impressão de que me desviei do assunto inicial. Êsse desvio é apenas aparente. Eu vos quis dizer de como entendo a História, para concluir revelando-vos de que maneira procurei, durante um decênio de contacto com a vossa vida, entender as tradições, a cultura, o espírito e o coração do Rio Grande. Em vez de ver e analisar unicamente o que as vossas fôrças criadoras produziram no passado e estão produzindo no presente, procurei incorporar-me à alma rio-grandense, para sentir como vós sentís, viver como viveis, com vossa própria expressão e vossa mundi-vidência. Eu me coloquei diante de vossos ideais, de vossas aspirações, de vossa história e vossas tradições como diante das paisagens que constituem a vossa visão cósmica, em estado de re-

ceptividade emotiva. Por uma operação mágica de simpatia receptiva, incorporei o meu Eu ao vosso Eu, e assim pude entender a alma do Rio Grande expressa nas suas tendências e nas suas idéias, na sua história e na sua cultura.

Era isto que eu vos queria dizer neste momento tão expressivo para mim e nesta data tão significativa para a vossa evolução histórica.

Saudação do Sr. Manoelito de Ornelas ao novo consócio Sr. Angelo Guido

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul está em festas. Recebe-te com tôdas as pompas de estilo.

E' praxe inafastável, a palavra de saudação ao que chega.

Para receber-te, delegaram-me poderes. E eu não pude fugir à incumbência solene: pela honraria do convite e pela alegria espiritual de fazer o teu elogio neste plenário em luzes.

Senhores:

Rumando para a largueza de espaços iluminados, Ângelo Guido encontrou, em todos os mundos do pensamento e da emoção, o clima favorável ao pleno desdobramento de seu espírito.

Menino que lera Nietzsche e discutira Spencer, adolescente que plasmara na tela o milagre colorido das grandes paisagens da natureza, homem que se voltara à investigação profunda das metafísicas religiosa e estética, Ângelo Guido denunciava-se o ensaísta, o pintor e o crítico de qualidades e recursos invulgares, que mais tarde se afirmaram.

Surgiu, na imprensa, na pintura e no livro, sob a atmosfera espiritual da velha Piratininga, quando Menotti del Pic-

chia concebia a vigorosa expressão brasileira de JUCA MULATO e Cassiano Ricardo ensaiava os primeiros riscos coloridos daquela embriaguez pintural dos "Borrões de Verde e Amarelo."

Guido era pintor e filósofo.

Na " Tribuna de Santos", seus ensaios aplainavam-lhe o caminho de uma rápida popularidade. Vinha com uma geração insatisfeita, à procura de novos rumos estéticos. No ar, pairava o espírito da rebelião. Faltavam, apenas, as grandes diretrizes.

"Estética da Vida" foi a primeira clarinada nas sombras do amanhecer. Graça Aranha vibrava a rebate, despertando as gerações moças. E mostrava que o homem brasileiro parecia estranho ao mundo de seus destinos. Um perpétuo desterrado. Faltava-lhe a intimidade com a natureza, êsse acôrdo subtil e misterioso que outros homens têm com suas terras e que se traduz numa inquebrantável harmonia, na expressão de uma perfeita unidade entre o espírito e a matéria. Por vezes, tinha-se a impressão de que o homem brasileiro deixava as suas raízes em outras paragens, era um transplantado que enlanguecia numa nostalgia singular.

Ângelo Guido viu no livro de Graça Aranha o ponto de partida de uma orientação nova na literatura nacional. Para Ângelo Guido a "Estética da Vida" revelava em seu autor — o apóstolo de uma outra ordem de idéias para a mentalidade brasileira e o precursor de uma transmutação de valores artísticos, que só mais tarde nos seria possível apreciar. "Nesse livro admirável, lateja o espírito de uma época, desejoso de transpor o círculo estreito de velhos ideais, para lançar-se em busca de um sentido mais alto da vida e da beleza."

"Ilusão" antevia, claramente, o fenômeno modernista. O crítico alongava seu olhar para o futuro e via, através das brumas da madrugada, com os olhos da inteligência, tôda a ebulição e todo o clamor que agitaria, de baixo para cima, a alma de uma Nova Pátria. O livro de Ângelo Guido, todo êle, é uma análise serena e deslumbrada das idéias que Graça Aranha espraiou nas páginas eloquentes da "Estética da

Vida". Ora concordando, ora analisando, ora contestando, Ângelo Guido firma seu juízo sôbre o estilista de "CANAAN", aceitando-o mais como um artista que conhecesse todo o teclado da sensibilidade de sua época, do que como filósofo; antes, um poeta, que mergulhava na própria vida interior e sentia a beleza de uma realidade transcendente, a harmonia divina de uma existência mais vasta, do que aquela que se restringe à esfera das nossas sensações. Para êle, Graça Aranha não destruiu as dúvidas tremendas em que se debate o espírito humano. "Tentou, apenas, deslumbrar a nossa mente, com uma fulgurante visão; tentou exaltar os nossos sentidos com a música da sua arte fascinante — para nos fazer esquecer a inquietação diante do Incognoscível, o nosso tormento de Fausto absorto em transcendentes problemas." "Esperávamos que nos fizesse entrever, através de uma concepção estética da vida os contornos de um mundo novo, alcandorado nos píncaros da conciência super-normal, e perdido na névoa de um reino ultrassensível, semelhante aos países fantásticos em que vivemos quando sonhamos. Mas, tivemos que fechar as asas da imaginação e renunciar a todo sonho e tôda idealidade que procure forçar as portas dos sentidos e mergulhar num ignoto Além, porque Graça Aranha nos diz que a própria conciência é também um fenômeno, um modo da substância universal." Para o grande pensador o homem só atinge à unidade infinita do ser quando adquire a conciência física do "Todo Universal", isto é, como diz Ronald de Carvalho, quando vence o terror da matéria, quando se confunde com a própria substância universal. "O que êle estabeleceu nesse integralismo cósmico é uma ética semelhante à de Spinoza, uma ética panteísta que realiza a felicidade do homem no equilíbrio entre as suas fôrças e as da Natureza". Ao contrário das filosofias deístas que vêm no Ser Supremo a finalidade do homem — êle o vê no "Todo Universal".

Guido estuda o livro de Graça Aranha em todos os seus aspectos, cortando e recortando seus capítulos, na revelação surpreendente das riquezas suntuárias de sua erudição.

Espiritualista, mas dentro de um espiritualismo ainda de ilimitadas fronteiras, Guido condena o estilista de Canaan por aconselhar o retôrno à inconciência da unidade da matéria e diz: "o materialismo é a negação do mistério e do sonho; tudo reduz à frieza da matéria e proclama a inutilidade de todo esfôrço que nos afasta da vida física. A Beleza é o sentido interno das coisas, é a espiritualidade das formas, é vislumbre do Além, é mistério sagrado, é o eterno evangelho da Natureza".

Para o crítico, o livro de Graça Aranha trazia, porém, um novo sôpro de idealismo, um anseio de inovação, exprimindo a luta da intuição contra a razão perturbadora, refletindo a época de transição em que a mocidade brasileira, atônita, despertava à procura de novos caminhos e de uma libertação completa de estranhas influências. Êle sentiu que na alma misteriosa da raça apontavam os clarões de uma aurora rumorosa, porque antevia uma geração de pensadores e poetas a iniciar um movimento literário e artístico completamente inédito no Brasil.

Meses depois, inaugurava-se em S. Paulo a Semana de Arte Moderna.

À sensibilidade estética de Ângelo Guido, não bastaria o mundo fechado do gabinete, o convívio demorado dos filósofos, as grandes e plácidas contemplações do espírito. Seu temperamento, inquieto e vibrátil, exigiu-lhe uma vida dinâmica, de fortes tonalidades emocionais. Encontrou no jornalismo a porta aberta à saciedade de tôdas as aflitivas indagações da inteligência. Viu o mundo a agitar-se, do plano panorâmico que abre à inquietude dos nossos olhos, a mesa humilde do jornal. Fez-se um comentarista subtil, um analista imparcial e um crítico arguto e sereno. A fluidez de seus ensaios sugere, às vezes, a taquigrafia das suas meditações. Suas críticas não parecem construídas com aparato lógico, senão vertidas em líquida veia de idéias. Uma elevada inspiração, uma nobre atitude, um vocabulário rico e saboroso,

uma aguda penetração da alma e dos lugares. Seu espírito se abre a todos os ventos e é transparente a todas as luzes que emanam da realidade. Não se apoia, a sua crítica, em preferência a qualquer escola, cultura, religião ou raça. Seu gôsto acha raízes na natureza humana e refinamento no trato íntimo com os grandes mestres da humanidade.

Esteta subtilíssimo, é na pintura que êle flagrantiza os seus arrebatamentos emocionais. Suas paisagens aureoladas de sol, trazem tôda a policromia das festas tropicais. Seus olhos, ávidos de beleza, procuraram, um dia, os grandes e multiformes painéis da Amazônia. Seu primeiro contacto com a terra imatura, ébria de seiva, onde os poetas dizem que os dias morrem envoltos num suntuoso esbanjamento de luz e púrpura, foi deslumbrante e apaixonado. O pintor e o ensaísta procuraram, com os mesmos olhos e a mesma sensibilidade, ver e sentir a terra em todos os seus contornos, sob as ogivas rendilhadas das selvas, na estupenda conflagração de uma luta constante, nos borbotões das águas rugidoras, transvasando os leitos, serpejando pelas grotas ou sôbre a névoa subtilíssima das lendas; a Amazônia, na plenitude de sua grandeza impressionante; o mundo subequatorial onde Euclides da Cunha observou que, de seis em seis meses cada enchente que passa é uma esponja molhada sôbre um desenho mal feito — apaga, modifica ou transforma os traços mais salientes e firmes, como se no quadro de suas planuras desmedidas, andasse o pincel, irrequieto de um sobrehumano artista incontentável. Ângelo Guido prescrutou os mistérios da selva primitiva e selvagem, na brutalidade de sua desproporção e o homem alí dentro, como um gigante inconciente de sua bravura, na luta desesperada contra a natureza agressiva e hostil. Ouviu, como Raul Bopp,

> "bater martelos, no fundo, soldando, serrando, serrando, fabricando terra..."

e contemplou, no êxtase que domina alí tôdas as almas sensíveis, o espetáculo soberbo das vitórias-régias, como bandejas esmaltadas, boiando sôbre o líquido cristal das águas

mansas. Alí surpreendeu o momento da paisagem. Um recanto de serenidade profunda e o esbanjamento das tintas amazônicas. E realizou o milagre da criação. No fundo do quadro, a mata assombrosa, erguendo seus penachos palpitantes.

Menotti del Picchia sentiu, depois, que Ângelo Guido abeberara-se da sagrada fonte nativa, para trazer aos outros brasileiros do sul a mostra maravilhosa da terra virginal, primitiva, sem mistura de cosmopolitismo. E Raimundo Morais, o ensaísta de imaginação irriquieta diria que no pintor das paisagens amazônicas tudo era plácido, evocativo de ermos, de solidões e miragens, como se o pensamento lhe viesse constantemente da saudade e do sonho.

Mas Ângelo Guido não foi à terra misteriosa da Manôa apenas ver a paisagem, surpreender os fenômenos de uma natureza que ainda não terminou a sua obra tumultuária. Foi também para ouvir e prescrutar. Foi alí que lhe contaram as lendas incomparáveis da terra. Foi o homem que a Mesopotâmia brasileira plasmou à sua semelhança, que lhe disse histórias da Cobra Grande, que lhe falou da Iara e do Reino das Mulheres sem lei.

A imaginação nativa, exuberante e farta como a própria natureza, procura alí explicar todos os fenômenos do céu e da terra, pelas coisas transcendentes. As proporções ciclópicas daquele mundo indevassado apagam a vida da criatura mortal, para dar relêvo às figuras poderosas de uma mitologia estranha.

Para justificar a cintilância das estrêlas e a pulverização luminosa das constelações, o nativo criou a lenda encantadora de Naiá, a princesa hermafrodita, de loira cabeleira que transformou, pela ânsia insatisfeita da volúpia, em luz o corpo de tôdas as virgens predestinadas, "apangando-lhes a tinta vermelha do sangue e vaporizando-lhes a carne rosada". Um dia, a Lua arrastou a formosa cunhã para o seio profundo das águas sonhadoras. E do corpo todo branco da princesa loira, nasceria a "estrêla das águas" — a soberba vitória-régia, com sua flor tão alva como os lírios.

E é por isso que ao homem das planícies imensas e das matas sombrias, Naiá reaparece na selva verde das vitórias, tôda branca e tôda nua — sob a luz da lua e das estrêlas.

Muitos anos depois, guardando a lembrança dos mistérios amazônicos, Ângelo Guido procurou na monografia universal das lendas, explicar o conto magnífico das Icamiabas que Orellana surpreendeu na foz do Jamundá. E surgiu da pena ainda encantada do cenário grandioso e luxuriante das selvas primitivas, o conto admirável das mulheres guerreiras. Ângelo Guido acompanha imaginativamente a aventura do fragil bergantim de Orellana pelas águas doces e retalha pela análise a relação curiosa de Carvajal, para nos dar em minúcias pitorescas tôdas as interpretações variegadas da lenda que criou o reino inviolado das mulheres que faltaram às leis do Iurupari. Rehabilita a memória do caluniado companheiro de Pizarro e justifica as curiosas observações do frade dominicano de Gusman, que acompanhava o aventureiro espanhol pelas correntezas do grande Paraná.

Analisa, sem precipitações, os ensaios de Barbosa Rodrigues, mostrando, de maneira serena e fulminante, o êrro em que incidiu o mestre da etnologia brasileira — na forma de explicar a aparição das Amazonas a Orellana, que teria tomado por mulheres guerreiras os índios uaupês, de aspecto efeminado e com cabelos compridos. Para dirimir as contendas, Ângelo Guido espraia exaustivamente seus conhecimentos profundos de etnologia. Prova que a lenda das icamiabas não foi uma invenção de Orellana nem se liga às tradições asiáticas, muito menos às civilizações dos povos incaicos. Pelo estudo complexo das culturas das tribus brasileiras em que surgiu a tradição das amazonas e das pedras verdes — as famosas muiraquitãs — êle chega a inéditas conclusões, que encerram os debates científicos.

Nem Lopez de Gomara, nem Larate, nem Santana Nery conseguiram — através dos séculos — perpetuar a suposição

de que o conto de Orellana fôsse simplesmente um detalhe imaginado para dar colorido à audaciosa aventura do navegador espanhol. A existência das icamiabas não foi apenas uma sequência da velha fantasia grega. Em todos os tratos daquela terra adolescente que se espreguiça na indolência de seu clima, em tôdas as reentrâncias marginais do mar-doce — todos os aventureiros e todos os cientistas ouviram a mesma história que Carvajal passou às páginas de sua famosa relação.

Cristóvão de Acunha, Dias de Gusmão, Condamine, Padre Gili e tantos outros trataram das famosas cunhãs, reafirmando o depoimento de Orellana e, como Orellana, percorrendo as mesmas estradas líquidas.

As Amazonas foram, para Ângelo Guido, mulheres que vinham de uma antiga organização do tipo matriarcal, que não se adaptaram ao novo regime que lhes quiseram impor. E as encantadoras pedras verdes que no fundo do Lago Espêlho da Lua recebiam as famosas guerreiras para a oferta simbólica aos amantes de poucas horas — reminiscências de um culto religioso — o amuleto sagrado que se prende a um rito impregnado de simbolismo e magia sexual.

Para essas eruditas conclusões, Ângelo Guido revolveu tôdas as monografias universais em que os sábios ocultavam aos profanos os segredos das primeiras inquietudes metafísicas dos homens. Penetrou na história de todos os povos e de tôdas as raças. Da aridez das anotações científicas, surge, de quando em quando, o poeta embriagado pelas sombras do mistério, o pintor que reaviva na câmara misteriosa das retinas a visão encantada daquele georama inconfundível, coberto de selvas e recortado de faixas azues.

À imaginação do investigador, saltam às vezes da planície desmesurada os tejupares solitários do tapuio, erguidos à margem rica dos lagos, dos paranás ou dos igarapés. O pintor surpreende o etnólogo e o conflito quase se denuncia na doçura de um estilo fluente para nos dar, em vez dos retalhos das citações eruditas, um poema em que houvesse um

daqueles festins das aves aquáticas das lagôas da terra virgem — cheio de asas palpitantes, plumas vivazes, com as gargalhadas cromáticas das vermelhas juçãs, os lamentos melancólicos do carão e o "baile branco" das garças reais...

E' que o pintor e o cientista se confundem, numa linguagem que empolga, extasia e enaltece.

Nota Palêontológica

Fossil de Iraí

Comunicação feita pelo nosso confrade prof. J. TUPÍ CALDAS

A palêontologia nos ensina, que os primitivos mamiferos apareceram na época terciaria (cenozóica) e, apresentavam, nos periodos iniciais daquela época, relações com os repteis teromorfos, bem como, possuiam extrutura até certo ponto semelhante com os ornitodelfos (monotremos) e com os didelfos (aplacentados).

Conhecendo-se que o estudo da classificação dos mamiferos tem progredido, desde o tempo de Aristoteles, constituindo no momento atual um dos capitulos mais completo da zoologia, tambem sabemos que ao paleontologista foi dada a honra de lançar maior luz sobre as relações reciprocas e reais das diversas formas de mamiferos, ao mesmo tempo que dava a conhecer varias ordens, hoje, completamente extintas.

Temos a certeza de que os mamiferos placentados ou monodelfos constituem os animais de mais perfeita organisação, donde o fato de que, sempre, estiveram espalhados pela superficie da Terra, dominando no cenário cenozóico, quando os grandes repteis secundarios desapareceram.

Entre os mamiferos do fim da época cenozóica, no periodo plioceno, a faúna do continente eurásico e do continen-

te americano estava representada por grandes mamiferos, da ordem dos proboscidéos.

A descoberta de jazidas de ossos de grande tamanho despertou a atenção de muitos estudiosos, embóra, algumas vezes os resultados de rapidas observações tenham se caràterisado de erros gravissimos.

Assim, existe a informação historica da descoberta de jazidas fosseis, cujo material foi atribuido como restos de uma raça de homens gigantescos, como aconteceu em 1577, nos arredores de Lucena, na Suissa, quando um professor de medicina de Bâle, afirmou haver encontrado restos de um esqueleto de homem fossil primitivo, cuja estatura foi calculada em dezanove pés ou sejam seis metros e vinte e sete centimetros.

Posteriormente, essa ossada gigantesca foi melhor estudada e classificada como sendo restos de um animal da ordem dos proboscidéos.

Outro fáto historico é relativo ao «sepulcro de trinta pés»' descoberto na região do Delfinado, por um cirurgião francês, no Seculo XVII, no qual foram encontrados grandes ossos.

O ladino cirurgião, na ignorancia da forma fossil descoberta, admitiu que a jazida fossil continha os restos mortais do rei dos Cimbrios, morto em luta contra Mario, fazendo grande especulação em torno de sua descoberta.

Com os restos mortais de seu «Teuto-bocchus rex» percorreu parte da Europa, fazendo exposição dos mesmos, bem como, originando controversas nos meios ciêntificos de então, multiplicando informações falsas, originando confusão e descredito para professores de Paris.

Assim, é sempre com maior reserva que emitimos opinião, ao defrontar com peças fosseis; no caso presente, convidado pelo dr. Bacelar, ilustrado engenheiro da Secretaria de Obras Publicas, no dia 3 de Novembro de 1936, para examinar diversas peças fosseis descobertas no territorio da Prefeitura de Iraí, neste Estado, pelo dr. Pereira da Costa, tambem engenheiro do serviço estadual citado, limitamos a nos-

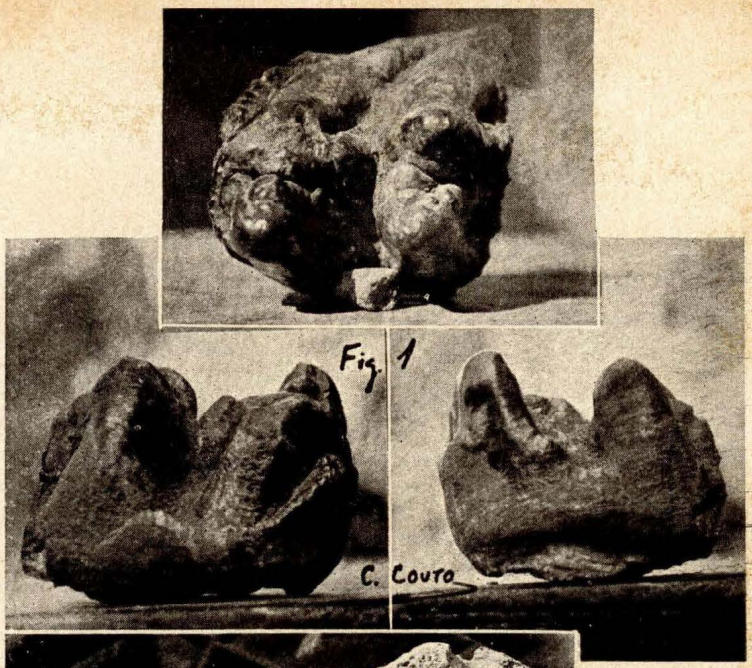

Fig. 1 — Molar do Mastodonte de Iraí, fotografado em diversas posições.

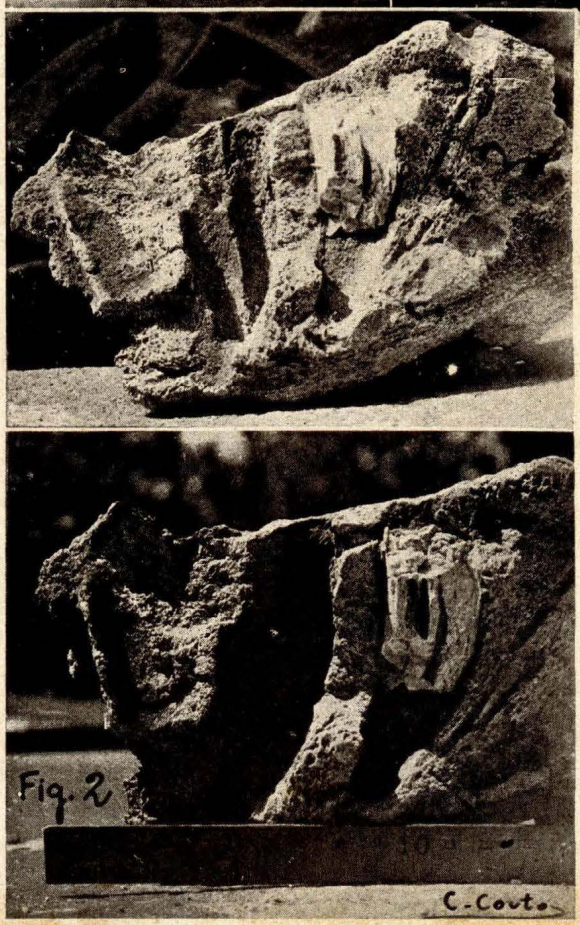

Fig. 2 — Dois aspectos do fragmento do ramo direito da mandíbula do *Bunomastodon iraiensis* Tupy Caldas, notando-se os dois alvéolos, dos quais o posterior mostra ainda uma parte da raiz de um dente molar.

sa tarefa a observação atenta e a obter dados informativos sobre a natureza do sólo e sub-sólo da região.

Voltamos, nos dias 4 e 5, ao edificio da Secretaria de Obras Publicas, onde na sala da Diretôria de Obras, continuamos as nossas observações. — Posteriormente, o material foi recolhido ao Museu do Estado, onde comparecemos nos dias 8 e 9 de Novembro de 1936, afim de continuar o estudo iniciado.

Orientamos as nossas observações nos ensinamentos de paleontologistas como Osbörn, Cöpe, Piveteau, Meunier, Gondry e Boulu.

No entanto, não havendo esquecido a afirmação de Cuvier, relativamente a morfologia dentaria, elemento precioso para estabelecer as bases duma classificação, procuramos desde logo realisar o estudo dos **dentes fosseis,** recolhido na jazida de Iraí.

A peça sob n.º 1 é uma corôa de dente, com a caràterística de apresentar protuberancias (tuberculos), o que é proprio de molares de animais mamiferos primitivos — E' sem duvida, um molar inferior, com forma de seção quadrangular, pois a disposição tritubercular está modificada.

As protuberancias, que são denominadas por alguns autores de «denticulos», isto é, tem a forma de mamelões isolados, revistidos de esmalte e ligados pelas bases.

O dente «bunodonte» examinado guarda relações de estrutura anatomica com os dentes molares do «Moeritherium Lyonsi», animal fossil encontrado no eocêno superior do Egito, na Africa.

Agora, sabendo-se que a familia dos mastodontes está representada por duas séries, uma de animais «bunodontes» e a outra de animais «lofodontes», devemos concluir que o dente fossil estudado, deverá guardar relações de semelhança com os dos «Mastodon Andium» e «Mastodon Humboldti», ambos da America do Sul, onde foram encontrados em terrenos do plêistoceno, — isto é, da época quaternaria.

Atendendo-se as informações do professor R. Perrièr, da Universidade de Paris, de que «les Mastodontes, dont les

mâchoires portaient à la fois trois molaires prèsentant une couronne distincte, avec des collines transversales, datent du mioceno et du plioceno», não erramos em afirmar que a peça fossil, sob n.º 1, pertenceu a um mastodonte, que viveu em territorio sulriograndense, no fim do periodo pliocêno.

A nossa afirmação tem apoio, ainda, no exame da peça fossil sob n.º 2, que é o resto de um maxilar inferior, no qual podemos identificar diversas raizes de dentes, as quais se encontram ainda implantadas em seus alveolos, em estado de relativa conservação.

Não esquecendo que, nos tempos pliocênicos, as rochas sedimentarias da região alta do Estado do Rio Grande do Sul foram atravessadas pelas erupções vulcanicas do tipo do basalto, do traquito, do andesito, bem como, de fonolito e labradorito, fáto geologico que atinge ao territorio da Prefeitura de Iraí, encontrariamos argumento para afirmar da existencia de formação pliocenica, na qual foram descobertos os restos de um mastodonte, recolhidos pelo dr. Pereira da Costa.

Isto exposto, julgo-me com o direito de propôr para o fossil proveniente das «Aguas do Mel» o nome de

«Bunomastodon iraíensis»

Etimologia: Buno = Colina
Masto = Têta
Odonte = Dente
Ira = Mel
hy = Agua
ensis = local

29/XI/36

Lido em sessão I. H. G. 30/XI/1938

Atas das Sessões do Instituto no decorrer do ano de 1938.

ATA DA 23.ª SESSÃO DE DIRETORIA, EM 10 DE MAIO DE 1938.

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e oito, no Museu Júlio de Castilhos, às (17) dezessete horas, presentes os sócios que firmaram o respectivo livro, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, passou-se à leitura do expediente que constou de diversas peças entre as quais cartas e ofícios agradecendo a remessa das medalhas comemorativas do bicentenário da fundação do Rio Grande, mandadas cunhar por êste Instituto.

Passando-se à ordem do dia, o senhor Valter Spalding comunicou ter tido notícias agradáveis do senhor Eduardo Duarte, nosso benemérito secretário perpétuo que, desde dezembro último se achava em gôzo de bem merecida licença-prêmio e que, por êsse motivo, como segundo secretário, secretariava a presente sessão e que, conforme as mesmas notícias deveria, ainda este mês estar de regresso embora não tivesse ainda terminado o período de férias. A seguir falou-se a respeito dos novos Estatutos cuja discussão deverá ficar para a próxima reunião ordinária. Continuando na Ordem do Dia, o senhor presidente fêz a leitura dos pareceres das comissões respectivas, referentes às propostas para só-

cios efetivos dos senhores dr. J. P. Coelho de Souza e Prof. Ângelo Guido. Feita a eleição, verificou-se terem sido ambos eleitos, o primeiro com dois votos contra, e o segundo por unanimidade. A continuação o senhor Bibliotecário tratou do Estado da Biblioteca, comunicando ter mandado fazer várias encadernações e propôs novo regulamento, ou melhor regulamentação do que rezam os Estatutos relativamente à Biblioteca, ficando, em suma, estabelecido que nenhum sócio teria direito a retirar livro sem prévia autorização do senhor bibliotecário e que a conservação de obras, em poder dos sócios, não poderia ultrapassar a trinta dias. A infração equivaleria a não mais ter o sócio direito de retirar outra obra. Qualquer obra extraviada deverá ser paga pelo sócio que a extraviou conforme a avaliação que deverá ser feita por uma comissão especialmente nomeada para tal. O rev. p. Luiz Gonzaga Jaeger S. J., propôs, a seguir, fôssem feitas reuniões mensais e com caráter público, nas quais os sócios designados pelo presidente fariam alocuções sôbre assuntos históricos, especialmente comemorando datas nacionais. A proposta foi aprovada, ficando resolvido oficiar-se à Secretaria da Educação solicitando permissão para que tais reuniões do Instituto fôssem realizadas no "Salão Mourisco", da Biblioteca Pública, uma vez por mês. Transcorrendo a treze do corrente o cincoentenário da "lei áurea", o senhor Leonardo Macedônia falou, recordando a data e concluiu por propor que fôsse passado um telegrama ao senhor Conde de Afonso Celso, único sobrevivente do Congresso que votou a "lei áurea", felicitando-o pelo cincoentenário do grandioso feito, o que foi unanimemente aprovado. O senhor Valter Spalding propôs fôsse lavrado em ata um voto de pesar profundo pelo falecimento, em Cruz Alta, do senhor Josino dos Santos Lima, que foi grande amigo do Instituto. Aprovado, o senhor De Paranhos Antunes propôs idêntico voto de pesar pelo falecimento, no Rio de Janeiro, do barão de Ramiz Galvão, o que foi aprovado. Ainda o mesmo senhor De Paranhos Antunes propôs um voto de congratulações ao senhor Leonardo Macedônia pela sua recente elevação a Di-

retor da Faculdade de Direito da Universidade de Pôrto Alegre. Em tempo: na ordem do dia foi apresentado o Relatório da Tesouraria que deverá ser encaminhado à comissão respectiva, e entre a correspondência devemos referir o ofício do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que recebemos acompanhado de artística medalha comemorativa do tri-centenário da fundação de Ubatuba. Antes de ser encerrada a presente sessão, o senhor De Paranhos Antunes, em nome da Academia Rio-grandense de Letras e da Liga de Defesa Nacional apresentou convite ao Instituto para a sessão de 13 de maio, comemorativa do cincoentenário da "lei áurea".

E nada mais havendo, foi encerrada a sessão, da qual para constar, eu Valter Spalding, 2.º secretário lavrei a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

ATA DA 51.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de agôsto de mil novecentos e trinta e oito, às dezessete horas, numa das salas do Museu Júlio de Castilhos, presente os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente que constou de grande número de peças, entre as quais as seguintes: proposta assinada pelos senhores De Paranhos Antunes, Mário Teixeira de Carvalho e Manuel Faria Corrêa para a inclusão no quadro de sócios correspondentes dos senhores capitão Henrique Oscar Wiederspahn e Edgar Fontoura.

Essa proposta vai à respectiva comissão, devendo ser relatada, pelo senhor Adroaldo Mesquita. Circular da Bi-

blioteca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, comunicado ter sido eleita e empossada sua nova diretoria da qual é presidente o senhor Abeillard Barreto; ofício do senhor Manuel Cícero participando ter assumido a presidência do Instituto Histórico Brasileiro por motivo do falecimento do conde Afonso Celso, seu presidente perpétuo. A secretaria comunica estarem prontos os processos de admissão dos senhores Coelho de Souza e Ângelo Guido, e o senhor presidente designa os dias vinte de setembro e doze de outubro para as respectivas recepções, sendo em primeiro lugar o senhor Guido, devendo êste ser saudado pelo senhor Manoelito D'Ornellas, e o primeiro pelo orador do Instituto.

O senhor Mazeron dá conhecimento à casa do programa das festas comemorativas da Semana da Pátria, estando a cargo do Instituto a ornamentação da estátua do Conde de Pôrto Alegre. Foi autorizada a respectiva despesa. Na sessão solene a ser realizada, o discurso ficará a cargo do senhor Adroaldo. O secretário comunica ter o govêrno federal concedido, no presente ano, o auxílio de dez contos de réis ao Instituto, estando essa quantia na Delegacia Fiscal, à disposição do nosso Tesoureiro. O secretário pede autorização para adquirir uma caixa para fichário, visto ser já insuficiente a que possuímos. Autorizado. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão, do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

ATA DA 50.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e oito, às vinte e uma horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram

o livro respectivo e grande número de cavalheiros e exmas. Famílias, o senhor Leonado Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Em seguida foi convidado a tomar assento à mesa o senhor capitão Acácio de Oliveira, representante do senhor Coronel Interventor Federal no Estado, o que foi feito e, nas poltronas da frente, os representantes dos secretários de Estado e outras pessôas de alta distinção social presentes à sessão. O senhor presidente depois de explicar os fins da reunião, que era a celebração da magna data nacional, recordou passadas comemorações do grande acontecimento, uma das quais, que assistiu, ouvindo um soneto improvisado pelo nosso inolvidável Félix da Cunha, cujo soneto recitou.

Disse ainda o senhor presidente que uma viagem imprevista determinou a ausência do nosso confrade senhor Adroaldo Mesquita, quem deveria fazer o discurso oficial da solenidade, sendo então designado, para substituí-lo o secretário perpétuo. Dada a palavra a êste, foi então ouvida uma oração alusiva à grande data nacional. O senhor Macedônia disse ainda que realizando o Instituto esta sessão de acôrdo com a Academia Rio-Grandense de Letras, dava a palavra ao senhor Olinto Sanmartin, orador designado pela mesma Academia. O senhor Sanmartin produziu magnifica peça oratória agradando sobremodo pelo que recebeu, ao terminar, fartos aplausos. O senhor Humberto Cogliati, cônsul argentino, pedindo a palavra, disse associar-se, em nome do seu govêrno, à solenidade que se estava realizando, comunicando, ao mesmo tempo, as festas levadas a efeito na República Argentina, pelo citado motivo. O secretário perpétuo, por designação do senhor presidente, agradeceu, em nome do Instituto, a delicada e honrosa manifestação do senhor cônsul da República irmã e amiga. Em tempo: após a abertura da sessão, o nosso confrade Valter Spalding, segundo secretário fêz a leitura da efeméride do dia. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata,

(ass.) **Leonardo Macedônia**

ATA DA 51.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e oito, às vinte horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o respectivo livro e inúmeras pessôas que enchiam quase literalmente o salão, o senhor Leonardo Macedônia assume a presidência e convida para fazer parte da mesa os representantes dos senhores Interventores Federal e Prefeito Municipal. Declarando aberta a sessão, o senhor presidente expõe os fins por que a mesma fôra convocada, e que eram a celebração da data máxima da história regional, a eclosão da revolução farrapa, e a recepção do novo consócio senhor Ângelo Guido. Acompanhado dos confrades Guerreiro Lima e Olinto Sanmartin, o senhor Ângelo Guido dá entrada no salão e presta o compromisso regulamentar, o que provocou da assitência uma prolongada salva de palmas. Dada a palavra ao secretário perpétuo, êste faz a leitura das efemérides do dia, desde remotas eras e termina com uma longa dissertação sôbre a revolução de 1835-45, tendo o seu trabalho agradado a assistência. Dada a palavra ao senhor Ângelo Guido, por êste foi lido o seu discurso de apresentação, longa peça ouvida com grande interêsse pelos assistentes, que aplaudem calorosamente o magnífico trabalho do senhor Ângelo Guido. Concedida a palavra ao nosso confrade senhor Manoelito de Ornelas, faz êste a saudação ao novo consócio e analisa a magnífica obra já realizada pelo recipiendário através de suas telas, como pintor consagrado, e dos seus livros, notadamente o último sôbre as lendas da Amazônia, que tanto interesse despertou em nosso meio de estudos americanistas. O estudo apresentado pelo ilustre consócio provocou da assistência prolongados aplausos. O senhor presidente fêz um resumo dos discursos que foram ouvidos e encerrou a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedônia**

ATA DA 52.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e oito, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presente grande número de pessôas entre as quais altas autoridades, pessoalmente ou por meio de representações, e exmas. famílias, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. O expediente constou da leitura de uma carta do sr. J. P. Coelho de Souza, consócio eleito, na qual apresenta escusas por não comparecer à sessão para ser recebido na sua qualidade de sócio efetivo. Lido igualmente a seguinte telegrama passado pela manhã: "Instituto Histórico Brasileiro. Silogeu. Rio de Janeiro. D. F. Instituto Histórico Geográfico Rio Grande do Sul realiza hoje sessão especial homenagem êsse sodalício. Pede vênia recordar contribuição magnífica Imperador Pedro II, conde Afonso Celso, Ramiz Galvão, Vieira Fazenda, redivivos apreço, gratidão contemporâneos. Concita atuais servidores, personificados Manuel Cícero e Max Fleiuss prosseguir obra cultural tanto exalta patriotismo brasileiro. (assinados) Leonardo Macedônia, presidente, Eduardo Duarte, secretário perpétuo. " Feita essa leitura, foi igualmente lida pelo secretário perpétuo a efeméride do dia que, entre outros fatos, citou o falecimento do visconde de Mauá, em 21 de outubro de 1889, no Rio de Janeiro.

O senhor Presidente declarou que essa sessão tinha sido convocada em caráter extraordinário com o fim de comemorar a passagem do primeiro centenário da fundação do Instituto Histórico Brasileiro, uma associação digna da nossa pátria e com a qual êste Instituto sempre manteve estreitas relações de amizade.

E leu, em seguida, o seu discurso, magnifica peça oratória na qual passa em revista a vida do velho instituto, na sua já longa existência e que tanta benemerência soube conquistar de nossa pátria. Terminado êsse discurso foi o senhor Macedônia fartamente aplaudido pela assistência.

O senhor presidente refere-se, em seguida, à grande figura que foi Ireneu Evangelista de Souza, visconde de Mauá, cujo passamento assinalara a leitura das efemérides de hoje, e como se achava enfêrmo o senhor Adroaldo Mesquita, nosso orador, ia conceder, como efetivamente concedeu a palavra ao nosso confrade senhor De Paranhos Antunes, para prestar uma homenagem à memória do grande brasileiro. O senhor De Paranhos Antunes produz então um brilhante improviso, no qual focou o extraordinário homem cuja vida de trabalho, encheu largo capítulo da nossa história. O senhor De Paranhos foi muito aplaudido ao terminar sua oração. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei o presente ata,

(ass.) **Leonardo Macedônia**

ATA DA 52.ª SESSÃO ORDINARIA

Aos trinta dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e oito, numa das salas do Museu Julio de Castilhos, presentes os socios que firmaram o livro de presença, o senhor Leonardo Macedonia assumindo a presidencia declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se á leitura do expediente que constou de grande numero de cartas e oficios, entre os quais: oficio do prefeito da cidade do Rio Grande ofertando ao Instituto uma medalha de ouro mandada cunhar em comemoração do centenario da erecção do Rio Grande a cidade; oficio da Academia Sul Riograndense de Letras solicitando parecer sobre o dia em que deve ser comemorado o "dia do escritor"; e oficio do dr. J. P. Coelho de Souza, Secretario da Educação e Saude Publica confiando ao Instituto a organização do Dicionario Histórico, Geográfico e Estatistico Brasileiro, na parte referente ao Rio Grande do Sul. Em seguida passou-se á ordem do dia: eleição de três socios correspondentes e um efetivo. Lidos os respectivos pareceres foram, unanimemente, eleitos socios correspondentes os srs. Jonatas da Costa Rego Monteiro, Luis

Felipe de Castilhos Goycochea e Gastão Penalva (Comandante Sebastião de Souza), do Rio de Janeiro, e Luis Carlos de Moraes, socio efetivo. — Pedindo a palavra o sr. secretario perpetuo, dr. Eduardo Duarte, congratulou-se com o Instituto pela eleição dos novos consocios e, em seguida, propoz fosse nomeada uma comissão para, em nome do Instituto saudar o sr. Horacio Arredondo Hijo, historiador uruguaio de passagem por esta capital, socio correspondente do Instituto, diretor do Museu Municipal de Montevidéo e do Parque Nacional de Santa Tereza de Rocha, que não é mais do que a fortaleza de Santa Tereza e seus arredores que o governo do Uruguai está transformando em Museu e Parque em que deverão figurar objetos, animais e plantas brasileiras, como simbolo de paz, união e fraternidade. Aprovada a proposta, o sr. presidente designou para visitarem em nome do Instituto o ilustre viajante, os srs. Eduardo Duarte, Mario Teixeira de Carvalho e Walter Spalding. — Pediu, ainda, a palavra o sr. J. Tupí Caldas para ler uma comunicação sobre os fosseis descoberto em Iraí, em 1936. Nessa comunicação diz o prof. Tupí Caldas que os fosseis encontrados, dentes e parte do maxilar inferior pertencem ao mais antigo espécime de mastodonte, do tipo dos encontrados na Africa Central, semelhante ao Mastodon Andinum e Mastodon Humboldti, da America do Sul, o que prova, combinado com as descobertas ultimamente feitas na Colombia, que as migrações tenham descido pela costa do Pacifico e subido pela do Atlantico, tendo sido a Bolivia o ponto de dispersão, pois os fosseis encontrados em Pernambuco são de era muito mais recente, isto é: posteriores aos da Colombia e do Rio Grande do Sul (Iraí). — Essa interessante comunicação recebeu francos aplausos dos socios presente, tendo o sr. presidente ordenado sua inserção no n.º correspondente ao IV Trimestre de nossa Revista, a sair em dezembro proximo. — A seguir, encerrando a sessão, o sr. presidente dá por encerrados os trabalhos do corrente ano, os quais serão reiniciados em março do ano proximo futuro. — E nada mais havendo, lavrei, para constar, a presente ata que assino. — Walter Spalding — 2.º Secretario.

Nótulas Bibliográfias

Por motivo de força maior deixaram de ser publicadas, neste numero de nossa Revista, as **nótulas bibliográficas.** Serão, porém, incluidas no numero de março do ano proximo.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS:

REVISTA DE LA ACADEMIA COLOMBIANA DE CIENCIAS EXACTAS FISICO, QUIMICA Y NATURAES: Bogotá, Vol. II, Año 1938-ns. 5 e 6. Como sempre, excelentes e com materia selecionada e erudita.

REVISTA DEL C. I. R.: Año 6 — n.º 2. — Agosto 15 de 1938 — Santiago de las Vegas.

BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION: Año I, vol. I, — n.º 2. — Ciudad Trugillo — Rep. Dominicana. — 1938.

BOLETIN DE LA SOCIEDAD GEOGRAFICA DE COLOMBIA: Vol. V, — N.º 1 — Bogotá, Mayo de 1938.

UNIVERSIDAD CATÓLICA BOLIVARIANA: Vol. II — N.º 6. — Junio-Julio, 1938. — Medellin, Colombia.

IBERO AMERIKANISCHES ARCHIV — Jahrgang XII — HEFT 2, Juli, 1938, Berlim.

ARCHIVUM HISTORICUM SOCIETATIS JESU: Anno VII — Fasc. II. — Jul. — Dec. 1938. — Roma.

GEOGRAPHICAL REVIEW: New York — October 1938.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL — Prefeitura do

Municipio de São Paulo, — vols. ns. XLVIII a L, e n.º XLVIII bis — Indice dos ns. XXXVII a XLVIII. — São Paulo, 1938.

ATAS DA CAMARA DA CIDADE DE S. PAULO, — 184 a 1843: — Idem — idem, — 1844-1845, — vols. XXXIV e XXXV. — S. Paulo, 1938.

REGISTO GERAL DA CAMARA DA CIDADE DE S. PAULO, — 1836: — Prefeitura do Municipio de São Paulo, vol. XXVI. — 1938.

REVISTA DO MUSEU PAULISTA: Universidade de S. Paulo. — Tomo XXII. — S. Paulo, 1938.

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO: Universidade de S. Paulo, — Vol. XXXIV — Fasc. I. 1938.

REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE S. PAULO: — Vol. XXX bis: — Indice repertorio. — S. Paulo, 1938. i

REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS: Vol. XIX — ano 62. — 1936-1937. — Jaraguá.

BOLETIM DO MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO: Ns. 43 a 50 — Rio de Janeiro, 1938.

INDICADOR ALFABÉTICO DOS ATOS OFICIAIS GERAIS REFERENTES AO MINISTERIO DA GUERRA: — Rio de Janeiro, 1938.

RELAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE LINGUISTICA AMERICANA. — Fasc. I. — Ameríndia. — Instituto Cairú. — Rio de Janeiro, 1937.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO: Vol. XXXIV, — São Paulo, 1938.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: — Ano 30. — Vol. 55. — Anais de 1938 — Janeiro a Junho, — Rio de Janeiro.

EDUCACION — Organo oficial del Ministerio de Educacion del Ecuador. — V Epoca, — Quito, n. 2, — Marzo a Junio de 1938.

INSTITUTO HISTORICO Y GEOGRAFICO DEL URUGUAY — Conferencias del Curso de 1937. — MCMXXXVIII

ÍNDICE DO VOLUME

III Trimestre:

João da Silva Tavares, Visconde de Cêrro Alegre, — **Prof. Walter Spalding** 3
A República Riograndense, — **Dr.Castilhos Goycochêa**..... 49
O Decênio Farroupilha em S. Gabriel, — **Celso M. Schroeder**..... 55
O minuâno na Toponímia Riograndense, — **Aurélio Pôrto**..... 103
A Paleontología do Brasil, — **Carlos de Paula Couto**..... 113
Notas e apontamentos sobre a cana de açúcar em Osório, — **M. E. Fernandes Bastos** (c/nota necrológica)..... 143
Nótulas Bibliográficas 149

IV Trimestre:

Condomínio da Lagôa Mirim e do Rio Jaguarão, — **Cel. Souza Docca** 183
Velhos Caminhos do Rio Grande do Sul, — **Gal. João Borges Fortes** 203
O movimento emancipador do Brasil, — **Dr. Olinto Sanmartin**..... 255
Sete de Setembro. — conferência do **Dr. Eduardo Duarte**..... 267
O Instituto Histórico Brasileiro, — **Dr. Eduardo Duarte**..... 273
1.° Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, — **Dr. Leonardo Macedônia** 283
Historiadores do Rio Grande. Aurélio Pôrto e Walter Spalding, — **Fernando Callage** 291
Recepção de Ângelo Guido no Instituto:
Discurso do **Prof. Ângelo Guido** 299
Resposta de **Manoelito de Ornellas** 311
Nota Paleontológica — Fossil de Iraí, — **Prof. J. Tupi Caldas**..... 321
Atas das Sessões do Instituto no decorrer de 1938..... 325
Nótulas Bibliográficas 335

811095

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Dr. João Maia.
Tenente Dioclecio de Paranhos Antunes.
Dr. Alcides Maia.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E PALEONTOLOGIA:

Prof. Jaci A. L. Tupi Caldas.
Dr. Mario Teixeira de Carvalho.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.
Prof. Walter Spalding.
Dr. Dante de Laytano.
Manoelito d'Ornelas.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Cel. E. F. de Souza Doca.
Prof. Othelo Rosa.
Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SÓCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Cel. Gaston Hasslocher Mazeron.
Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura da Revista:

Por ano	15$000 rs.
Por fascículo trimestral . .	4$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, à rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.